

Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas
Pós-Graduação em Lingüística

**O uso do modo verbal em estruturas de complementação
no português do Brasil**

Maria do Carmo de Oliveira

Outubro/2007

Universidade de Brasília
Instituto de Letras
Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas
Pós-Graduação em Lingüística

**O uso do modo verbal em estruturas de complementação
no português do Brasil**

Maria do Carmo de Oliveira

Dissertação apresentada ao Departamento de
Lingüística, Português e Línguas Clássicas do
Instituto de Letras da Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do título de
Mestre em Lingüística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Heloísa Moreira
Lima Salles

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Marta Pereira
Scherre

Brasília

Outubro/2007

Banca examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria Heloísa Moreira Lima Salles (presidente)

Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida Torres Morais (titular)

Prof^ª. Dr^ª. Rozana Reigota Naves (titular)

Prof^ª Dr^ª. Cibele Brandão de Oliveira (suplente)

Dedicatória

À minha mãe, Maria da Glória, a meu pai, José Rodrigues, a meu filho, Rodrigo e à minha filha, Ana Luísa.

Agradecimentos

A Deus, pela vida. Pela oportunidade e pela capacidade de desenvolver este trabalho.

À Professora Heloísa Salles, por ter acreditado em mim, por todo o incentivo, pela força, pelas leituras atenciosas, incansáveis e tão perspicazes dos meus textos e, enfim, por sua paciência, compreensão e amizade.

À Professora Marta Scherre (minha co-orientadora), pela presença constante e amiga, pelo entusiasmo a cada encontro, por todas as inúmeras vezes que, prontamente, me socorreu em minhas dúvidas.

Aos professores da pós-graduação, em especial, à Professora Orlene, ao Professor Marcos Bagno e à Professora Lúcia Lobato (*in memoriam*).

À Jacinta, secretária do LIP, que sempre, prontamente, me atendeu e me auxiliou.

À minha amiga-irmã, Daisy Bárbara, pelo seu exemplo, pelas palavras de encorajamento, por ter me ouvido tantas e tantas vezes nos momentos de fraqueza e nunca me ter permitido esmorecer.

Às colegas Karla e Patrícia, que, logo no início do curso, se transformaram em duas grandes amigas e conselheiras.

À Patrícia, em particular, pela formatação do meu trabalho e pela incansável ajuda nos momentos de dificuldades com as tabelas, os gráficos etc.

Às minhas amigas-irmãs muito queridas, Simone e Jacinta, pela torcida e por compartilharem comigo cada etapa alcançada.

Aos meus filhos, por terem cedido o computador, a mesa da sala, a mesa da cozinha, enfim, o espaço de nosso apartamento; pelo incentivo e pela força que sempre me deram.

À minha mãe, por todo o apoio prestado na preparação para o mestrado e, ao longo dele; por sua preocupação com meu cansaço; pelo lanchinho na mão, pelas preces e, por sua presença sempre constante.

Aos familiares e amigos que sempre torceram por mim.

Homenagem póstuma

À colega *Karine Brou Kouordio* que veio do continente africano obter o seu título de mestre. Foram poucos meses de convivência, mas sua presença ficou gravada em nossa memória.

A você, *Karine*, dedico esse trabalho.

Ninguém ignora tudo.

Ninguém sabe tudo.

Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.

Paulo Freire

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça

É preciso ter gana sempre

Quem traz no corpo a marca

Maria, Maria, mistura a dor e a alegria

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça

É preciso ter sonho sempre

Quem traz na pele essa marca

Possui a estranha mania de ter fé na vida

Milton Nascimento

Índice

Índice	i
Índice de tabelas	iv
Índice de gráficos	iv
Índice de quadros	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
Introdução	1
1. Pressupostos teóricos: a abordagem da “Variação paramétrica”	7
1.1 Revendo a teoria	7
1.1.1 A Teoria de Princípios e Parâmetros	7
1.1.2 Teoria Variacionista	10
1.2 A abordagem da Variação Paramétrica	12
1.2.1 Uma visão contrária (Borges Neto, 2004)	12
1.2.2 Uma visão favorável (Ramos, 1999)	18
1.3 “Renascimento” dos estudos diacrônicos	23
1.4 Mudança lingüística/paramétrica	25
2. Modalidade e modo verbal	29
2.1 Contextualização do problema	29
2.1.1 Modalidade	30
2.2 A escolha do modo verbal no PB, no PE e no espanhol no enfoque dos compêndios gramaticais	34
2.2.1 O modo verbal no português brasileiro	34
2.2.2 O modo verbal no português europeu	36
2.2.3 O modo verbal no espanhol	37
2.2.4 Propriedades semânticas e distribuição sintática do modo verbal	39
2.2.4.1 Botelho Pereira (1974)	40
2.2.4.2 Bárbara (1975)	44

2.2.4.3 Fávero (1974).....	47
2.2.5 Considerações parciais.....	53
3. Variação no uso do modo verbal em orações completivas no PB.....	55
3.1 O estudo de Rocha (1997) sobre o PB com dados do Rio de Janeiro e de Brasília.....	55
3.2 O estudo de Poplack (1992) sobre o francês canadense.....	61
3.3 Meira (2006).....	63
3.4 Considerações parciais.....	66
4. Estudo comparativo do modo verbal em estruturas de complementação com dados de João Pessoa e do Rio de Janeiro/Brasília.....	67
4.1 Apresentação.....	67
4.2 Caracterização do <i>corpus</i>	69
4.3 Primeiros resultados.....	70
4.4 Análise dos fatores lingüísticos.....	73
4.4.1 Carga semântica do verbo da matriz.....	74
4.4.1.1 Verbos não-factivos volitivos e não-volitivos.....	75
4.4.1.2 Verbos implicativos negativos.....	77
4.4.1.3 Verbos factivos emotivos e avaliativos.....	78
4.4.1.4 Predicados indiferentes performativos.....	79
4.4.1.5 Verbos factivos não-emotivos não-avaliativos.....	79
4.4.1.6 Predicados indiferentes de opinião e de suposição (verbos de julgamento).....	80
4.4.2 Grau de assertividade.....	84
4.4.2.1 Estatuto da negação.....	86
4.4.2.1.1 Mateus et alii (1989/ 2003).....	86
4.4.2.1.2 Neves (2000/ 2006).....	89
4.4.2.2 A negação nos dados de fala de João Pessoa.....	93
4.4.2.2.1 Predicados não-factivos volitivos.....	96
4.4.2.2.2 Predicados não-factivos não-volitivos.....	97
4.4.2.2.3 Predicados implicativos negativos.....	98
4.4.2.2.4 Predicados factivos não-emotivos ou não-avaliativos.....	99
4.4.2.2.5 Predicados indiferentes performativos.....	100
4.4.2.2.6 Predicados indiferentes de opinião e de suposição.....	101
4.4.3 Pessoa do verbo da matriz – uma variável oscilante.....	105

5. Um pouco de sócio-história	109
5.1 Três etnias na formação do PB	110
5.1.1 Do Rio de Janeiro ao Piauí	112
5.2 Teorias sobre o contato entre PE, línguas indígenas e africanas.....	116
5.3 Colhendo resultados.....	120
6. Considerações finais.....	125
7. Bibliografia	135

Índice de tabelas

Tabela 1: Carga semântica do verbo da oração matriz.....	57
Tabela 2: Semântica do verbo da matriz - Poplack vs. Rocha.....	58
Tabela 3: Carga semântica do verbo da oração matriz à luz de Poplack com subdivisão dos verbos de opinião.....	59
Tabela 4: Estrutura da assertividade da oração matriz.....	59
Tabela 5: Cruzamento da carga semântica com assertividade da oração matriz.....	60
Tabela 6: Distribuição de subjuntivos encaixados de acordo com a matriz verbal	62
Tabela 7: Seleção do subjuntivo de acordo com a carga semântica do verbo da oração matriz	71
Tabela 8: Seleção do subjuntivo de acordo com a semântica do verbo da matriz após amalgamação	75
Tabela 9: Uso do subjuntivo em contexto de polaridade negativa/afirmativa.....	93
Tabela 10: Cruzamento do tipo semântico do verbo da matriz com assertividade da oração matriz com dados de João Pessoa.....	95
Tabela 11: Pessoa do verbo da matriz nos dados do Rio de Janeiro/Brasília e de João Pessoa	105

Índice de gráficos

Gráfico 1: Seleção do subjuntivo de acordo com a semântica do verbo da matriz após amalgamação	75
Gráfico 2: Uso do subjuntivo em contexto de polaridade negativa/afirmativa.	94
Gráfico 3: Cruzamento da carga semântica do predicado da matriz com a assertividade da oração matriz	95

Índice de quadros

Quadro 1: Quantitativo populacional do século XVI ao século XIX	110
Quadro 2: Processos de evolução lingüística (Silva Neto, 1979: 30)	120
Quadro 3: Estágios da mudança em estruturas completivas do latim e do PB.....	121

RESUMO

O estudo examina a distribuição dos modos indicativo e subjuntivo em estruturas de complementação, no português do Brasil, considerando, de modo particular, dados de fala da Paraíba, comparados com resultados obtidos em dados de fala coletados no Rio de Janeiro e em Brasília. O estudo é desenvolvido em uma abordagem fundamentada na teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981, 1986, 1995) bem como de pressupostos da Teoria Variacionista (Labov, 1972). Considera-se que fenômenos acerca da variação e da mudança lingüística podem ser atribuídos a fatores determinadas pela faculdade da linguagem, em face de fatores externos, principalmente, o contato de línguas e dialetos. A análise parte de uma discussão sobre modalidade e sobre as propriedades sintático-semânticas dos verbos da oração matriz e sua relação com a distribuição sintática do modo verbal, com base em estudos desenvolvidos por Botelho Pereira (1974), Fávero (1974) e Bárbara (1975). Apresenta também trabalhos desenvolvidos na abordagem variacionista (Rocha (1997), Poplack (1992) e Meira (2006)), que identificam variação no uso do modo verbal em contexto de complementação. Com base em análise de fatores lingüísticos e extralingüísticos, os resultados obtidos apontam a carga semântica do verbo da matriz (verbos não-factivos volitivos e não-volitivos) e o grau de assertividade da oração matriz (a negação) como favorecedores do subjuntivo. Constata-se que nos dados de fala de Brasília e do Rio de Janeiro há maior distribuição do modo subjuntivo entre as variáveis independentes, que se manifesta no uso variável do indicativo e do subjuntivo não só com verbos volitivos como também com verbos indiferentes de opinião/ suposição, o que caracteriza o uso do modo verbal como marcador de subordinação. Nos dados de fala da Paraíba, em que o uso do subjuntivo em contexto de interpretação *irrealis* é quase categórico, por outro lado, cai a freqüência do subjuntivo em contexto de interpretação variável (verbos indiferentes de opinião/suposição), o que é interpretado como um uso do modo verbal como marcador de indefinição e incerteza, atribuindo-se ao subjuntivo um valor semântico. Conclui-se que os dados da Paraíba distinguem-se, por um lado, dos resultados obtidos em outras variedades dialetais do PB e identificam-se, por outro, com a descrição encontrada na literatura para o PE. Tal resultado sugere a necessidade de investigar as condições favorecedoras de tais modelos no desenvolvimento dos diferentes dialetos do PB, o que deixamos para pesquisa futura.

ABSTRACT

The study examines the distribution of indicative and the subjunctive mood on the verb in complement constructions in Brazilian Portuguese, considering in particular spoken data from Paraíba (in the Northeast of Brazil), as opposed to Rio de Janeiro (in the Southeastern region) and Brasília (in the Western-Central region of Brazil). The analysis is developed within the Principles and Parameters framework (Chomsky, 1981, 1986, 1995), also including assumption within the Labovian approach to Sociolinguistics (Labov, 1972). It is assumed that the language variation and change are determined by the faculty of language in connection with external factors, mainly language and dialect contact. The discussion starts out from a characterization of modality and its expression in the syntactic distribution of verbal mood in Portuguese, taking into consideration the studies of Botelho Pereira (1974), Fávero (1974) e Bárbara (1975). The problem of (Labovian) variation in the use of the indicative and the subjunctive in complement clauses in BP is then presented, with the discussion of the studies of Rocha (1997), Poplack (1992) and Meira (2006). It is shown that the subjunctive is more widely distributed among the independent variables in the data from Rio de Janeiro/ Brasília than in the data from Paraíba, suggesting that the subjunctive is a grammatical marker of subordination in the former, rather than a grammatical marker of *irrealis* modality. In the data from Paraíba instead, in which the subjunctive is categorically found with volitional predicates in the matrix clause, the subjunctive is less frequent among the different types of matrix verbs, suggesting that this grammatical category has a semantic import. The conclusion then is that in this respect the properties of the grammar in the data of Paraíba display a similarity of those of European Portuguese, as described in the literature, requiring investigation on the conditions favouring this pattern. We leave this matter for future research.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo examinar a distribuição dos modos indicativo e subjuntivo em estruturas de complementação no português do Brasil (doravante, PB), considerando, de modo particular, dados de fala da região Nordeste – coletamos dados de entrevistas com falantes da Paraíba, publicadas na obra *Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba – VALPB* (Hora e Pedrosa (2001)) –, tomando-se ainda como referência estudos com dados do Sudeste/Centro-Oeste.

O interesse em examinar tais dados se deve ao fato de que existem evidências de que essa variedade dialetal do PB apresenta tendência de retenção do contraste entre o indicativo e subjuntivo no modo verbal, em oposição à situação inversa observada em estudos prévios em dados de fala da região Sudeste/Centro-Oeste.

Vários autores se dedicaram ao estudo da subordinação completiva. Para nosso estudo, utilizamos a caracterização dada por Mateus *et alii* (2003). Segundo as autoras, a subordinação completiva caracteriza-se pelo fato de a oração subordinada funcionar como um argumento de um dos núcleos lexicais da frase superior (oração principal na gramática tradicional), sendo sempre selecionado por esse núcleo. As completivas introduzidas pelo complementizador *que* – a que se associa a ocorrência de verbo flexionado – são chamadas de *finitas*; as completivas com formas verbais não flexionadas (como o infinitivo, o gerúndio, o particípio) são chamadas de *não-finitas* (ou infinitivas/ gerundivas/ participiais). No âmbito da gramática tradicional (GT), tais construções são também chamadas de *orações substantivas*, dada sua distribuição nas posições sintáticas ocupadas por substantivos – como a posição de *objeto direto*, *objeto indireto*, *complemento nominal* e *sujeito*, ilustradas de (1) a (4), respectivamente.¹

- (1) Eu quero *que Ana chegue logo*.
- (2) Tudo depende *de que Ana chegue logo*.
- (3) Nós temos necessidade *de que Ana chegue logo*.
- (4) Convém *que Ana chegue logo*.

O estudo será desenvolvido no quadro teórico da Variação Paramétrica (Tarallo e Kato (1989), Ramos (1999), Duarte (1999)), isto é, em uma abordagem fundamentada na

¹ Ignora-se aqui o fato de que orações substantivas na função de sujeito possam ser analisadas como completivas na função de objeto direto (cf. (4)).

teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky, 1981, 1986, 1995) bem como de pressupostos da Teoria Variacionista (Labov, 1972). Isso implica considerar que a explicação para os fenômenos acerca da variação e da mudança lingüística pode ser atribuída a fatores determinados pela faculdade da linguagem, e também a fatores externos, que se definem por propriedades cognitivas e psicossociais, tomando-se por base a língua no contexto social e seu corolário, o contato de línguas e dialetos (essa discussão será retomada adiante).

Em relação à variedade lingüística do Sudeste/Centro-Oeste do Brasil², partimos do estudo de Rocha³ (1997), segundo o qual existe variação entre as formas verbais do modo indicativo e do subjuntivo em contextos de complementação, como, por exemplo, quando o verbo da matriz é do grupo dos não-factivos (*querer, desejar, pedir*), como em (5) e (6).

- (5) Aí, eu não queria que ele *ficava* comigo⁴.
- (6) Aí começaram a lutar, mas ele também não queria porque não queria que ela *ficasse* doente, né?

A variação entre as formas do indicativo/subjuntivo, nesse contexto, não é incomum. No francês canadense, Poplack (1992) também constata esse tipo de variação. A autora encontra dados com o modo indicativo e com o modo condicional em contextos nos quais, pela tradição gramatical normativa (ou, possivelmente, em outros períodos diacrônicos), o modo subjuntivo é esperado como de uso categórico. Nesse sentido e com base nos dados analisados, a autora acredita que essa variação, como a que ocorre com a expressão *avoir l'espoir* (*ter esperança, esperar*), representada em (7) e (8), parece ser estável há séculos.

- (7) *J'espère qu'ils soient_{subj} pas trop ingrats parce que je pense qu'il y en a beaucoup qui sont ingrats aujourd'hui.*
Espero que eles não *sejam* muito ingratos, porque acho que há muitos que são hoje em dia.
- (8) *Mais j'espère que l'Église est_{ind} pas contre moi pour ça.*
 Mas espero que a Igreja não *fique* contra mim por isso.

² Esclarecemos que, ao longo desse estudo, ao nos referirmos à região Sudeste e Centro-Oeste, tomamos como base os dados do Rio de Janeiro e de Brasília, respectivamente; quando a referência for à região Nordeste, baseamo-nos nos dados de João Pessoa, Paraíba.

³ O estudo de Rocha (1997) será detalhado posteriormente.

⁴ A partir dessa sentença, marcaremos as orações subordinadas subseqüentes da seguinte forma: sublinhado no verbo da oração matriz, *itálico* no verbo da oração completiva e CAIXA ALTA nos elementos de negação.

Conforme mencionado, parece existirem evidências de que, no Nordeste, o subjuntivo é mais produtivo nas estruturas completivas, não ocorrendo, portanto, a situação identificada no português do Sudeste e do Centro-Oeste (ou ainda no francês canadense) de o indicativo ser usado no campo do subjuntivo. Essa observação se baseia em conhecimento intuitivo do vernáculo da região, além de correlações com resultados de pesquisas quantitativas que apontam indiretamente para a incidência maior das formas do subjuntivo nessa região. É o caso do estudo de Sampaio (2001) acerca do uso do imperativo em Salvador, que identifica alta frequência de uso de formas do subjuntivo na expressão do imperativo gramatical (28% de indicativo e 72% de subjuntivo), o que contrasta com resultados obtidos por Scherre (2002) e Lima (2005), entre outros, relativos a outras regiões brasileiras, Sudeste e Centro-Oeste, em que a ocorrência do imperativo associado à forma do indicativo é verificada em mais de 95% das amostras de língua falada. Lima (2005), pesquisando a língua falada de Campo Grande, encontra um uso do imperativo correspondente a 95% de formas associadas ao indicativo; Rodrigues (1993) e Scherre *et alii* (1998) verificam 95% a 98% de imperativo tipo *olha/diz* na fala espontânea de Brasília, em contexto de predominância do pronome *você*.

Acrescentem-se também trabalhos com dados de Recife e de Fortaleza; os primeiros apontam para um equilíbrio entre as formas associadas ao indicativo (49%) e ao subjuntivo (51%) no uso do imperativo (Jesus, 2005). Quanto aos dados de Fortaleza, Cardoso (2007) constatou o uso de 35% de imperativo associado ao indicativo.

Outro estudo, também procurando descrever o fenômeno da alternância dos modos subjuntivo e indicativo em relação ao imperativo, foi feito por Alves (2004). Esse estudo interessa-nos, particularmente, visto que foi realizado também com os dados do VALPB. Os resultados obtidos constataram que a forma subjuntiva sobrepõe-se cada vez mais à forma considerada pela gramática tradicional como a forma imperativa própria, isto é, a que se forma a partir do indicativo.

Em relação à seleção das formas do indicativo e do subjuntivo na realização do modo imperativo, existe, portanto, contraste entre as regiões: por um lado os dados que representam a região Nordeste, se não apresentam predomínio da forma subjuntiva, como os dados de Salvador, analisados por Sampaio (2001), evidenciam alta frequência do subjuntivo, como verificaram Alves (2004), Cardoso (2007); por outro lado, em relação aos dados analisados nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, o uso do imperativo com a forma indicativa é altamente freqüente, girando em torno de 95%.

Os resultados das pesquisas relativas à expressão gramatical do imperativo, além da constatação preliminar e intuitiva quanto à incidência do subjuntivo em outros contextos sintáticos, nos remetem a um exame mais apurado em relação ao uso do modo verbal – em particular, das formas do indicativo e do subjuntivo⁵. No presente estudo nos deteremos nas estruturas de complementação, introduzidas pelo complementizador *que*.

Pretendemos examinar o uso do modo verbal em configurações de complementação em dados de fala de João Pessoa – a serem identificados com a região Nordeste em oposição às regiões Sudeste/Centro-Oeste, respectivamente, referentes a dados do Rio de Janeiro e de Brasília.

Cabe ainda ressaltar que a alternância entre o indicativo e o subjuntivo nem sempre corresponde a uma questão de variação, havendo situações em que um mesmo predicado admite ambas as formas, como em (9) e (10), de que resultam interpretações distintas, conforme será demonstrado na discussão a ser elaborada no capítulo 1.

(9) Eu disse que ele *vinha*.

(10) Eu disse que ele *viessa*.

Para analisar o uso alternado do indicativo e do subjuntivo trabalharemos com dados de fala, visto que o efeito dos fatores externos, responsáveis pelas condições de distribuição das formas lingüísticas, se manifesta crucialmente na constituição do *input* lingüístico da aquisição da língua materna, entendida como o *locus* da mudança lingüística. Uma vez que os efeitos da mudança não são acessíveis no nível individual da aquisição da língua, faz-se necessário, então, analisar os fatos em nível populacional, de comunidade, o que remete à investigação das formas lingüísticas no contexto social.

Sendo assim e, com base nesses estudos apresentados, submetemos à quantificação um total de 977 dados de fala da Paraíba, relativos ao uso do modo verbal em contexto de complementação, coletados do VALPB, fazendo um estudo comparativo entre o desempenho lingüístico dessa comunidade com a do Rio de Janeiro e de Brasília.

Para proceder a uma análise estatística e lingüística dos dados, usamos os programas Varbrul (1988) e GoldVarb (2001) – programas de base estatística criados para analisar dados lingüísticos. Ressaltamos a importância do uso desses programas na identificação dos

⁵ Agradeço à Profª. Dra. Marta Scherre, co-orientadora deste estudo, por sugerir a inclusão da abordagem sobre o modo imperativo.

fatores lingüísticos e/ou extralingüísticos que interferem na seleção do modo verbal nas estruturas completivas nos dados de fala em análise.

Os resultados da análise dos dados da Paraíba vêm confirmar a hipótese inicial desse estudo em relação à sintaxe do modo verbal em estruturas completivas: com os verbos não-factivos (*querer, esperar, pedir, mandar*), encontramos um uso quase categórico do subjuntivo; com os verbos indiferentes de opinião/suposição (*achar, parecer, crer*), existe ampla utilização do modo indicativo, cabendo, porém, destacar ocorrência de variação com o modo subjuntivo, em alguns casos; com os verbos indiferentes performativos (*dizer⁶, falar, afirmar*), há o predomínio do indicativo, o que implica uma interpretação factual/*realis* do conteúdo proposicional. A negação, que tende a favorecer o uso do subjuntivo nos dados do francês canadense e da região Sudeste, apresenta a mesma influência nos dados do Nordeste, o que indica ser este um fenômeno universal.

Com essa análise, tem-se por objetivo sistematizar propriedades da sintaxe do modo verbal, identificando-se a distribuição das formas do indicativo e do subjuntivo, além das propriedades sintático-semânticas a elas associadas. Espera-se ainda contribuir para a caracterização das variedades dialetais do Nordeste, o que permitirá uma comparação com os resultados encontrados em outras regiões mencionadas.

Embora a configuração do sistema seja a mesma na amostra das duas regiões, cabe investigar que fatores interferem para que a região Nordeste se distinga das regiões Sudeste/Centro-Oeste, que apresentam variação. Por acreditar que, no Nordeste, há manutenção de formas semelhantes aos dados de *input* – o português europeu (PE) –, recebidos no período da colonização, buscamos, além da análise lingüística, explicações também em dados sócio-históricos, o que nos remete à diacronia, ou seja, a fatos da história da formação da língua portuguesa no Brasil que possam nos auxiliar na compreensão das diferenças encontradas entre os dois dialetos comparados⁷.

O estudo estrutura-se da seguinte forma: no primeiro capítulo apresentamos uma discussão a respeito da chamada Teoria de Variação Paramétrica e de como essa abordagem pode ser adotada usando categorias analíticas da Teoria Gerativa e da Teoria Variacionista. No capítulo 2, tratamos da modalidade e do modo verbal considerando, particularmente,

⁶ Os verbos ditos “indiferentes” se caracterizam por assumir, em determinados contextos, um sentido diretivo, de ordem, conforme ilustrado anteriormente em (9) e (10).

⁷ Tendo feito levantamento preliminar na base de dados “Português Fundamental” (CordialSin – *Corpus Dialectal Sintático do Português Europeu*), com dados de fala do português europeu, verificamos uso recorrente / categórico do subjuntivo na oração completiva quando os verbos não-factivos (volitivos, diretivos) estão na oração matriz. Deixamos para pesquisa futura a quantificação dos dados, com a inclusão dos resultados referentes aos demais tipos de verbos da matriz.

suas propriedades semânticas e sintáticas. O modo verbal será apresentado na visão de gramáticos do PB, do português europeu (PE) e do espanhol e de linguistas. Dando continuidade, no terceiro capítulo, apresentamos o uso do modo verbal no PB em estudos variacionistas. Em seguida, no quarto capítulo, desenvolvemos a análise dos dados da Paraíba, sempre em comparação com os dados do Rio de Janeiro/Brasília. No capítulo cinco, fazemos uma incursão pela diacronia, apresentando fatos sócio-históricos do processo de formação do PB, assim como algumas teorias que procuram explicar esse processo e, por fim, apresentamos nossas considerações finais.

1. Pressupostos teóricos: a abordagem da “Variação paramétrica”

Desenvolver um estudo tendo como referencial teórico a Variação Paramétrica (ou Sociolingüística Paramétrica) é conciliar, como propuseram Tarallo e Kato (1989), conceitos de encaixamento estrutural com a noção de parâmetros, possibilitando uma harmonia trans-sistêmica. Isso posto significa, de acordo com os autores, um resgate da compatibilidade entre as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as possibilidades do modelo variacionista.

Do modelo variacionista, então, assume-se a crença de que toda mudança é precedida por um período de variação que pode ser sistematizado. Essa mudança, uma vez propagada, produz reflexos no sistema lingüístico e social, que acarretam o aparecimento de outras estruturas ligadas a ela. Do modelo gerativo, vem o conceito de parâmetro, que pode ser identificado a partir dos dados analisados.

1.1 Revendo a teoria

1.1.1 A Teoria de Princípios e Parâmetros

De acordo com a hipótese do inatismo, defendida pelo lingüista Noam Chomsky, na década de 1960, a espécie humana é dotada de um componente particular na mente, chamado de faculdade da linguagem, também denominado de língua interna ou língua-I. A faculdade da linguagem é uma característica da espécie humana que nasce geneticamente programada para desenvolver a linguagem; inata, portanto. É por meio dela que toda criança em condições normais, seja de que nacionalidade for, até os quatro anos de idade, demonstra dominar um conjunto de regras de sua língua, ao utilizá-la naturalmente.

Chomsky (1986) define princípios gerais, reunidos sob o nome de gramática universal, como propriedades que todo ser humano detém, que o habilitam a utilizar uma língua natural. Tais propriedades, cuja manifestação está associada à dotação genética, presidem o funcionamento de todas as línguas e permitem a aquisição da linguagem. Os princípios, ao serem acionados, colocam a criança em condições de estabelecer os chamados parâmetros da língua a que estiver exposta. Os parâmetros representam um conjunto finito

de possibilidades que determinam a variação entre as línguas. Com essa formulação definem-se as bases da Teoria de Princípios e Parâmetros.

Essa dotação biológica pode dar resposta ao chamado *Problema de Platão*, no qual se questiona *como o ser humano pode saber tanto diante de evidências tão passageiras, enganosas e fragmentárias*. No período da aquisição de língua materna, as crianças não recebem instruções explícitas quanto à (im)possibilidade de certas formas; não recebem orientações acerca dos efeitos de ambigüidades ou de relações anafóricas, por exemplo, caracterizando-se, pois, um estímulo pobre. No entanto, as crianças desenvolvem sua língua com todas as propriedades de sua articulação gramatical, de maneira que todas, em condições normais, sabem a língua de sua comunidade, revelando que desde os estágios mais iniciais, sabem muito mais do que a experiência lhes ofereceu. Segundo Chomsky (2005), o estado inicial pode ser concebido como um sistema de aquisição da linguagem, o qual recebe a experiência como *input* e oferece a linguagem como *output* (internamente representado na mente/cérebro).

Sendo assim, atribuir o desenvolvimento da linguagem a memorização, treinamento, imitação, instrução, resultado de correção – processos considerados como responsáveis pela aprendizagem da linguagem numa visão antiinatista – é fechar os olhos ao fato de a aquisição ocorrer, sem instrução sistemática, com rapidez e com pouca idade de forma semelhante para as crianças imersas nos mais variados contextos lingüísticos. Todas essas evidências constituem um forte argumento do caráter inato que o falante possui para aquisição e desenvolvimento do sistema lingüístico.

Não se descarta, entretanto, de acordo com Lightfoot (1991), o papel do meio ambiente para o processo de aquisição da linguagem. A imersão em um ambiente lingüístico é necessária para que a criança acione o gatilho ou detonador (*trigger*) e, assim, fixe os parâmetros previstos na gramática universal (GU). Nesse sentido, pode-se afirmar que a língua surge da interação da predisposição inata com a experiência, isto é, com a exposição aos dados de fala da comunidade lingüística em que a criança estiver inserida. O autor ressalta que, para o gatilho crucial, a criança não precisa estar exposta à totalidade de informação sobre a língua; alguns dados, como sentenças simples, bastam para a fixação dos parâmetros.

Ao conhecimento que o falante possui de sua língua, também denominada de língua interna (língua-I), Chomsky (1986) denomina de competência; ao uso que o falante faz desse conhecimento, dá-se o nome de desempenho, também denominado de língua externa (língua-E). É por meio da língua-E que as gerações mais novas adquirem a língua-I.

Os princípios e parâmetros mencionados acima compõem um importante modelo da gramática gerativa. Esse modelo explica a aparente contradição entre afirmar-se que o ser humano é dotado de uma faculdade da linguagem que possui princípios universais, válidos para todas as línguas naturais, e a constatação (empírica) de que existe uma diversidade enorme de línguas.

Os princípios são propriedades gerais, válidos para todas as línguas naturais, e correspondem à gramática universal (GU); os parâmetros são as particularidades que cada língua pode ou não apresentar, são as opções de variação entre as línguas naturais. Apresentar, por exemplo, um NP sujeito e um VP predicado é um princípio de todas as línguas humanas, as condições que determinam a posição do sujeito em relação ao predicado/verbo (SV vs. VS) correspondem ao parâmetro. Os princípios, que todas as gramáticas particulares finais terão de manifestar, são rígidos, invariáveis; os parâmetros, ao contrário, são abertos, estabelecem, pois, as diferenças lingüísticas. No período da aquisição, a partir do *input* recebido, os valores associados aos parâmetros são fixados, definindo-se assim as opções específicas que caracterizam a gramática a que foi exposto aquele indivíduo.

Um exemplo bastante difundido para a compreensão da fixação do parâmetro é em relação ao sujeito nulo. Como já vimos, um princípio da gramática universal é o de que as línguas apresentam categorias específicas na estrutura oracional, que realizam sintaticamente o sujeito e o predicado, mas a propriedade quanto a se o sujeito pode ocorrer realizado fonologicamente ou não é consequência do parâmetro definido pela língua.

Línguas como o português, o italiano e o espanhol podem deixar a posição do sujeito vazia, como no exemplo abaixo:

- (11) a. (Nós) Comemos bolo.
- b. (Lui) Há parlato bene.
- c. (Yo) Quiero que todo el mundo se calle.

Já em línguas como o francês e o inglês a posição de sujeito não pode aparecer vazia, o que tornaria as sentenças, como em (12) e (13), agramaticais; o sujeito precisa ser preenchido, foneticamente, como em (12') e (13').

- (12) *_Sont déjà arrivés de l'école.
- (12') *Ils* sont déjà arrivés de l'école.

- (13) * _Already arrived from school.
(13') *They* already arrived from school.

Conforme a língua a que a criança estiver exposta, ela vai fixar o parâmetro quanto à obrigatoriedade de preencher a posição do sujeito ou não. Fica claro que o contato com os dados primários é fundamental para que os parâmetros sejam fixados, um processo que corresponde a uma representação mental, a que se associam outras propriedades, identificadas com cada parâmetro.

1.1.2 Teoria Variacionista

Variação lingüística, segundo Mollica (2004), é um fenômeno universal e pressupõe a existência de várias formas de se dizer a mesma coisa com o mesmo valor de verdade⁸. São formas que têm valor semântico equivalente tanto no nível vocabular, sintático e morfossintático quanto no subsistema fonético e fonológico, como também no domínio pragmático, discursivo. A variação é, segundo Labov (1972), essencial à própria natureza da linguagem humana, ocorre, pois, em todas as línguas, que apresentam um dinamismo inerente. Cada uma das formas que se alternam e que expressam o mesmo significado em um mesmo contexto caracterizando a variação são denominadas de variantes lingüísticas, como em (14) e (15).

- (14) Eu pensei que ele *vinha* (mas não veio).
(15) Eu pensei que ele *viessa* (mas não veio).

Cabe observar que existem variantes mais prestigiadas do que outras em todas as línguas. Isso pode estar relacionado ao fato de a variação ser influenciada tanto por fatores sociais (faixa etária, nível de escolaridade, sexo, nível social, etc) quanto por fatores estruturais, o que permite que seja descrita e analisada em termos de inferências de um sistema lógico. Para a sociolingüística, de acordo com Mollica (2004), a variação pode ocorrer no eixo diatópico (variação regional, geográfica) e no eixo diastrático (social).

⁸ Valor de verdade é a possibilidade de duas sentenças serem interpretadas como falsas ou verdadeiras numa dada circunstância (Chierchia, 2003).

Não se pode chamar de variante de uma mesma variável duas formas que não apresentem o mesmo significado. Nesse caso, em que as formas não apresentam o mesmo significado, como em (16) e (17), há variação não-laboviana, aquela em que as estruturas estão em distribuição complementar.

(16) Ele caiu de modo que *quebrou* a perna.

(17) Ele caiu de modo que *quebrasse* a perna.

O termo variável deve ser entendido como fenômeno em variação, isto é, de acordo com Trask (2004: 203), “algum aspecto do uso para o qual duas ou mais formas concorrentes estão disponíveis numa comunidade...” Para Weinreich, Labov e Herzog (2006), em situação de contato de línguas, essas formas coexistem sob alternância da forma original e da inovadora tanto em uma comunidade lingüística quanto em um mesmo falante, podendo representar o desfavorecimento gradual da forma original (ou velha) em prol da forma inovadora.

O fato de todo sistema lingüístico estar sujeito constantemente à pressão de duas forças que atuam no sentido da variedade e da unidade, justifica as línguas exibirem inovações, mantendo-se, porém, coesas. Por um lado, há o impulso à variação e provavelmente à mudança; por outro lado, há o impulso à convergência, que é a base para a noção de comunidade lingüística.

Para Weinreich, Labov e Herzog (2006), deve-se entender a mudança como uma consequência da dinâmica interna das línguas naturais, a qual não se pode evitar. Ressaltam, no entanto, que nem toda variação e heterogeneidade envolvem mudanças, mas toda mudança envolve variação e heterogeneidade. Para esses lingüistas, a mudança está associada a cinco problemas, que estão inter-relacionados e para os quais a teoria da mudança deve oferecer respostas:

- (i) problema dos condicionantes: qual o conjunto de mudanças e condições possíveis para uma determinada língua;
- (ii) problema da transição: qual o percurso entre dois estágios de língua;
- (iii) problema do encaixamento: como uma mudança está entrelaçada com outras que ocorrem na estrutura lingüística e na estrutura social;
- (iv) problema da avaliação: quais são os efeitos da mudança sobre a estrutura e o uso da língua;

- (v) problema da implementação: por que a mudança ocorre em determinada língua e não em outra apesar de apresentarem traços semelhantes.

1.2 A abordagem da Variação Paramétrica

Essa perspectiva teórica, quando proposta por Tarallo e Kato (1989), ficou conhecida, como diz Kato (1999), sob o infeliz rótulo de Sociolingüística Paramétrica, causando, inicialmente, grande desconforto tanto entre gerativistas quanto entre variacionistas. Houve discussões acerca do termo que se usaria para representar uma pesquisa feita sob a perspectiva de ambas as teorias: Sociolingüística Paramétrica, Variação Paramétrica, Lingüística Paramétrica. Entretanto, muito mais importante que o nome a ser usado é o surgimento de uma nova maneira de fazer lingüística⁹. Como em toda proposta inovadora, houve simpatizantes e houve também quem se colocasse contrário à união das duas teorias.

Hoje, no entanto, ainda que haja opiniões divergentes, essa abordagem vem sendo utilizada por vários lingüistas. Destacamos desse grupo Duarte (1999), para quem uma pesquisa desenvolvida nessa linha contribui para o estudo da mudança lingüística e para a possibilidade de se caracterizar os parâmetros que a teoria gerativa propõe.

1.2.1 Uma visão contrária (Borges Neto, 2004)

No entanto, esse otimismo em relação à possibilidade de conciliar dois quadros teóricos com objetivos e pressupostos mutuamente distintos não é compartilhado por todos. Ressalte-se, por exemplo, o trabalho desenvolvido por Borges Neto (2004), sob o título *A incomensurabilidade e a “compatibilização” de teorias*, no qual manifesta sua oposição a esse casamento. Para esse autor, é impossível aproximar teorias incomensuráveis, visto que “a teoria veicula a concepção de realidade da comunidade científica que tem sua pesquisa orientada por ela” (p. 198). Compara, então, a relação entre teorias distintas à tradução de

⁹ Cf. Ramos, 1999.

uma língua para outra, a qual, segundo o autor, não é realizada sem que alguma, a traduzida ou a tradutora, seja maculada.

Aprofundando a reflexão, analisa, por exemplo, o termo *complementares* (grifo nosso) usado por Tarallo (1987: 55) e citado por Borges Neto (2004) na seguinte passagem:

Evidentemente, os pressupostos teóricos e os procedimentos metodológicos de um e de outro modelo são radicalmente opostos: não se trata pois de romper fronteiras e confundir domínios no sentido de “parametrizar” (ou de eliminar) diferença, mas, sobretudo, de enfatizar a complementaridade entre os modelos naquilo que eles permitem ou (permitirem) compatibilizar.

Borges Neto (2004) considera serem complementares as teorias que tenham por objeto de estudo “componentes” (destaque do autor) distintos da linguagem, isto é, uma se dedicaria ao estudo dos fenômenos fonológicos e a outra se dedicaria aos fenômenos sintáticos. Segundo o autor, pode-se supor que a intenção, ao usar esse termo, fosse a de demonstrar que a sociolinguística juntamente com a gramática gerativa tratem de assuntos distintos e que sua proposta – a sociolinguística paramétrica - estabeleça as “pontes” (grifo do autor) para que se transite de uma para outra.

Após essa análise, Borges Neto (2004) observa que é facilmente perceptível para quem conhece as teorias que não é com essa concepção que Tarallo usa o termo “complementaridade”. Para o autor, ainda que se dissesse que a gramática gerativa se volta para a *competência* e a sociolinguística para o *desempenho*, haveria resistência dos sociolinguistas, “para quem a distinção entre competência e desempenho carece de sentido”. Em nota, entretanto, afirma que a distinção entre competência e desempenho é recuperada pela proposta de Cedergran e Sankoff (1974), o que comprova que não é à distinção entre esses termos que o termo “complementaridade” se aplica.

No caso da Sociolinguística Paramétrica, por ser uma tentativa de compatibilizar a teoria gerativa com a teoria variacionista, trata-se, segundo o autor, de duas teorias “queijos suíços”¹⁰, perspectiva encontrada em outros autores também ligados à sociolinguística, como Oliveira (1986). Assim, a teoria gerativa daria uma explicação do objeto de estudos, entretanto, devido à complexa realidade, algumas regiões do objeto ficariam sem descrição. Essas regiões seriam, então, preenchidas pela sociolinguística, como teoria ancilar. Dessa união resultaria uma explicação/descrição mais completa do objeto.

¹⁰ Feyerabend chama *Teoria do Queijo Suíço* explicando que “*Toda cosmologia (toda linguagem, todo modo de percepção) apresenta apreciáveis lacunas que podem ser preenchidas, permanecendo inalterado tudo o mais* (Feyerabend, 1977: 393 *apud* Borges Neto, 2004: 201).

Assim, considerar as teorias como “queijos suíços” é compreender o Zelig de Tarallo, isto é, alguém que, reconhecendo as lacunas, não consegue ou não quer se comprometer com nenhuma das teorias. Como Zelig, não vê a possibilidade de, criando uma terceira teoria, superar as outras duas, entende-as, portanto, como “queijos-suíços”, sendo mais fácil justapô-las como num jogo de encaixes.

No prosseguimento de sua análise na busca de entender de forma mais aprofundada a proposta de Tarallo, Borges Neto (2004: 203) observa que “Toda teoria supõe um ponto de vista ou sistema de referências cujos elementos surgem de acordo com certos *princípios de construção*.” Com esses princípios de construção, a teoria descobre e diz certas coisas como também é impedida de dizer ou descobrir outras, isto é, há conceitos que, sendo ditos ou descobertos, violam os princípios de construção. Para saber se duas teorias são incomensuráveis ou não, deve-se tomar conceitos construídos em uma delas e verificar se violam os princípios de construção da outra. Caso haja violação, elas são consideradas incomensuráveis.

Para demonstrar isso, Borges Neto (2004) apresenta um trabalho de Milroy (1980), que analisa as variáveis fonológicas de duas jovens de uma mesma comunidade investigando a hipótese de que uma das jovens (Paula) aproxima-se mais das normas lingüísticas do vernáculo do que a outra (Hannah), embora apresentem idade, sexo, classe muito semelhantes. A constatação de que Paula é mais integrada à comunidade do que Hannah confirma a hipótese de Milroy. Os dados com os quais a autora trabalha – os “scores” dos falantes em relação às variáveis fonológicas; o complexo de relações entre os indivíduos que compõem a comunidade em que vivem Paula e Hannah; a descrição, independente do vernáculo – supõem alguns conceitos teóricos como os de variável, de vernáculo, de comunidade e de rede social. Além desses dados e conceitos, a autora necessita de um *instrumento de medida* para medir a distância entre a fala do indivíduo e do vernáculo e de uma *hipótese* para prever a correlação entre os resultados, bem como a integração do indivíduos na rede de relações sociais da comunidade. Ao final da descrição de todos os passos para se completar a análise, o autor conclui que, no quadro da teoria gerativa, não é possível Milroy (1980) dizer o que disse sobre a fala das jovens.

Borges Neto (2004) afirma que não é possível encontrar conceitos de uma teoria na outra: usando a terminologia gerativa, a sociolingüística atém-se à língua-E, enquanto a teoria gerativa dedica-se ao estudo da língua-I. Ainda que seja uma análise só quantitativa, o autor não vê como um gerativista trabalharia com uma afirmação do tipo “um indivíduo usa em 80% das vezes uma construção relativa do tipo 1 e em 20% das vezes uma construção

relativa do tipo 2, enquanto outro indivíduo usa em 100% das vezes a construção relativa de tipo 1”.

Até essa etapa da discussão, o autor considera que a gramática gerativa e a sociolinguística são teorias incomensuráveis e propõe então discutir o que considera uma objeção ao fato acima mencionado: embora não se possa encontrar conceitos da sociolinguística na gramática gerativa, talvez, inversamente, se possa encontrar conceitos da gramática gerativa na sociolinguística.

O autor explica que os objetos de estudo da gramática gerativa e da sociolinguística são diferentes: o da gramática gerativa é a *gramática universal* e o da sociolinguística é a *gramática da comunidade de fala: o sistema de comunicação usado na interação social*. Assim como os *dados* são *manifestações do objeto*, os *conceitos* representam elementos atribuídos ao objeto, as *hipóteses* são hipóteses sobre o objeto ou seus elementos. Para Borges Neto (2004), não faz sentido pretender que uma teoria dê conta de tarefas para as quais não foi criada; não se pode esperar que a gramática gerativa dê conta da mudança e da variação linguística nem que a sociolinguística dê conta da gramática universal.

O autor sente-se, então, em condições de esclarecer, analisar e criticar a proposta de Tarallo, na qual são utilizados alguns fenômenos que, de forma mais ou menos semelhante, ocorrem entre as línguas. Menciona o exemplo da inversão de sujeito em português, espanhol e francês. Embora o *parâmetro pro-drop* (parâmetro do sujeito nulo) compreenda como uma de suas propriedades, a inversão livre do sujeito para as línguas *pro-drop* (como português e o espanhol), e a não-inversão livre do sujeito para as línguas *não-pro-drop*, como a francesa, em nenhuma das três línguas, a inversão é livre, mas condicionada por fatores sintáticos, os quais, contrariando os limites dados pelo *parâmetro pro-drop*, apresentam comportamento distinto.

Borges Neto (2004: 209) observa que Tarallo, sem desconsiderar possível erro na definição de parâmetro, propõe que haja variação no interior desse fenômeno, estendendo, então, seu conceito:

... a noção de parâmetro procura resgatar, no quadro da gramática gerativa, a *variação linguística intersistêmica* e o que ele propõe é que se dê um passo a mais: que se traga a noção de parâmetro para o interior das línguas e, com ela, procure-se resolver a *variação intrassistêmica*.

A proposta de Tarallo, afirma Borges Neto (2004), dá margem a duas interpretações: uma forte e uma fraca. A interpretação forte seria a noção de parâmetro, assim como

concebida pela gramática gerativa, nos conceitos teóricos da sociolingüística; a interpretação fraca seria a criação, no quadro teórico da sociolingüística, de um conceito homônimo de parâmetro. Para o autor, o texto de Tarallo demonstra hesitação quanto a decidir por uma ou outra.

Assumindo a interpretação forte, Tarallo poderia adotar uma perspectiva *instrumentalista*, o que tornaria as teorias meras notações adequadas para o cálculo e para as previsões dos fatos. Isso retiraria das teorias científicas a visão de mundo que lhes é essencial.

Para mostrar essa interpretação instrumentalista, Borges Neto (2004) cita um comentário de Tarallo em que ele considera a possibilidade de, por um momento, desconsiderar o social, que é tão presente na análise sociolingüística. Esvaziando-se a sociolingüística do componente social, ela deixa de ser teoria e passa a ser metodologia de análise de dados, com a única diferença de outras metodologias de prestar atenção às variações inter e intra-individuais e pelo uso de instrumental estatístico.

Por outro lado, afirma Borges Neto (2004), a gramática gerativa não tem como aproveitar os resultados dos estudos sociolingüísticos, uma vez que se baseiam na comunidade lingüística e não no indivíduo. Os resultados de análises sociolingüísticas envolvem tanto aspectos estruturais quanto não-estruturais. Se os aspectos não-estruturais forem retirados para adaptar-se à teoria gerativa, os dados não serão mais sociolingüísticos.

O uso dos dados sociolingüísticos pode ser interessante para o gerativista testar suas hipóteses empíricas acerca dos parâmetros e de suas propriedades definidoras. Entretanto, devem ser reinterpretados para garantir que não existe determinação de outros módulos da mente, além do específico da linguagem. Assim, introduzir a noção de parâmetro na sociolingüística significa ou a retirada do conceito de parâmetro de seu lugar próprio ou o esvaziamento da sociolingüística do que lhe é essencial.

Na interpretação fraca, a noção de parâmetro – entendido como homônimo da gramática gerativa – seria construída no quadro da sociolingüística. Ressalte-se, entretanto, com base no texto de Tarallo, que essa construção permite, na melhor das hipóteses, apenas uma relação da analogia com o conceito da gramática gerativa.

Tomando como referência os comentários de Tarallo acerca dos resultados obtidos por Poplack sobre a variação fonológica no espanhol porto-riqueno, Borges Neto (2004) mostra que Tarallo parte dos resultados particulares para, por indução, buscar os universais, o que torna seu parâmetro uma generalização de particulares, assemelhando-se aos

universais de Greenberg. Se partisse do universal em busca do particular, ele não seria um sociolinguísta, mas um gerativista.

Para Borges Neto (2004), há uma única possibilidade de parametrização dos dados da variação e da mudança, o que permitiria uma aproximação entre as duas teorias: (i) a gramática gerativa começa a caminhar na direção do variável, do diferente; os universais não são mais absolutos, isto é, admitem variação; (ii) a sociolinguística deixa de se ocupar só do variável e passa a enxergar generalizações. Dessa forma, é possível acreditar num momento em que o detalhamento da gramática gerativa se encontra com a generalização da sociolinguística. Enfim, Borges Neto (2004: 214) assim se manifesta sobre a proposta de Tarallo:

[...] ao parametrizar a sintaxe, a gramática gerativa *desce* um nível no grau de abstração, aproximando-se do concreto. Os trabalhos de variação e mudança, na medida em que são “parametrizados”, *sobem* um degrau em direção do abstrato. Pode-se prever que a “abstração” da sociolinguística e a “concretização” da gramática gerativa aproximem, “de forma lenta, gradual e segura”, as duas teorias. Para Tarallo, tal “aproximação” não só é desejável, como é *inevitável*. Não fica clara, nos trabalhos de Tarallo, a vantagem que a sociolinguística teria com essa “aproximação”, mas para a gramática gerativa, a “aproximação” abriria uma bela possibilidade para a avaliação empírica das hipóteses de parâmetros.

Borges Neto (2004), mais uma vez, vê a proposta de Tarallo como a teoria do “queijo suíço”, mas no sentido de justificar resultados de teorias que serviriam de lugar de testagem dos resultados uma da outra. Conclui, então, que os resultados de teorias incomensuráveis também serão incomensuráveis e que os resultados – condicionados pelos princípios de construção assim como conceitos e hipóteses – devem ser reinterpretados para servirem a uma teoria. Embora o autor considere incomensuráveis tanto a teoria gerativa e a sociolinguística quanto aos resultados obtidos por meio delas, é nesse autor mesmo que encontramos elementos para afirmar que é possível e necessário até lidar com teorias que apresentam visões distintas do objeto. Na introdução de seu livro, afirma que é inevitável e necessário que existam teorias concorrentes e que as teorias são visões particulares do real, isto é, apresentam modos diversos de ver a realidade. Se a realidade de que tratam as teorias é a linguagem e se cada uma interpreta de modo particular essa realidade, nada mais compreensível que, além de se ter teorias concorrentes, possamos também adotar mais de uma teoria para se ter visão mais ampla da realidade.

Conforme observado por Heloísa Salles (c.p), a idéia de um quadro teórico que articula ambas as perspectivas requer, em sua justificativa, uma abordagem em que o efeito dos fatores externos (responsáveis pelas condições de distribuição das formas linguísticas)

se manifesta crucialmente na constituição do *input* lingüístico da aquisição de língua (materna), entendida como o *locus* da mudança lingüística. Considerando-se que os efeitos da mudança não estão acessíveis à investigação (pelo menos indiretamente), porque envolvem processos no nível psicolingüístico (e, portanto, individual) da aquisição de língua (materna, crucialmente, mas também de segunda língua, dependendo das propriedades que se atribui a esse processo, e sua articulação com o primeiro, por exemplo, em relação a questões como refixação de parâmetros), faz-se necessário analisar os fatos em nível populacional de comunidade. Essa análise nos remete à investigação das formas lingüísticas no contexto social, considerando-se as variáveis sociolingüísticas, amplamente referidas na tradição laboviana, e os efeitos psicossociais que lhe são associados, além de fatores cognitivos no nível do processamento, cujos efeitos se mostram também relevantes. No âmbito dessa (complexa) articulação é que se verifica a constituição dos dados do *input*, para a aquisição de língua (materna ou segunda, dependendo das condições do contato lingüístico), o que torna tais aspectos relevantes tanto para quem adota o pressuposto inatista, tal como definido na tradição chomskyana, como o pressuposto variacionista, na análise da mudança lingüística (cf. ainda Salles, 2006).

1.2.2 Uma visão favorável (Ramos, 1999)

Diferentemente de Borges Neto (2004), Ramos (1999), em seu texto “*Sociolingüística Paramétrica*” ou “*Variação Paramétrica*”?, aponta aspectos esclarecedores acerca do casamento da teoria gerativa com a teoria variacionista, questionando o termo “sócio” para essa abordagem, como se fosse uma sub-área da sociolingüística. Afirma que

[...] o que Tarallo chamou de “Sociolingüística Paramétrica” tem-se mostrado, de fato, como uma **nova** maneira de fazer lingüística, ou mais exatamente, o início do “momento pós- saussureano” a que Guy (1996) se refere como um momento em que se encaminha para uma “teoria integrada da linguagem”. (Ramos, 1999: 84)

Para não tornar opaco esse avanço no estudo da linguagem, a autora propõe uma revisão no rótulo, sugerindo Lingüística ou Variação Paramétrica. Acredita que seria útil retomar o termo sob a luz das duas teorias que compõem esta abordagem, o que considera ser um salto qualitativo na maneira de fazer lingüística.

Nesse texto, a autora destaca o que Tarallo e Kato (1989) identificam como momentos diferentes para o trabalho sociolinguístico: (i) a descrição dos dados, na qual se percebem as probabilidades e sua sistematicidade; (ii) a análise dos dados, que permite prever as circunstâncias em que uma propriedade vai se manifestar e em que configurações ou momentos, internos ao sistema, pode-se prever a manifestação de outra propriedade. Esses momentos de generalizações translinguísticos são chamados de ahistóricos da teoria da variação ou de parâmetros sociolinguísticos. Segundo Tarallo (*apud* Ramos, 1999: 85), Labov foi o pesquisador que chegou ao estágio de alcançar caráter preditivo, isto é, Labov é alguém que faz “sociolinguística paramétrica.” No entanto, seria difícil alguém considerá-lo do grupo de quem faz sociolinguística usando a noção de parâmetro, conforme os pressupostos gerativistas.

Assim, lançar mão das teorias gerativa e variacionista não é, para Ramos (1999), assim como não é para Tarallo (1987), considerar uma sociolinguística que assume os pressupostos gerativistas, mas “seria, sim, um momento de investigação em teoria da variação em que propriedades seriam descritas em termos de polarização: presença/ausência, forte/ fraco, independentemente da língua ou do momento histórico.” (Ramos, 1999: 84). Com base nessa afirmação, surgem alguns questionamentos: (i) Seriam estes os momentos em que uma investigação alcança seu nível de adequação explicativa?; (ii) O que tais propriedades iluminariam em relação a questões mais graves? e (iii) A Teoria da Variação pretende responder a quais questões gerais? Como resposta, Ramos (1999) utiliza a seguinte afirmação de Labov (1972: 207): “o objetivo aqui não é necessariamente oferecer à linguística uma nova teoria da linguagem, mas antes fornecer um novo método de trabalho.”

O resultado do estudo de propriedades translinguísticas, conclui Ramos (1999), seria semelhante ao dos tipologistas, cujo conceito de parâmetro, transcrito a seguir, é utilizado por Kato e Tarallo (1987: 13): “Para Comrie um parâmetro é uma propriedade que varia nas línguas de forma significativa, i.e., quando se correlaciona com outras propriedades, em relações implicacionais.”

Ramos (1999) ressalta, entretanto, que, apesar da incorporação do conceito na teoria chomskyana, há grande diferença entre descobrir/identificar uma variação paramétrica para um tipologista e para um gerativista. Enquanto um se volta para a sistematicidade evidenciada no nível mais superficial, o outro volta-se para a interpretação teórica dessa sistematicidade; o que importa, no entanto, segundo Ramos (1999), é a descoberta das propriedades e das conseqüentes predições.

Posteriormente, de acordo com Ramos (1999), a associação entre sociolinguística e gramática gerativa torna-se evidente com a assunção do termo *parâmetro* na perspectiva chomskyana, conforme mostrado em Tarallo, Ramos e Nunes (1990). Quanto a esse grupo de pesquisadores, Ramos (1999) observa que assumiram o rótulo ‘paramétrico’ (destaque nosso), acreditando que o retrato do Brasil seria alcançado com a utilização dessa nova perspectiva teórica: o espelhamento entre variação intra-lingüística e inter-lingüística a partir de hipóteses estruturais fortes (ao nível diacrônico) com base no modelo inter-lingüístico chomskiano. Ramos (1999) afirma que não se encontra, nesses autores, a tentativa de se aproximar os modelos empirista e racionalista a partir de seus fundamentos básicos ou de suas concepções individuais acerca da linguagem.

Como, segundo Lightfoot (1991), não há uma teoria substantiva de parâmetro, a autora questiona se a gramática gerativa não consegue ainda a compatibilização entre a noção da variação paramétrica com os pressupostos gerativistas. Isso porque, para ela, ainda que a noção de parâmetro seja central para a pesquisa gerativa, a análise dos dados parece apresentar uma incapacidade de desvendar propriedades mais básicas. No entanto, afirma que o que interessa é o reconhecimento de que lidar com a variação tornou-se um dos problemas da gramática gerativa, uma questão interna à teoria. Soma-se a isso o fato de considerar o parâmetro como o *locus* possível da variação gramatical ou das gramáticas individuais.

De qualquer forma, surgem problemas empíricos: Lightfoot (1989) fala em diglossia interna¹¹ e Kroch (1989) em gramática em competição¹². Para Labov (1975: 77 *apud* Ramos 1999), “é inconcebível que possa haver uma lingüística que não considere a linguagem socialmente”. O fato de Labov avaliar que os fatores internos e os externos são independentes e de tratar desses fatores divididos em volumes no livro *Principles of Linguistic Change* confirma, para Ramos (1999), a preocupação formalista desse lingüista. Diante disso, a autora justifica o uso do termo sociolinguística em Sociolinguística Paramétrica, o qual visa a recuperar/ explicar a força dos fatores internos, do aspecto formal da gramática e, por isso, considera ser mais “lingüística” do que “sociolinguística.”

Ramos (1999) apresenta, ainda, comentários acerca de desenvolvimentos na gramática gerativa, os quais tendem a reforçar o “casamento” entre a Teoria da Variação e a Teoria Gerativa: (i) aceitação de evidências de natureza quantitativa; (ii) restrição a dados introspectivos e (iii) rejeição à opcionalidade.

¹¹ Uso de dois parâmetros referentes à fixação de um parâmetro numa determinada comunidade.

¹² Presença de duas formas (ou duas gramáticas) em um falante ou em uma comunidade de fala.

Para o primeiro, cita Lightfoot (1991), que considera a frequência como fator de identificação de tipos de mudança ou mudanças catastróficas, que resultam da fixação de um novo parâmetro. Para Kroch (1989), as mudanças que envolvem a fixação de um parâmetro se manifestam mais rapidamente que outras, manifestando-se em curva em S¹³. Ainda referindo-se ao item (i), Lightfoot (1997) assume que a gramática universal (GU), além de especificar um conjunto de parâmetros, ou seja, um elemento da língua-I derivado do *input*, forneceria pistas para a fixação de cada parâmetro, em meio ao ambiente lingüístico, as quais em maior ou menor frequência determinariam a gramática da criança.

Quanto ao item (ii), restrição a dados introspectivos, Ramos (1999) cita Chomsky (1964), que considera questionáveis os julgamentos de gramaticalidade assim como um produto do sistema (como um enunciado). Ambos podem ser suscetíveis de erros e podem sofrer interferência de algumas situações, tais como, limitação de memória, distração. Por isso, embora veja problemas com este recurso, visto que vários fatores podem obstruir o acesso direto à competência, ressalta que, em falta de recurso melhor, os julgamentos são utilizados.

O terceiro item mencionado, a opcionalidade, tem relação com o problema de economia, segundo o qual, se são duas derivações de uma mesma numeração, a menos econômica delas deveria ser excluída. Essa postulação das condições de economia, segundo Ramos (1999), gera o nascimento de uma bibliografia que lida com ferramentas de contraste entre formas de prestígio e formas de não-prestígio.

Ramos (1999) cita um estudo sincrônico de Sobin, que, em análise de sentenças com o expletivo **there** (grifo da autora), levanta as seguintes questões: (i) Por que há descontinuidade nas construções entre língua de prestígio e língua normal, de não prestígio?; (ii) Por que tais construções de prestígio são difíceis de aprender ou adquirir, requerendo aprendizagem formal?; (iii) Por que os falantes da língua de prestígio hipercorrigem? e (iv) Se o falante “edita” ou “monitora” sua fala, que mecanismo ele usa?

Esses questionamentos, com base em dados sincrônicos do inglês, tornam os limites que separam as análises labovianas e gerativistas menos rígidos, considerando-se que os dados que refletem variação começam a ser analisados como fatos lingüísticos pelos gerativistas. A aceitação da noção de variação como fenômeno gramatical pelo gerativista se opõe à presença de opcionalidade entre formas lingüísticas.

¹³ Forma em curva que representa a substituição no tempo, quando, de acordo com a teoria da evolução, duas formas alternativas estão em competição e uma possui vantagem tornando-se mais provável seu uso futuro (Naro, 2004: 22).

Esse trabalho, afirma Ramos (1999), torna evidente o espaço que se abre na teoria gerativa para se tratar de fatos de variação no indivíduo: aceitar “diglossia interna” ou “gramáticas em competição” é uma forma de garantir a coerência interna do modelo. Existe, segundo a autora, no estudo dos fatos relacionados à mudança lingüística, um ideário comum entre as considerações de Kroch, Lighfoot, Kato e Tarallo.

Ideário comum à parte, Ramos (1999) não acredita que os trabalhos como os de Kroch exemplifiquem estudos sociolingüísticos, visto que assumem concepção de linguagem e metodologia de lidar com os dados diferente da análise do sociolingüista. Admite, entretanto, haver um salto qualitativo no sentido de que a metodologia utilizada não é indutiva, mas voltada para o uso dos dados reais. Segundo Ramos (1999), pela sistematicidade desses dados, que é demonstrada quantitativamente, manifestam-se propriedades abstratas da gramática, a qual é entendida como uma faculdade da mente.

Fazendo-se uma avaliação das considerações formuladas em Ramos (1999) e Borges Neto (2004) e considerando-se que há uma série de estudos que vêm sendo realizados sob a perspectiva da Variação Paramétrica, dando importantes contribuições para o (re)conhecimento de propriedades da língua – objeto de estudo comum às duas teorias –, não se trata, portanto, a nosso ver, de teorias incompatíveis. Trata-se de um fazer científico que utiliza o que estes modelos teóricos – Teoria variacionista e Teoria gerativa – têm a oferecer para que estudiosos, pesquisadores tenham mais condições de testar e analisar hipóteses acerca dos fenômenos lingüísticos, ampliando a compreensão do funcionamento do sistema das línguas. Enquanto uma aponta as probabilidades de uso, a outra aponta as propriedades e as (possíveis) mudanças paramétricas.

É com base nessa metodologia, nos moldes em que Ramos (1999) expõe, que pretendemos desenvolver nosso estudo: quantificar os dados, ou seja, as estruturas da língua-E para, a partir daí, pela sistematicidade apresentada, identificar propriedades das estruturas completivas no PB, representadas pelos dados do Nordeste e do Sudeste/Centro-Oeste. De posse do conjunto de dados, podemos, também, verificar se os resultados obtidos com os dados de João Pessoa apresentam variação na distribuição do modo verbal em estruturas completivas como nos dados do Rio de Janeiro/Brasília.¹⁴

Confirmando-se nossa hipótese inicial de que o subjuntivo é mais produtivo na região Nordeste, o que significa para nós a manutenção de formas do *input* recebido no período da colonização, pretendemos avançar um pouco pela diacronia.

¹⁴ Cf. Rocha, 1997.

1.3 “Renascimento” dos estudos diacrônicos

Em seu texto, “*Como, o que e por que escavar?*”¹⁵, Kato (1993) relata os passos de dois importantes acontecimentos para a lingüística, em especial, a brasileira, e em particular para o presente estudo: (i) a consolidação da união entre a Teoria Gerativa e a Teoria Variacionista e (ii) o renascimento da lingüística histórica, isto é, o reconhecimento da importância do estudo diacrônico.

Kato (1993) explica que, com a introdução do estudo da lingüística moderna no currículo do curso de Letras das universidades brasileiras, foram relegados a segundo plano os estudos diacrônicos, uma consequência da ideologia rigidamente ahistórica do início do estruturalismo. Tal fato se explica por força do sucesso inicial das teses estruturalistas, como a possibilidade de se levantar um sistema lingüístico sem o conhecimento de sua história.

O estudo com base na lingüística sincrônica, diz Kato (1993: 14), era muito mais atrativo, com destaque especial para os da linha sociolingüística, cujos objetivos pareciam ser mais relevantes: investigar a língua em seu contexto de uso, descrever a língua em suas variedades geográficas e em situações de contato, perceber as diferenças entre a gramática que se fala e a gramática que se escreve.

Em função disso, a sociolingüística, afirma Kato (1993: 14), desenvolve-se em todo o continente americano. “É a vocação do colonizado, em busca da identidade lingüística própria”. Essa busca de identidade, de saber como a própria língua foi adquirida, necessita da História, não com a pesquisa direcionada do passado para o presente, mas do presente para o passado. Entende-se que, se a língua apresenta variação entre formas velhas e formas novas, pode-se encontrar as pistas para a língua do passado no presente.

Com a certeza de que a sincronia encontra-se a serviço da diacronia, segundo a autora, Tarallo procura promover o estudo da lingüística histórica, tornando-a instigante para o aluno. Propõe então *escavar* na linha do presente para o passado, alcançando assim seu objetivo: o renascimento da lingüística histórica, fortalecida com a participação de jovens pesquisadores.

Entretanto, Kato (1993) questiona esse renascimento, visto que vários trabalhos na linha diacrônica vinham sendo produzidos, faltando-lhes apenas o reconhecimento ou a divulgação. Afirma que, além dos estudiosos Anthony Naro, no Rio de Janeiro; Fernando

¹⁵ Metáforas utilizadas por Fernando Tarallo e utilizadas como título do texto de apresentação do livro *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica* (Roberts & Kato (org.), 1993.)

Tarallo, em São Paulo; Marco Antônio de Oliveira, em Belo Horizonte, que participaram do que Kato chama de “empreitada variacionista diacrônica”, outros pesquisadores, como Rosa Virgínia Mattos e Silva, desenvolviam pesquisas *escavando* profunda e silenciosamente, mas cada vez mais fundo. Um resultado desse trabalho silencioso e profundo é a obra *Estruturas Trecentistas*, referência no estudo de textos antigos.

O fato é que Fernando Tarallo, com sua pesquisa variacionista, e Rosa Virgínia Mattos e Silva, com seu trabalho de arqueóloga-estruturalista vislumbraram “o momento do encontro do túnel”, e que chegaria o dia de um trabalho de cooperação. Enquanto isso, houve o chamado casamento entre Tarallo e Kato (1989), o que resulta num trabalho de abordagem intra e inter-lingüística. Não demorou muito para que, contando com o auxílio de Charlotte Galves, surgisse a inspiração para o início da empreitada diacrônica.

Em pesquisa diacrônica, afirma Kato (1993), o investigador não pode usar a competência do falante nem a sua própria (manifesta, por exemplo, nos julgamentos de agramaticalidade), o que leva o lingüista a trabalhar só com dados positivos. Isso significa uma imersão nos dados e uma análise que apresenta argumentos quantitativos de correlação ou de concomitância de mudanças, com o objetivo de se verificar se houve de fato uma mudança paramétrica (termo da teoria gerativa) ou uma mudança encaixada em uma matriz estrutural (termo da sociolingüística).

Essa imersão nos dados, afirma Kato (1993), justifica ainda mais a necessidade de se fazer análise empírica. É a partir dela, da análise empírica, que, segundo a autora, se pode apreender as três fases que Roberts (1993) vê na mudança:

- (i) *passos*: refere-se à fase em que uma construção começa a ser mais usada pelos falantes do que outra, mas o sistema gramatical ainda admite ambas;
- (ii) *reanálise*: refere-se à fase em que essas estruturas sofrem uma redução significativa de freqüência e passam a ser interpretadas/ representadas diferentemente, isto é, a criança interpreta uma estrutura que recebeu como *input* (da experiência lingüística da geração mais velha) de forma diferente; formando-se, assim, a gramática interna da geração mais nova;
- (iii) *mudança paramétrica*: ocorre através de reanálises diacrônicas; refere-se à fase em que estruturas deixam de existir na gramática, isto é, tornam-se agramaticais.

Além da necessidade que as etapas acima têm da verificação empírica de frequência de ocorrência, “a *reanálise* e a *mudança paramétrica*” exigem uma teoria sobre as línguas-I e uma teoria de aquisição. O fato é que todo esse aparato metodológico permitiu-lhes a “escavação” e a de vários outros trabalhos que se inspiraram em Tarallo e Kato (1989).

Essa escavação tem dupla explicação. Para o variacionista, os motivos seriam descrever as mudanças ocorridas e avaliar fatores externos e estruturais que propiciaram as mudanças. Por outro lado, os gerativistas diriam que os motivos seriam conhecer que parâmetro teve seu valor alterado de forma que justificasse todas as mudanças superficiais ocorridas e também procurar associar mudança e aquisição. Essa associação tende a fortalecer os estudos diacrônicos, que passam a ser um meio para se compreender a aquisição.

Assim, vários estudos vão sendo desenvolvidos, alguns na perspectiva da Variação Paramétrica, muitos enveredando pelo caminho diacrônico. O fato é que a lingüística histórica renasceu no Brasil e, com base nela, muitos resultados das pesquisas apontam para uma situação de mudança no português brasileiro (em relação a períodos prévios e, em relação ao português europeu). Segundo Kato (1993: 19), essa mudança representa não uma ‘deterioração da gramática’, como pensam aqueles que tiveram sua formação com base no prescritivismo, mas uma reorganização interna coerente, uma mudança paramétrica na língua.

Na próxima seção, dando continuidade ao que vimos até aqui, fazemos uma apresentação teórica de alguns aspectos referentes à mudança lingüística/paramétrica.

1.4 Mudança lingüística/paramétrica

De acordo com a abordagem gerativa, a mudança lingüística ocorre no período da aquisição da língua, quando a criança não encontra evidências suficientes nos dados a que é exposta para a fixação de um parâmetro. A fixação de parâmetros – opções em aberto da GU – depende do acesso à experiência detonadora, representada segundo Lightfoot (1997) por dados robustos do tipo que qualquer criança ouve com frequência, os quais são filtrados e organizados pela gramática universal.

Essa experiência, que serve como gatilho, pode levar a criança a fixar parâmetros que são diferentes daqueles recebidos como *input*, podendo alterar a estrutura de uma dada

língua. Assim, a mudança tem início quando a criança internaliza uma gramática que, pelo menos em um parâmetro, é diferente da gramática internalizada pelos falantes dos quais recebeu o *input*. As mudanças são consequência da inter-relação de fatores acidentais (guerras, invasões etc) e das restrições impostas pela faculdade da linguagem.

Para verificar essa mudança, gerativistas têm se voltado para o estudo diacrônico em busca de determinantes desse processo. Tenta-se, assim, estudando fases de uma dada língua, descobrir qual parâmetro teria passado por fixação diferente e como a aquisição teria proporcionado tal mudança. Segundo Lightfoot (1997) e Roberts (1993), a mudança ocorre gradualmente por meio de manifestações superficiais de alguma mudança em certos tipos de construções nos dados provocando uma reanálise.

Ocorre, nesse caso, a redução de uma forma a uma frequência abaixo do limite da aprendizagem, o que muda a experiência detonadora para a criança, podendo-se ver, em decorrência disso, uma mudança de gramática, chamada por Lightfoot (1991) de mudança catastrófica.

Certo é que, com o tempo, o valor de um parâmetro pode mudar. É o que aconteceu, por exemplo, no francês e no PB, que eram línguas de sujeito nulo. No francês, esse tipo de sujeito atualmente não é admitido; e, no PB, o preenchimento do sujeito tem se tornado cada vez mais freqüente, isto é, o PB está se tornando também uma língua de sujeito pleno.

Dos vários estudos sobre mudança, destacamos o de Kroch (2003), que diferentemente de Lightfoot (1991), define a mudança lingüística como uma falha na transmissão de traços lingüísticos através do tempo, gerando, então, o que este lingüista chama de transmissão imperfeita. Essa falha pode ocorrer no período da aquisição da linguagem e na aquisição da segunda língua, entre grupos de falantes nativos adultos, em situação de contato de línguas – considerado um fator atuante para a mudança sintática –, caracterizando um aprendizado imperfeito. Essa mudança seria a responsável por afetar a frequência com que certas formas são usadas, visto que se propagariam através da comunidade de fala.

A falha no período da aquisição provavelmente se deve a alguma alteração na evidência disponível para o aprendiz que fixa, então, um parâmetro diferente do que recebeu. Quanto ao adulto em situação de contato, ele aprende de forma “imperfeita” a segunda língua e é essa a forma que servirá de *input* para as crianças em aquisição de primeira língua.

Em relação à fixação de parâmetros, com base no modelo de transmissão imperfeita, algumas hipóteses devem ser observadas. Um parâmetro fixado no período da aquisição

apresenta como propriedade do dispositivo de aquisição da linguagem a irreversibilidade. Isso quer dizer que, se um parâmetro for fixado de acordo com os dados do *input*, não muda mais; se for fixado de forma divergente do *input*, o falante ainda pode fixá-lo de acordo com o *input*, não em substituição ao que foi fixado de forma diferente. Esse conhecimento é adicionado ao conhecimento que o falante tem acerca das possibilidades de sua língua, desenvolvendo, assim, a situação do bilingüismo.

Pode ocorrer também de um valor fixado posteriormente, sendo mais recorrente nos dados do que o primeiro, substituir a forma que primeiro foi fixada. Caso os dados sustentem, pode haver a coexistência de dois parâmetros correspondentes a diferentes registros da língua: um do vernáculo e outro mais formal, por exemplo e o aprendiz fazer uso de ambos, caracterizando o que Kroch (2003) denomina de competição de gramáticas. Se uma comunidade apresenta formas em competição relacionadas à fixação de um parâmetro, todo falante vai aprender os dois parâmetros.

Nesse caso, as formas em competição podem apresentar formas diferentes de registro social em que uma variante vernacular guia lentamente uma variante escrita fora de uso, visto que a escrita é mais conservadora. Essas formas em competição representam opções gramaticalmente incompatíveis que se substituem no uso, de maneira que as formas antigas vão sendo substituídas pelas inovadoras em um processo que pode durar séculos.

Kroch (2003) afirma ser necessário permitir uma descrição dos falantes individuais na qual têm propensão para escolher entre suas gramáticas diglósicas numa “razão média característica”, o que parece caracterizar comunidades inteiras de fala, ao longo do tempo, até que uma das gramáticas substitui a outra. Para esse lingüista, é indubitável que os seres humanos, assim como os animais, sigam as freqüências dos eventos em seu ambiente incluindo-se também a freqüência dos eventos lingüísticos e acrescenta também não ser difícil relacionar a variação no uso pelos indivíduos com a mudança sintática.

A mudança é vista como resultado de um processo que concomitante e sucessivamente afeta a língua-I dos indivíduos, cuja gramática particular, mentalmente representada, produz dados de desempenho semelhantes, em oposição à gramática dos indivíduos que forneceram o *input*. Os dados correspondem à língua-E, e é neles que se verificam os fenômenos associados à gradação de freqüência.

Na concepção gerativista, a mudança é abrupta pelo ponto de vista do indivíduo, já que cada gramática internalizada que diverge daquela que serviu de *input* é uma situação de mudança. A questão é que a mudança que se opera nesse nível mental da gramática de um indivíduo não é acessível, visível, o que é visível é a mudança no conjunto dos dados, que é

o resultado do que ocorre com muitos indivíduos. Por isso é preciso considerar as tendências, as freqüências, motivo que nos leva a trabalhar com a perspectiva da Variação Paramétrica.

A Teoria de Princípios e Parâmetros prevê a variação intra e inter-lingüística, descrevendo-a como atribuição de valores diferentes para determinados fatos lingüísticos, admitindo-se a variação paramétrica. A Teoria Variacionista, que também tem interesse em resultados da variação intra e inter-lingüística, considera a variação como um fenômeno universal, visto que ocorre em todas as línguas.

Seja variação intra ou inter-lingüística, ambas as teorias reconhecem a mudança lingüística. A mudança, vista como resultado de diglossia, de gramáticas em competição, ou de um processo natural da dinâmica das línguas naturais, é um fato inegável tanto para a teoria gerativa quanto para a teoria variacionista.

Para a Teoria dos Princípios e Parâmetros, uma mudança que ocorre no período da aquisição da língua, pode afetar a língua-I do falante, desencadeando uma série de outras mudanças no sistema gramatical, manifestando-se na língua-E. Para a Teoria Variacionista, essa mudança se manifesta na língua-E do falante, que é o seu objeto de estudo.

Para analisar esse processo, adotamos a perspectiva da Variação Paramétrica (Tarallo e Kato, 1989), buscando, com a observação dos dados empíricos, manifestados na língua-E, comparar os dialetos do Rio de Janeiro/Brasília e de João Pessoa, e verificar se há um processo de mudança no que diz respeito à seleção do modo verbal em estruturas completivas.

Dando continuidade ao estudo, trataremos, no próximo capítulo, da modalidade e sua expressão na categoria gramatical de modo, das definições e do uso do modo verbal na visão da gramática tradicional e de estudos lingüísticos sob a perspectiva gerativista e variacionista. Com essa abordagem, contamos reunir elementos para discutir o fenômeno da variação no uso do modo verbal no português do Brasil.

2. Modalidade e modo verbal

2.1 Contextualização do problema

Nosso estudo, estando orientado para a questão da variação no uso do modo verbal – indicativo/subjuntivo – com orações subordinadas completivas requer que seja estabelecida a diferença entre *modalidade* e *modo verbal*. Segundo Mateus *et alii* (1989) e Neves (2006), a delimitação do conceito de modalidade passa pela difícil separação de fronteiras entre a lógica e a lingüística. Em termos lingüísticos, é possível afirmar que a modalidade representa a relação entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva.

Lyons (1979: 324), estabelece três escalas de modalidade: (i) a do desejo ou da intenção; (ii) da necessidade ou da obrigação; (iii) da certeza ou da possibilidade. Ressalta, entretanto que essas modalidades podem se subdividir em número maior ou menor de classes: certeza, probabilidade, possibilidade ou diversos tipos de obrigação e necessidade mais ou menos fortes. Há, na verdade, segundo o autor, uma enorme variedade de maneiras nas diversas línguas que marcam gramaticalmente a atitude do falante.

Observemos que é com base na atitude do falante, a qual vem sinalizada pela modalidade, que Lyons (1979: 322) define o modo verbal. Segundo o autor, o modo fica melhor definido em relação a uma classe “não marcada” de frases que expressam simples afirmação de fatos, neutras com respeito à atitude do falante quanto ao que está dizendo. Assim, frases simplesmente declarativas, são não-modais, “não marcadas” quanto ao modo.

Quando, no entanto, determinada língua tem um conjunto de processos gramaticais para “marcar” as frases de acordo com a atitude do falante em relação ao *status* factual do que está dizendo, isto é, sua certeza, sua ênfase, sua incerteza ou dúvida etc, é costume referir-se às frases “não-marcadas” como tendo “um certo modo”, o modo indicativo. O modo subjuntivo, que em grego significava “subordinante”, demonstra que ele é o modo da subordinação. Isso pode ser visto nas línguas românicas, no grego e no latim, uma vez que os modos subjuntivo e indicativo se distribuem conforme o tipo de oração.

Câmara Jr. (1981: 145) define o modo indicativo como o modo verbal mais geral e básico na língua portuguesa. Segundo o autor, o indicativo contrasta com o subjuntivo, que, desde o indo-europeu, é o modo verbal com a tarefa de mostrar que o processo é apenas admitido em nosso espírito, sendo, então, passível de dúvida. O subjuntivo é o modo que,

diferentemente do indicativo, marca uma tomada de posição subjetiva do falante em relação ao processo verbal. Para o autor, existe uma relação de dependência sintática do subjuntivo – que inexistente no indicativo – em relação a uma palavra que o domina, que pode ser o advérbio *talvez*, anteposto, ou um verbo da oração matriz. Acrescenta, entretanto, que as formas do indicativo invadiram a área dos dois outros modos, ficando para os advérbios o papel de marcadores da modalidade de dúvida e de vontade.

O subjuntivo, continua Câmara Jr. (1981), apresenta, no português de hoje, uma servidão gramatical, só sendo usado em tipos especiais de frases. Entendemos servidão gramatical como um uso semântico redundante do modo subjuntivo, visto que a modalidade já é marcada pelo verbo da oração matriz. Diz respeito também ao fato de que o uso do subjuntivo pressupõe a interpretação de incerteza, a qual, naturalmente, é selecionada por algum elemento na oração matriz, marcando aí a redundância. Já o indicativo admite, como de consenso, a interpretação de certeza; entretanto, quando ocorre sob o escopo de uma categoria/palavra que seleciona a interpretação de incerteza, ele assume essa interpretação porque a palavra já determina isso.

Como se vê, as definições de modo e modalidade se entrecruzam, parecendo-nos ser a atitude do falante um dos elementos básicos para essa distinção. Separar um do outro como vimos, é uma tarefa complexa, entretanto assumimos a modalidade como uma categoria semântica e o modo verbal como uma categoria gramatical que marca modalidade. Para melhor entender a relação entre modalidade e modo verbal, tendo em vista essa estreita relação entre tais conceitos, consideramos inicialmente o estudo seminal de Botelho Pereira (1974). Em seguida, ampliaremos a discussão, considerando como o modo verbal é tratado por gramáticos e lingüistas na análise de dados do português brasileiro (PB), do português europeu (PE) e do espanhol.

2.1.1 Modalidade

Adotando a distinção feita por Ducrot e Todorov (1977: 294) segundo a qual um ato de enunciação apresenta o mesmo conteúdo representativo, denominado de *dictum* (relação do predicado com o sujeito) e de *modus* (atitude que o sujeito falante toma em relação ao conteúdo), Botelho Pereira (1974: 66-70) discute as sentenças de (18) a (25), ressaltando que apresentam o mesmo *dictum*, embora remetam a um *modus* (ou modalidade) diferente.

- (18) Pedro viajou.
- (19) Pedro viajou?
- (20) Pedro viajou!
- (21) Pedro viajou?!
- (22) Pedro não viajou.
- (23) a. Pedro viajou, talvez.
 b. Pedro deve ter viajado.
 c. Pedro terá viajado.
 d. Parece que Pedro viajou.
 e. Acho que Pedro viajou.
 f. Paulo disse que Pedro viajou.
- (24) a. Pedro viajou!
 b. Lamento que Pedro viajou.
 c. Alegra-me que Pedro tenha viajado.
 d. Admira-me que Pedro tenha viajado.
- (25) a. Oxalá Pedro viaje!
 b. Quero que Pedro viaje!
 c. Não quero que Pedro viaje.

De acordo com a autora, o estado de coisas descrito em (18) constitui um fato único, que pode ser apresentado de diferentes formas, dependendo de como será distribuída a informação, o que é feito pela articulação entre o tópico, que é a informação conhecida, e o comentário, que é a informação nova. O fato é que, em (18), tanto Pedro, o sujeito sintático, quanto vijou, o predicado sintático, podem assumir o papel de tópico ou comentário. Se o enunciado responde à pergunta “Quem viajou?”, Pedro é comentário e vijou é tópico. Se responde à pergunta “O que fez Pedro?”, Pedro passa a ser tópico e vijou, comentário. Pode ainda acontecer de todo o enunciado “Pedro viajou” corresponder à informação nova, caso responda à pergunta: “O que aconteceu?”

As construções de (19) a (25) apresentam o *dictum* de (18) modificado, ou seja, com o *modus* diferente. A descrição do estado de coisas pela qual é estabelecida a relação entre ‘Pedro’ e ‘viajou’, aparece em (19), (20) e (21) com a marca de um elemento psicológico,

que é a natureza subjetiva da ligação que o locutor estabelece entre o sujeito e o predicado. Nesses três casos, a diferença de sentido se manifesta por uma marca prosódica: a interrogação, a exclamação e a associação das duas. Em (22), a negação constata que não há ligação entre o sujeito e o predicado na realidade objetiva.

Botelho Pereira (1974) observa que, na língua, duas idéias distintas podem ser colocadas em diferentes tipos de correlações: um extremo marcando a existência de uma ligação positiva, que se constata objetivamente (oração declarativa afirmativa) ou acrescida de marcas emocionais ou avaliativas do locutor (oração exclamativa), e no outro extremo, a ausência dessa ligação (oração negativa). E acrescenta que, no meio desses extremos, existe uma ligação entre as idéias que é questionada, colocada em dúvida (oração interrogativa).

Para a autora, essas correlações podem ter caráter objetivo, como nos casos analisados de (18) a (22), ou caráter subjetivo, nas seguintes situações: (i) quando “expressam a ligação do sujeito com o predicado como um fato existente apenas no pensamento do locutor, ou como um relato sobre cujo conteúdo o locutor não se responsabiliza pessoalmente” (p. 69-70), o que se constata em (23); (ii) “quando manifestam o envolvimento emocional ou avaliativo do locutor em relação à ligação afetiva que constata entre sujeito e predicado” (p. 70), o que se verifica em (24); (iii) “quando manifestam sentimento de vontade do locutor de que a ligação entre sujeito e predicado venha ou não venha a se realizar” (p. 70), como em (25).

Tais aspectos, segundo Botelho Pereira (1974) permitem concluir que os exemplos de (18) a (25) ilustram a manifestação de marcas que caracterizam a modalidade, as quais podem ser sistematizadas como a seguir: (i) o grau de realização de ligação entre o sujeito e o predicado (a verdade, a possibilidade, a dúvida, a negação); (ii) o grau de responsabilidade do locutor em relação à afirmação ou negação dessa ligação; (iii) a natureza da ligação (relação de causa e efeito ou de necessidade) ou das condições satisfeitas para que a ligação se tenha realizado ou se realize; (iv) a natureza do envolvimento subjetivo (emocional ou avaliativo) do locutor em relação a essa ligação.

A autora acrescenta que a subjetividade é um componente da definição de modalidade que pode ou não se associar a alguma noção modal, a qual, por sua vez, não é necessariamente subjetiva. A ligação entre o sujeito e o predicado pode ser tida como necessária ou possível, o que, muitas vezes, pode ser de natureza psicológica, ou seja, motivada internamente pelo locutor, como em (26), ou decorrente da natureza dos fatos correlacionados, como em (27).

- (26) Eu necessito que você me *perdoe*.
 (27) É necessário que todo efeito *tenha* uma causa.

Ainda em relação à codificação lingüística da modalidade, Botelho Pereira (1974) destaca o fato de que enunciados formulados em oração simples (declarativa, interrogativa), que recebem uma qualificação modal por meio de marca prosódica (asserção, interrogação, exclamação), de modificadores lexicais (*talvez, oxalá, impreterivelmente, possivelmente*), de verbos modais (*dever, poder*), podem expressar a idéia de significação interrogativa, exclamativa, dubitativa, optativa, imperativa pela subordinação sintática, conforme ilustrado a seguir:

- (28) a. Pedro viajou?
 a'. Pergunto se Pedro viajou.
 b. Pedro viajou!
 b'. Surpreende-me que Pedro tenha viajado.
 c. Pedro viajou, talvez. Pedro deve ter viajado.
 c'. Acho que Pedro viajou.
 d. Oxalá Pedro viaje.
 d'. Desejo que Pedro viaje.
 e. Pedro viajará impreterivelmente. Pedro viajará.
 e'. Ordeno que Pedro viaje.

É interessante notar que a utilização da estrutura subordinada na codificação da modalidade tem como corolário a manifestação da oposição entre o modo indicativo e o modo subjuntivo. De fato, verifica-se que o modo indicativo ocorre com os predicados ‘perguntar’ (28a) e ‘achar’ (28c’), enquanto o subjuntivo ocorre com os predicados ‘surpreender’ (28b’), ‘desejar’ (28d’) e ‘ordenar’ (28e’). Recorremos então ao questionamento feito por Botelho Pereira (1974: 75), o qual se mostra pertinente ao presente estudo: “qual o papel da variação morfológica do verbo nos paradigmas de indicativo e de subjuntivo na expressão da modalidade?”

Conforme amplamente observado na literatura gramatical, os verbos possuem recursos morfológicos próprios para expressar a modalidade por meio dos paradigmas de indicativo e subjuntivo, que apresentam formas capazes de, ao menos em estruturas superficiais, oporem-se semanticamente entre si. Para Botelho Pereira (1974), respondendo à pergunta feita anteriormente, é essa possibilidade de duas orações serem diferenciadas

semanticamente pelo modo verbal, mantendo-se os outros aspectos idênticos, que fornece as bases para que gramáticos e linguistas definam o indicativo e o subjuntivo. A questão da seleção do modo verbal será discutida posteriormente, sendo a contribuição de Botelho Pereira (1974) retomada em confronto com a abordagem de outros autores.

2.2 A escolha do modo verbal no PB, no PE e no espanhol no enfoque dos compêndios gramaticais

Os estudos gramaticais sobre o modo verbal remontam à gramática tradicional. Nessa abordagem, o uso do modo indicativo em oposição ao modo subjuntivo tem sido recorrentemente relacionado com o grau de certeza/incerteza que se quer imprimir ao enunciado. O indicativo está associado à expressão dos fatos tidos como verdadeiros, certos, reais e o subjuntivo, aos fatos possíveis, duvidosos, irreais. Para melhor ilustrar as informações acima, mostraremos o assunto como é encontrado em algumas gramáticas do PB, do PE e do espanhol.

2.2.1 O modo verbal no português brasileiro

Dias (1954), em relação ao uso dos modos verbais, afirma que o indicativo é empregado em todas as orações para as quais não há regra que exija outro modo; o subjuntivo (ou conjuntivo, conforme uso do autor) tem alguns casos específicos de uso, os quais serão apresentados mais abaixo, juntamente com os outros autores, visto serem semelhantes as indicações de uso.

Apresentamos também o assunto como é encontrado na gramática de Cunha e Cintra (2001), uma obra de reconhecida importância no âmbito da literatura gramatical tradicional, cujas características prescritivas podem ser abstraídas, em face da contribuição que proporciona não só na discussão de vários temas gramaticais, como também na descrição do português, em sua variedade notadamente formal/ literária. Segundo esses autores, o uso do verbo no modo indicativo expressa um fato tido como *certo, real* no presente, no passado ou no futuro. Contrapõem o uso desse modo ao modo subjuntivo, cujo uso pressupõe atitude

diversa do falante quando comparado ao modo indicativo. Para eles, o verbo no subjuntivo expressa a existência ou não do fato, o qual é interpretado como uma coisa *incerta, duvidosa, eventual* ou, mesmo, *irreal*.

Almeida (1992) só atribui sentido ao modo subjuntivo caso este modo venha subordinado a outro verbo como indicador de dúvida e de indeterminação. O indicativo mostra que a ação expressa pelo verbo é feita de forma real, categórica, definida, seja o julgamento afirmativo, negativo ou interrogativo.

O que se verifica, em linhas gerais, na maioria das gramáticas tradicionais (GT), é um tratamento semelhante para as definições, assim como as acima mencionadas e um elenco de casos em que ora o verbo deve se manifestar no subjuntivo, ora no indicativo, ora tanto no indicativo quanto no subjuntivo. Para exemplificar, destacamos, em conjunto, o que as gramáticas de Dias (1954), Cunha e Cintra (2001) e Almeida (1992) apresentam em relação ao uso do subjuntivo.

O uso do subjuntivo é indicado em orações encaixadas cujas orações matrizes sejam constituídas de verbos volitivos (*querer, esperar, mandar*); verbos indicadores de sentimentos (*gostar, admirar, alegrar*); verbos indicadores de dúvida (*duvidar, desconfiar*). O uso do indicativo, por sua vez, é indicado quando a oração matriz é constituída de verbos declarativos (*dizer, afirmar*).

Esses gramáticos observam que alguns verbos, como os de julgamento (*achar, pensar, acreditar*), quando forem negados na matriz podem ter o subjuntivo na encaixada. Almeida (1992) acrescenta que, quando esses verbos estiverem ligados a subordinadas que expressam fatos que não se realizaram no passado com relação ao exposto na oração principal, o que representa uma eventualidade, o subjuntivo será o modo indicado.

(29) Imaginava que *fossem* eles (mas não eram.)

(30) Achei que você *possuísse* recursos para isso (mas não possuía.)

Não pretendemos esgotar todos os registros de uso encontrados nessas gramáticas, mas sim mostrar como a seleção do modo verbal é atribuída à carga semântica do verbo da matriz.

2.2.2 O modo verbal no português europeu

Mateus *et alii* (1989) enfatizam a questão da distribuição sintática do modo subjuntivo em relação com as suas propriedades semânticas e consideram o modo subjuntivo de ocorrência obrigatória em orações subordinadas. As autoras observam que, do ponto de vista distribucional, o modo subjuntivo é encontrado obrigatoriamente (grifo nosso) na oração subordinada. O modo indicativo, por sua vez, ocorre tanto na oração subordinada quanto na oração independente (ou oração principal). Isso porque o modo indicativo é considerado como aquele que aparece ligado a um estado de coisas reconhecido pelo locutor como **necessário** ou com um grau elevado de probabilidade; é o menos marcado quanto à expressão da atitude ou da relação que se estabelece entre locutor, alocutário e universo de referência. O modo subjuntivo é aquele que surge relacionado a um estado de coisas reconhecido pelo locutor ou como **possível** ou como **contingente**. (grifos das autoras)

A não ser pelo fato de considerarem obrigatória a presença do subjuntivo em orações subordinadas, o que indica um critério sintático, as autoras também adotam o critério semântico para indicar o uso do modo verbal, assim como os gramáticos do PB: o modo indicativo ocorre obrigatoriamente (grifo nosso) em orações subordinadas sempre que o verbo da oração subordinante é criador de universo de referências cuja modalidade é necessária (*garantir, dizer, achar, sentir*).

(31) Garanto-te que te vais arrepender.

(32) Acho que te vais arrepender.

O modo subjuntivo (conjuntivo no PE) ocorre obrigatoriamente (grifo nosso) em orações subordinadas em que o **predicador** (grifo das autoras) da oração subordinante é: avaliativo (*surpreender*); volitivo (*desejar*); uma modalidade lexicalizada (*é necessário*); de atividade mental cuja modalidade é possível ou contingente (*acreditar*); predicado de construção causativa (*fazer com que*) e também quando a oração matriz contiver uma negação explícita ou lexicalizada.

(33) *Surpreende*-me que venhas cedo. (avaliativo)

(34) Desejo que venhas. (volitivo)

(35) É necessário que venhas. (modalidade lexicalizada)

- (36) Eu acredito que ele *venha*. (atividade mental/ possível)
- (37) Eu acredito que ele *vem*. (atividade mental/ necessária)
- (38) Isto faz com que ele *venha*.(causativo)
- (39) Eu NÃO tenho certeza que *sejas* bom de cabeça. (negação explícita)
- (40) Duvido que *sejas* bom de cabeça. (negação lexicalizada)

2.2.3 O modo verbal no espanhol

Dois objetivos norteiam o estudo de Borriego, Asencio y Prieto (1985) sobre o subjuntivo no espanhol: oferecer aos falantes e não-falantes de espanhol um livro de consultas acerca das regras de uso do modo verbal e contribuir para apresentar o que conhecem da gramática descritiva dessa língua.

Para eles, a oração substantiva, constituinte de um período composto, representado por V1 – que – V2, é aquela em que o V2, verbo da oração completiva, depende do V1, verbo da oração matriz ou principal, sendo sujeito ou complemento direto e unida pelo complementizador *que*. De acordo com esses autores, é o V1 que vai determinar o modo que aparecerá em V2 (grifo nosso).

Com base na classificação proposta pelos autores, há quatro grupos de verbos principais que exigem (grifo nosso) subjuntivo na oração completiva:

(i) *Verbos de influencia* (*aconsejar, aprovar, deixar, mandar, ordenar, querer, suplicar, rogar* entre outros); são aqueles que expressam desejo, necessidade, permissão, proibição etc; não falam de um fato, não dizem se a oração completiva é verdade ou mentira, apenas indicam a intenção do sujeito de que tal fato se realize ou não, também para que o interlocutor realize esta intenção.

- (41) Quiero que todo el mundo se *calle*.
- (42) Pidió que los ricos *pagaram* más dinero.
- (43) Nos aconsejaron que no nos *acercáramos*.

(ii) *Verbos de sentimiento* (*aborrecer, alegrar, gostar, lamentar, preferir, sentir* entre outros); também não dão informação sobre a verdade da subordinada; seu conteúdo é mencionado para mostrar os efeitos que produz em alguém.

- (44) Me molesta que *sean* tacaños.
 (45) Les dolió que no los *invitaram* a la fiesta.

(iii) *Expressões de juízo de valor (é lógico, é uma pena, está bom* entre outras); também nada informam sobre a completiva, mas a reconhecem para fazer uma avaliação sobre seu conteúdo.

- (46) Es normal que no *tenga* dinero.
 (47) Está mal que no *contestara* nadie.

(iv) *Expressões conhecidas geralmente como impessoais (é possível, é provável, é impossível etc.)* e o verbo *duvidar* e seus derivados (menos na forma negativa, situação que favorece também o modo indicativo). Destacam, desse grupo, expressões como *é certo, é claro, é evidente* as quais, quando na posição V1 e na forma afirmativa, selecionam sempre (grifo nosso) o modo indicativo; se negados na posição V1, admitem o subjuntivo. Os autores deixam bem claro que a forma afirmativa em V1 com subjuntivo em V2 produz sentenças inaceitáveis e, mesmo com a negação, a alternância entre os modos não produz efeitos muito apreciados.

Além desses verbos e expressões, são apresentados outros contextos em que se alternam os modos indicativo e subjuntivo:

(v) *Verbos de comunicação (dizer é o prototípico)* – afirmados na matriz, selecionam o indicativo para a oração completiva; se negados na matriz, convertem-se em verbos de influência, o que significa ser uma ordem mais atenuada, permitindo assim também o modo subjuntivo. Com o indicativo, supõe-se um compromisso do falante com a verdade da completiva; com o subjuntivo, o falante não se manifesta em relação ao valor de verdade da oração completiva.

(vi) *Verbos de percepção física (ver, ouvir, perceber, notar etc)* ou *mental (saber, sonhar, imaginar, crer, supor, pensar etc)* – quando afirmados pedem o modo indicativo, mas uma lista limitada (*parecer, admitir, conceder, supor, imaginar, crer etc*) admite tanto o indicativo quanto o subjuntivo. Esses verbos são usados para fazer afirmações atenuadas, isto é, os fatos não são apresentados como realidade absoluta, mas como verdade na opinião do sujeito. Quando são negados, permitem a alternância entre os modos. Os autores advertem que, se o indicativo é o modo selecionado em V2, isto é, na oração completiva,

identifica-se um certo compromisso do falante com a verdade da subordinada; ao contrário, se selecionam o modo subjuntivo, não há comprometimento do falante em relação ao valor de verdade da oração completiva. Ainda em relação aos verbos de atividade mental, os autores afirmam que esses verbos apresentam fatos não como realidades absolutas, mas como verdades que manifestam a opinião do sujeito e, em geral, toda atividade mental não volitiva.

Com base nos estudos apresentados até aqui, parece estar evidente a correlação entre certeza, fato real [+realis], com o modo indicativo, e incerteza, dúvida [+irrealis], com o modo subjuntivo. De fato, essa correlação é fator relevante na seleção do modo verbal, visto que um dos principais fatores que condicionam o favorecimento do modo indicativo ou do modo subjuntivo na oração completiva é a semântica do verbo da matriz que pode expressar, entre outros aspectos, vontade, desejo, opinião, suposição, ordem; no entanto, não é suficiente para definir a seleção de um ou outro modo.

Vimos também que, seja nas gramáticas do PB, seja na gramática do PE, seja na gramática do espanhol, há uma estreita relação entre a atitude do falante, que é marcada pela modalidade, com a seleção do modo indicativo ou do subjuntivo. Esse parece ser um aspecto que dificulta ou até impossibilita estabelecer categoricamente os ambientes previstos para o uso do subjuntivo ou do indicativo, mas também é o que pode justificar o uso variável dos modos. Também evidenciou-se nessas gramáticas o papel da negação no licenciamento do subjuntivo na oração encaixada.

Identificar que dialetos variam e por que uns apresentam variação em determinados contextos em que outros dialetos apresentam o uso categórico de determinado modo verbal são motivações para a realização de estudos desse fenômeno. Na próxima seção, apresentaremos alguns estudos sobre o uso dos modos verbais sob o enfoque semântico-sintático em contextos de subordinação.

2.2.4 Propriedades semânticas e distribuição sintática do modo verbal

Os registros de uso dos modos verbais apresentados pelas gramáticas tradicionais não são, por si sós, suficientes para dar conta do uso de um ou outro modo. Estudos no âmbito da lingüística, além de buscar caracterizações mais detalhadas das propriedades semânticas envolvidas, consideram adicionalmente critérios sintáticos. Tomando por base

estudos voltados para o português, destacamos a contribuição pioneira de Botelho Pereira (1974), além dos estudos de Fávero (1974) e de Bárbara (1975).

2.2.4.1 Botelho Pereira (1974)

Botelho Pereira (1974), assim como Perini (2000), questiona o fato de as gramáticas se prenderem ao critério semântico na definição e indicação de uso dos modos verbais. A autora, entretanto, avança nessa discussão e propõe uma caracterização da oposição entre o modo subjuntivo e o modo indicativo, por meio de três funções¹⁶:

(i) função semântica: quando há oposição em contextos sintáticos pelo menos superficialmente idênticos, a oração principal não condiciona o modo¹⁷ da subordinada, o que quer dizer que pode haver alternância. O locutor pode escolher um ou outro modo, conforme o que queira expressar, visto que o uso de um ou outro acarreta significados diferentes.

(48) Pedro caiu de modo que *quebrou* a perna.

(49) Pedro caiu de modo que *quebrasse* a perna.

Em relação à função semântica, que representa a oposição entre o subjuntivo e o indicativo, os exemplos ilustram com clareza o contraste de interpretação. Em (48), o locutor refere-se a um fato real: existe um sujeito ‘Pedro’ do evento ‘cair’, seguido da consequência real do evento, ‘quebrou a perna’. Em (49), o locutor refere-se a um sujeito (real) ‘Pedro’ do evento ‘cair’, e a uma consequência do evento descrita como uma possibilidade: o evento poderia, mas não necessariamente deveria, resultar na perna quebrada (grifo nosso).

¹⁶ Os exemplos de (48) a (51) apontados a seguir, são fruto de inferência feita a partir de estudo das sentenças analisadas no trabalho de Botelho Pereira (1974), visto que a autora não forneceu exemplos específicos para cada função.

¹⁷ Botelho Pereira (1974) faz uma distinção entre modo e forma verbal. Assume-se forma verbal no sentido que as variantes morfológicas, condicionadas por contextos particulares, em orações subordinadas, já têm a significação modal indicada na oração principal. Será modo verbal quando o subjuntivo se opuser semanticamente ao indicativo, isto é, quando o uso de um pelo outro alterar o significado de uma oração.

(ii) a função gramatical: reservada ao subjuntivo, que aparece como marca de subordinação; o modo é condicionado pela oração principal, significando que o valor de verdade da oração subordinada não determina o modo verbal.

(50) Desejo que Pedro se *recupere*./ *Desejo que Pedro se *recupera*.

(51) Esperei que ele *viesses*./ *Esperei que ele *vinha*.

Em relação à função gramatical, a autora afirma que a modalidade já está marcada na oração principal, sendo, portanto, redundante a semântica do modo verbal na subordinada, o que torna essa categoria um marcador gramatical da subordinação. É o caso, por exemplo, de construções com verbos não-factivos volitivos na oração matriz, em que se depreende uma interpretação que remete a um ‘desejo’, a uma ‘vontade’, mantendo-se, portanto, no plano da possibilidade.

Essa definição se aplica de forma clara a uma gramática que tenha categoricidade no uso do modo subjuntivo nesses contextos. Conforme mencionado anteriormente, estudos mostram que, em algumas variedades dialetais do PB, existe o uso variável do modo subjuntivo e indicativo exatamente nesse contexto, o que impede o tratamento do modo subjuntivo como marcador gramatical da subordinação, nos termos de Botelho Pereira, pelo menos em relação a essas variedades. É interessante observar que, ainda assim, a classificação da autora se mantém no que se refere ao fato de a modalidade estar codificada na oração matriz, o que, provavelmente, explica o uso variável do modo verbal na subordinada.

(iii) a função semântico-gramatical: quando as modalidades expressas pela oração matriz e pela oração encaixada são compatíveis e a primeira condiciona o modo da segunda, isto é, o modo verbal da encaixada é determinado pela oração matriz.

(52) Sei que *chove*./ *Sei que *chova*.

A função que Botelho Pereira (1974) chama de semântico-gramatical diz respeito à compatibilidade entre a expressão da modalidade da oração matriz e a da oração subordinada. Em (52), o verbo *saber* indica a certeza do locutor em relação ao conhecimento de algo. Por sua vez, o evento denotado como objeto do conhecimento do locutor é interpretado como real, e não como uma possibilidade. Por essa razão, em (52), o modo da

subordinada é o indicativo, que codifica a interpretação da certeza compatível com a semântica do verbo *saber*, na matriz. O modo subjuntivo é excluído desse contexto, exatamente pelo fato de remeter à interpretação da incerteza, da possibilidade, que não é compatível, nesse caso, com o grau de certeza do verbo da matriz (e essa restrição é observada mesmo em uma gramática em que ocorre a variação entre o indicativo e o subjuntivo, como no caso das construções com verbos não-factivos volitivos). Como o indicativo é a única forma possível, além do valor semântico, sua ocorrência adquire um valor gramatical.

A classificação proposta por Botelho Pereira (1974) será adotada na discussão dos resultados obtidos no presente estudo em relação aos dados da Paraíba, bem como daqueles encontrados em estudos prévios relativos a outras variedades dialetais do PB e de outras línguas. Como será demonstrado, nossos resultados apontam para a necessidade de ampliar as considerações a respeito da distribuição do modo verbal.

O paradigma dos modos indicativo e subjuntivo, cujas formas podem opor-se semanticamente entre si e que é representado por um recurso morfológico no próprio verbo, afirma Botelho Pereira (1974), é um marcador de modalidade, assim como os recursos prosódicos, lexicais e sintáticos. De acordo com a autora, é com base na possibilidade das formas do indicativo e do subjuntivo oporem-se entre si, que os gramáticos definem os modos, os quais, segundo Botelho Pereira (1974), estão presos aos conceitos de factividade e não-factividade (as propriedades de cada verbo da oração matriz serão detalhadas a seguir). Essas definições dizem que:

- (i) quando a forma do verbo de uma oração é de indicativo, seu significado é pensado pelo locutor como um fato real, com existência objetiva.
- (ii) quando a forma do verbo de uma oração é de subjuntivo, ele denota apenas um ato mental do locutor, que não lhe atribui existência fora do pensamento.

Para desenvolver seu estudo em relação aos modos verbais, Botelho Pereira (1974) usa uma classificação dos verbos baseada nas propostas de Paul e Karol Kirpasky (1970 *apud* Botelho Pereira, 1974) sobre factividade e de Karttunen (1973 *apud* Botelho Pereira, 1974) sobre pressuposição e implicação. É com base nessa classificação da tipologia verbal adaptada por Rocha (1997) e apresentada a seguir, que desenvolvemos nosso estudo.

- **predicado factivo:** aquele em que o locutor pressupõe como verdadeiro o fato expresso na oração subordinada. Esses verbos, negados ou afirmados na matriz, não alteram o valor de verdade da proposição completiva: *lamentar, saber, gostar* etc.
- **predicado não-factivo:** mostra uma atitude neutra do locutor em relação ao valor de verdade da proposição expressa pela oração completiva: *esperar, preferir, desejar, querer, recomendar, solicitar, insistir, pedir, mandar, exigir* e outros.
- **predicado factivo emotivo/avaliativo:** exprime reação emocional ou avaliativa do locutor ou do sujeito em relação ao fato pressuposto como verdadeiro e expresso na oração subordinada: *lamentar, gostar, sentir, detestar, aborrecer-se*; também fazem parte desse grupo os que descrevem atos lingüísticos como: *criticar, censurar, desculpar* etc.
- **predicado factivo não-emotivo não-avaliativo:** expressa a consciência ou não do locutor ou do sujeito em relação ao fato pressuposto como verdadeiro: *esquecer, saber, descobrir, ignorar, levar em conta* etc.
- **predicados indiferentes:** aceitam os dois modos verbais na oração encaixada, e a leitura factiva ou não-factiva depende de outras características sintáticas. Esses predicados dividem-se em:
 - (i) **verbos de opinião e de suposição:** o locutor, por meio deles, caracteriza um enunciado como sendo a expressão de uma opinião própria, ou atribuída a outra pessoa: *achar, pensar, crer* etc.
 - (ii) **verbos performativos:** podem ser usados em orações performativas, orações que reproduzem ou descrevem o conteúdo de um outro ato lingüístico: *dizer, falar, declarar, afirmar* etc.
 - (iii) **verbos de recordação:** exprimem recordação, lembrança.
- **verbos implicativos:** quando afirmados, implicam que a oração subordinada é verdadeira; quando negados, implicam que a subordinada é falsa: *ser verdade, conseguir, causar*, etc.
- **implicativos negativos:** afirmados, implicam que a oração subordinada expressa uma proposição falsa; negados, uma implicação positiva. Há, nesses verbos, um sentido negativo implícito: *ser falso, ser mentira, impedir* etc.
- **condicionais:** quando afirmados, implicam que a oração subordinada expressa uma proposição verdadeira; negados, não condicionam valor de verdade na oração subordinada: *ser certo, ser claro*, etc.
- **condicionais negativos:** afirmados, implicam que a oração subordinada expressa uma proposição falsa; negados, não acarretam verdade nem falsidade: *ser impossível, impossibilitar*, etc.
- **bicondicionais:** negados, implicam a expressão de uma proposição falsa; afirmados, mantêm-se neutros: *possibilitar, ser possível* etc.
- **bicondicionais negativos:** negados, valor positivo na oração subordinada; afirmados, mantêm-se neutros: *duvidar, ser discutível* etc.

Como se depreende da sistematização da autora, identifica-se no contraste entre o modo verbal indicativo e subjuntivo não só a manifestação de propriedades semânticas, mas também aspectos de natureza essencialmente gramatical. Em particular, a autora

ressalta que, em alguns contextos, como em estruturas em que o verbo da matriz é não-factivo, a interpretação da oração subordinada é fixa, no sentido de seleccionar a leitura *irrealis*, independente do modo verbal, como se vê em (53) e (54).

(53) Maria quer que João *compre* o lanche.

(54) Maria quer que João *compra* o lanche.

Como ressaltado em trabalho anterior de minha autoria¹⁸, a análise de Botelho Pereira (1974) mostra-se particularmente relevante para a discussão do fenómeno da variação entre o indicativo e o subjuntivo, encontrada em contextos desse tipo.

2.2.4.2 Bárbara (1975)

Bárbara (1975) faz um interessante estudo sobre o conteúdo semântico das orações asseverativas e não-asseverativas. Para ela, o contraste no modo indicativo/subjuntivo é uma característica da estrutura superficial em oposição ao tempo, que é uma característica da estrutura profunda¹⁹. Entende-se que orações que têm o verbo no modo indicativo contêm tempo e são asseverativas, isto é, a verdade ou falsidade delas pode igualmente ser determinada como em (55); aquelas nas quais os verbos não se encontram no indicativo, estando, por exemplo, no imperativo, ou no subjuntivo se forem orações subordinadas, podem ser ou não uma asserção, não contêm tempo, como em (56).

(55) Maria come feijão.

(56) Maria, come feijão.

A autora afirma que as sentenças (57) e (58), abaixo, são correspondentes por apresentarem o mesmo conteúdo semântico e que podem representar a interpretação de uma

¹⁸ Cf. Oliveira, 2006.

¹⁹ O sentido em que a autora utiliza o contraste entre estrutura profunda e superficial está definido no âmbito da teoria gramatical referida como Teoria Padrão Estendida (cf. Lobato (1986)). Estrutura profunda é a representação abstrata de relações gramaticais semanticamente relevantes (sujeito-verbo, verbo-objeto); estrutura superficial é aquela que resulta da aplicação de operações gramaticais, incluindo-se deslocamentos motivados por propriedades da gramática.

mesma sentença (59). Tais sentenças são consideradas orações temporais em sua classificação e demonstram que uma oração constituinte temporal pode estar no indicativo ou no subjuntivo, quando o complementizador ocorre na estrutura superficial. :

- (57) Eu pensei que Paulo *estuda* inglês.
- (58) Eu pensei que Paulo *estudava* inglês.
- (59) Eu pensei que Paulo *estudasse* inglês.

Em oposição a essas, são apresentadas as sentenças em (60), (61) e (62).

- (60) Você mandou que Paulo *escrevesse* uma carta.
- (61) *Mandei que Paulo *escreve* uma carta.
- (62) *Mandei que Paulo *escreveu* uma carta.

As sentenças (60), (61) e (62) são consideradas atemporais, e o subjuntivo é a forma que se manifesta na oração superficial, assim, (60) é gramatical e (61) e (62), por não apresentarem o subjuntivo, são agramaticais. De forma semelhante às sentenças em (6), (61) e (62), comportam-se os verbos de ordem (*mandar, ordenar*); pedido (*pedir, rogar*); volição (*querer, desejar*) que, além do subjuntivo, admitem também a forma infinitiva. Entretanto, a autora separa-os em dois grupos: (1) ordem e pedido, atitudes que estão semanticamente relacionadas com ordenar e que pressupõem a atuação do interlocutor, visto que para um pedido é necessário autorização; (2) volição, que está mais relacionado à possibilidade e não necessariamente pressupõe a atuação de um interlocutor, como no caso da ordem e do pedido.

Com os verbos declarativos (*declarar, afirmar, contar, garantir, verificar, etc*) na matriz, segundo a autora, a oração constituinte só ocorrerá com subjuntivo se houver negação na oração matriz que, pode ser realizada por um advérbio de negação como *não, nunca* ou pelo significado negativo do próprio verbo como em (69).

- (63) Eu afirmo que Paulo *estuda* inglês.
- (64) *Eu afirmo que Paulo *estude* inglês.
- (65) Eu NÃO afirmo que Paulo *estuda* inglês.
- (66) Eu NÃO afirmo que Paulo *estude* inglês.

- (67) Eu afirmo que Paulo NÃO *estuda* inglês.
 (68) *Eu afirmo que Paulo NÃO *estude* inglês.
 (69) Neguei que Paulo *estudasse* inglês.

Segundo a autora, os verbos de julgamento (*crer, acreditar, pensar, achar* etc.) podem ter a oração constituinte subjuntivada mesmo sem elemento negativo na matriz, como em (70) e com a negação na matriz, como em (71), embora ressalte que, mesmo assim, existam restrições, como em (72), com o verbo *achar*:

- (70) Eu acredito que ele *saiba*.
 (71) Eu NÃO acho que ele *saiba*.
 (72) *Eu acho que ele *saiba*.

Bárbara (1975) observa que a possibilidade de subjuntivação da oração constituinte ligada à oração que contém verbo de julgamento pode estar relacionada ao fato de julgamento ser um avaliação, mais ou menos subjetiva, e esta avaliação estar errada. Em (73) e (74),

- (73) Eu acredito que Maria *está* cansada.
 (74) Eu acredito que Maria *esteja* cansada.

o locutor está transmitindo sua avaliação a respeito da verdade de *Maria está cansada* (p.121), no entanto, essa avaliação pode não estar certa. A autora considera, então, possível afirmar que os verbos de julgamento têm uma possibilidade de erro implícita em seu conteúdo semântico, o que pode influenciar na seleção do modo verbal. Ressalta, entretanto, que o uso de um ou de outro modo não implica mudança no conteúdo semântico da oração resultante, seja com indicativo seja com subjuntivo, elas possuem o mesmo significado. Em (73), de acordo com as explicações dadas, o locutor/ sujeito manifesta-se com uma grande possibilidade de estar certo do que afirma, justificando-se então a seleção do modo indicativo; em (74), o locutor/ sujeito é bastante subjetivo, faz uma avaliação com a possibilidade de não estar certo, cabendo, então, nesse caso, o modo subjuntivo. Nesse caso, pode-se compreender que o falante não se compromete com o valor de verdade da proposição apresentada.

Ainda sobre as propriedades do verbo da matriz, Bárbara (1975) acredita que eles devem conter, no léxico, especificações a respeito das características das orações constituintes – orações contidas em uma oração matriz ou principal. Sobre isso destacamos:

[...] foi também verificado que a ocorrência de uma oração constituinte temporal ou atemporal depende das características lexicais do verbo da oração matriz (grifo nosso). Por exemplo, um verbo de ordem, como *mandar*, ou um verbo de volição, como *querer*, determina o fato de a oração constituinte a ele subordinada ser atemporal e bloqueia sua ocorrência no indicativo; um verbo de declaração, como *relatar*, determina a característica temporal da oração constituinte a ele subordinada. Da mesma maneira, as restrições à forma de superficialização da oração constituinte temporal com o subjuntivo, dependem das características lexicais do verbo da oração que a domina (grifo nosso) (Bárbara, 1975: 121).

2.2.4.3 Fávero (1974)

Fávero (1974) também estuda as estruturas completivas, com propósitos diferentes dos nossos, mas deixa uma excelente contribuição no campo da caracterização das propriedades semânticas do verbo da matriz em sua relação com a oração subordinada, em que se destaca a questão da escolha verbal. A autora trabalha com a hipótese de que o uso do modo subjuntivo na encaixada, na estrutura superficial, é um problema sintático-semântico e que é a atitude proposicional que determina as formas verbais do subjuntivo.

A autora desenvolve a idéia de que o indicativo tem ausência de interpretação e o subjuntivo, de forma contrária, manifesta interpretação subjetiva do sujeito. Baseia-se nas definições de Marouzeau e de Lyons (*apud* Fávero: 1974, 52), segundo os quais “a distinção entre os modos consiste na presença intensa de uma interpretação, de uma manifestação qualificativa do sujeito em relação à ação manifestada pelo predicado.”

(75) Afirmo que Paulo *estuda*.

(76) Duvido que Paulo *estude*.

(77) Quero que Paulo *estude*.

(78) Ordeno que Paulo *estude*.

Em (75), a atitude é não-interpretativa, o locutor faz uma asserção que licencia o modo indicativo na oração encaixada. Em (76), (77) e (78), a atitude do locutor é interpretativa (indica dúvida, vontade, ordem, respectivamente), licenciando, então o modo

subjuntivo. A autora restringe seu estudo às atitudes que se superficializam, nas orações completivas, num dos modos verbais.

Fávero (1974) conclui que tais atitudes encontram-se no conteúdo semântico do verbo da oração matriz (grifo nosso) e determinam, na estrutura superficial, as formas verbais do indicativo ou do subjuntivo. Ainda sobre a atitude proposicional do sujeito da oração matriz, Fávero (1974) divide-a em dois grupos: (1) as orações com sujeito de atitude proposicional não-interpretativa (as declarativas, que são não marcadas pelo modo); (2) as orações com sujeito de atitude proposicional interpretativa (marcadas quanto ao modo) que são divididas em três subgrupos: (i) atitude proposicional volitiva; (ii) atitude proposicional de julgamento e (iii) atitude proposicional de sentimento.

Vale ressaltar que atitude proposicional é uma expressão criada por Bertrand Russel (1960: 107, *apud* Barata, s/d: 1) para designar qualquer estado mental que, de forma explícita, apresente uma dada atitude, por parte de um sujeito, ante uma dada proposição. Segundo Fávero (1974), a atitude do sujeito pode ser superficializada por elementos verbais e não verbais, como advérbios do tipo *possivelmente*, *necessariamente*, *talvez*, e também pelos suprasegmentais (acento, entonação, duração).

1) Atitude proposicional não-interpretativa (p.57-59)

Segundo a autora, as orações desse tipo têm o verbo da oração completiva no modo indicativo. Construções com o subjuntivo são consideradas agramaticais.

- (79) Sei que Paulo *estuda* português.
- (80) *Sei que Paulo *estude* português.
- (81) Declaro que Paulo *estuda* português.
- (82) *Declaro que Paulo *estude* português.

Posteriormente, testa os mesmos verbos²⁰ com o acréscimo de uma negação na estrutura encaixada e conclui serem gramaticais as que se formam com o indicativo e agramaticais as que se constroem com o subjuntivo.

- (83) Sei que Paulo NÃO *estuda* português.

²⁰ Os verbos testados por Fávero (1974) são classificados em nosso trabalho como factivo-não emotivo não-avaliativo (*saber*) e indiferente performativo (*declarar*).

- (84) *Sei que Paulo NÃO *estude* português.
 (85) Declaro que Paulo NÃO *estuda* português.
 (86) *Declaro que Paulo NÃO *estude* português.

No caso de (83) e (85), o sujeito continua assumindo atitude não-interpretativa, ele é declarante e a presença do elemento negativo na encaixada não muda a forma do verbo, visto que a atitude proposicional continua a mesma. Conclui, então, que a atitude não-interpretativa da matriz determina formas verbais do indicativo nas estruturas encaixadas.

Com a negação na oração matriz, Fávero (1974: 73) destaca três verbos desse grupo (*saber, afirmar, dizer*):

- (87) NÃO sei que Paulo *estude* português.
 (88) NÃO sei que Paulo *estuda* português.
 (89) NÃO afirmei que Paulo *estude* português.
 (90) NÃO afirmei que Paulo *estuda* português.
 (91) NÃO disse que Paulo *estude* português.
 (92) NÃO disse que Paulo *estuda* português.

Nesse contexto, afirma que, recebendo uma negação, esses verbos deixam de ter valor de declaração e transformam-se em verbos de dúvida, de desconhecimento, formando, então oração de atitude proposicional de julgamento. Sendo assim, havendo [+fatividade], selecionam o modo indicativo; havendo [-fatividade], selecionam o modo subjuntivo. Em nota, Fávero (1974) comenta que o verbo *achar* talvez também pudesse ser agrupado com esses três, visto que é encontrado mais frequentemente com as formas de indicativo nas orações completivas, mas, quando negado na matriz, apresentam formas do subjuntivo.

A sentença em (87) pareceu-nos agramatical, entretanto substituindo-a por um verbo de significado negativo (Neguei que Paulo *estude* português.) ou por um verbo de dúvida (Duvido que Paulo *estude* português.) a gramaticalidade é garantida. Dessa forma, parece que a seleção do modo verbal está mesmo relacionada com a atitude do falante, que, nesse contexto, tanto pode representar incerteza, desconhecimento como também pode ser uma forma de o falante distanciar-se da informação contida na proposição.

2) Atitude proposicional interpretativa (p.60)

2.1 atitude proposicional volitiva

2.1.1 atitude proposicional volitivo-imperativa (*ordenar, rogar, permitir, exigir, pedir*).

Orações com esse tipo de atitude expressam a vontade como se fosse uma ordem, daí a denominação de volitivo-imperativa.

- (93) Ordeno que você *estude* português.
- (94) *Ordeno que você *estuda* português.
- (95) Rogo que você *estude* português.
- (96) *Rogo que você *estuda* português.

De todas essas manifestações da vontade, expressas nos exemplos acima, as que têm a forma subjuntiva são consideradas gramaticais e as que têm a forma indicativa são consideradas agramaticais. Fávero (1974) explica que a atitude volitiva que expressa ordem, pedido, como em (93), (94), (95) e (96), pressupõe posterioridade, o que quer dizer que o ato de realizar a ordem é posterior ao momento em que ela é emitida. Os atos representados por verbos com essa propriedade não podem se referir ao momento presente, muito menos a ações já realizadas no momento em que são emitidas.

Ainda com relação a esse grupo, Fávero (1974) conclui que o sujeito da oração matriz não pode ser o mesmo da oração encaixada e nem estar contido nela.

- (97) *Ordeno que *estudemos* português.
- (98) Exorto-os a que *estudemos* português.

A sentença em (97) é agramatical porque *nós*, sujeito da oração completiva é interpretado como inclusivo em relação ao sujeito da matriz, realizado pelo pronome *eu*. Diferentemente, a sentença em (98), cujo verbo representa uma atitude de exortação, uma forma mais polida para se manifestar a volição imperativa, admite uma possibilidade de o sujeito da oração matriz estar incluído na interpretação do sujeito da oração completiva, desde que não seja o mesmo. No exemplo mencionado, o sujeito da oração matriz, *eu*, está incluído na oração encaixada cujo sujeito não é *eu*, mas *nós*.²¹

²¹ Conforme observado por Rozana Reigota Naves (c.p.), o julgamento de agramaticalidade da sentença em (97) pode não ser unânime. Isso sugere que as diferentes propriedades lexicais do verbo da matriz (*ordenar X exortar*), para alguns falantes, não sejam cruciais, o que interpretamos como a possibilidade de que condições do discurso venham a amenizar ou neutralizar o contraste. Tal fato pode evidenciar um efeito sintático importante na codificação de propriedades do discurso, já que uma estrutura pode ou não ser gerada,

2.1.2 orações de atitude proposicional volitivo-optativa (*querer, desejar, esperar*) (p. 65)

Os verbos que fazem parte desse grupo, diferentemente dos volitivos-imperativos, não apresentam a pressuposição necessária de posterioridade, expressam a vontade na forma de um desejo. Como no primeiro grupo, são gramaticais as sentenças cujos verbos da encaixada tenham o modo subjuntivo, enquanto as que têm a forma indicativa²² são consideradas agramaticais.

- (99) Quero que você *estude* português.
- (100) *Quero que você *estuda* português.
- (101) Preferi que você *estudasse* português.
- (102) *Preferi que você *estudava* português.
- (103) Prefiro que não *estudemos* juntas.

Fávero (1974) observa que os verbos com essa propriedade podem apresentar o sujeito da oração matriz incluído na oração completiva como em (103). Afirma que todos os que se incluem nesse grupo não permitem a forma indicativa, só a subjuntiva (destaque nosso). A autora não faz testes com a negação, o que é compreensível, uma vez que, de acordo com ela, este grupo verbal só permite o subjuntivo na estrutura encaixada. Parece claro que a presença da negação, que em alguns contextos, favorece a seleção do modo subjuntivo na encaixada, não alteraria a seleção do modo verbal com verbos de atitude proposicional interpretativa volitivo-optativa e volitivo-imperativa na oração matriz.

2.2 orações de atitude proposicional interpretativa de julgamento (*acreditar, achar, crer, pensar, duvidar, confiar, imaginar* entre outros) (p.67)

Como o próprio nome diz, fazem parte desse grupo os verbos classificados como de julgamento.

dependendo da forma como o item lexical estiver inserido no discurso. Agradecemos à Prof.^a Rozana pelas observações e consideramos que essa questão merece investigação mais ampla.

²² Fica evidente que a autora não está considerando a variação entre o modo indicativo e subjuntivo encontrada com verbos volitivos e reportada no presente estudo (cf. introdução). Os julgamentos de agramaticalidade apresentados por ela correspondem a um sistema em que esse tipo de verbo seleciona categoricamente o subjuntivo.

- (104) Creio que Paulo *estuda* português.
 (105) Creio que Paulo *estude* português.
 (106) Suspeitei que Paulo *estudou* português.
 (107) Suspeitei que Paulo *estudasse* português.
 (108) NÃO imagino que Paulo *estuda* português.
 (109) NÃO imagino que Paulo *estude* português.

A respeito desses verbos, de atitude proposicional de julgamento, Fávero (1974) conclui que:

a) todas as formas são gramaticais, aceitas pelo falante de português tanto com o indicativo quanto com o subjuntivo na estrutura encaixada, seja a oração matriz afirmada como em (104), (105), (106), (107); seja negada, como em (108) e (109).

b) o conceito de factividade explica o porquê de esses verbos permitirem os dois modos nas encaixadas: eles apresentam o traço [\pm factivo]. O traço [+factivo] ocorre quando a oração matriz apresenta sujeito que pressupõe ser verdadeiro, real o fato da completiva, usando-se, nesse caso, a forma indicativa como em (104), (106) e (108); com o traço [-factivo] não há a pressuposição do fato como verdadeiro, o que cria o ambiente para a forma subjuntiva, como em (105), (107) e (109).

c) a presença da negação na oração matriz favorece tanto o indicativo quanto o subjuntivo na oração completiva. No exemplo (108), há maior grau de certeza do emissor em relação ao fato expresso pela oração completiva, licenciando o indicativo [+julgamento e +factividade]; em (109), há um menor grau de certeza do emissor em relação ao fato expresso pela completiva, favorecendo a seleção do subjuntivo [+julgamento, -factividade].

2.3 orações de atitude proposicional de sentimento (*alegrar, entristecer, doer, recear, sentir*) (p. 73)

O sujeito da oração matriz com esses verbos, além de manifestar sentimento, emoção, pressupõe como verdadeiro o fato referido na oração encaixada, o que significa que os verbos da oração matriz apresentam o traço [+factivo].

- (110) Alegra-me (o fato de) que ele *venha* aqui.
 (111) Entristece-me (o fato de) que ele *parta* amanhã.
 (112) Receio que ele *venha*.
 (113) *Receio que ele *vem*.

(114) NÃO me alegra que ele *venha* sempre aqui.

(115) *NÃO me alegra que ele *vem* sempre aqui.

Sobre esse grupo, Fávero (1974) conclui que orações que contêm atitude proposicional de sentimento selecionam o modo subjuntivo, o que torna as sentenças gramaticais como em (110), (111), (112) e (114); contrariamente, o uso da forma indicativa torna as sentenças agramaticais como em (113) e (115); a presença da negação não altera a seleção do modo verbal, visto que a negação do sentimento, da emoção caracteriza também uma atitude interpretativa, ou seja, favorece o uso do modo subjuntivo.

A autora questiona as afirmações que são feitas acerca do uso do modo subjuntivo considerado como o modo da irrealidade, que deve ser usado para indicar fatos incertos, duvidosos. Afirma que, em todas as orações apresentadas, de (110) a (115), há uma pressuposição de verdade comprovada nos exemplos testados. Esses verbos, segundo ela, apresentam [+factividade], ou seja, apontam para uma certeza do falante em relação ao valor de verdade do fato afirmado na oração encaixada, porém selecionam o modo subjuntivo na oração encaixada, esteja o verbo da matriz negado ou afirmado.

Com essa discussão, Fávero (1974) demonstra a adequação de sua proposta inicial de que é a atitude proposicional do sujeito da oração matriz a responsável pela seleção do modo nas estruturas completivas.

2.2.5 Considerações parciais

Os três estudos resenhados apresentam em comum o fato de considerarem a seleção do modo verbal um problema não só sintático mas também semântico. De Botelho Pereira (1974) adotaremos a sua detalhada tipologia verbal que capta, a nosso ver, com mais clareza e abrangência os contrastes entre os verbos da oração matriz a serem analisados.

Entretanto, concordando com a autora quando afirma que “nem sempre o conteúdo semântico de um verbo principal cria, por si só, um contexto para orações modais”, recorreremos também ao estudo de Fávero (1974) pelo fato de atribuir a seleção do modo verbal em estruturas completivas à atitude proposicional do sujeito da oração matriz.

A distribuição dos modos indicativo e subjuntivo tal como desenvolvida em Bárbara (1975), que relaciona o uso dos modos à presença ou ausência de tempo, o que representa

uma perspectiva diferente de Botelho Pereira (1974) e Fávero (1974), também será utilizada em nossa análise para efeito de comparação dos resultados.

Por fim, soma-se a esses estudos, que se voltam para os aspectos lingüísticos, os fatores extralingüísticos que também podem interferir na seleção do modo verbal. Assim, na seqüência desse estudo apresentamos três trabalhos na linha variacionista, que também investigam uso do modo verbal em estruturas de complementação considerando, além de fatores lingüísticos, fatores extralingüísticos.

3. Variação no uso do modo verbal em orações completivas no PB

3.1 O estudo de Rocha (1997) sobre o PB com dados do Rio de Janeiro e de Brasília

Nesta seção, apresentamos o estudo feito por Rocha (1997) acerca da distribuição do modo verbal em dados de fala do Rio de Janeiro e de Brasília, no qual são identificados casos de variação entre o subjuntivo e o indicativo, sendo a discussão desenvolvida no âmbito do variacionismo laboviano.

A autora tem por hipótese inicial a perda de campo do modo subjuntivo para o modo indicativo em diversos ambientes sintáticos. Como evidência forte, Rocha (1997) parte de conclusões de diversos trabalhos sobre o imperativo no PB, cujos resultados apontam para a perda significativa da forma do imperativo associada ao subjuntivo, em oposição a uma elevada frequência do imperativo associado ao indicativo.

O estudo de Rocha (1997) restringe-se às orações subordinadas substantivas, limitando-se ainda a estudar a alternância das formas verbais que estejam no presente e no pretérito imperfeito. Dos grupos de fatores analisados, cinco foram selecionados estatisticamente: quatro lingüísticos (carga semântica do verbo ou do sintagma verbal da matriz; estrutura da assertividade da oração matriz; regularidade verbal e tipo de verbo da oração encaixada; tempo do verbo da oração matriz e tempo do verbo da oração encaixada) e um fator extralingüístico (faixa etária). Na análise dos dados, Rocha (1997) identifica nove classes semânticas de verbos, baseando-se na categorização feita por Botelho Pereira (1974).

A amostra utilizada por Rocha (1997) é formada de 595 dados: 532 representam a comunidade lingüística do Rio de Janeiro e foram extraídos de entrevistas do projeto PEUL – *Programa de Estudos sobre o Uso da Língua*; 63 representam a comunidade lingüística de Brasília – 21 dados foram retirados de um *corpus* de Brasília²³ e 42 foram coletados em situações conversacionais diversas. A autora justifica esse procedimento amparada em Sankoff (1998b), que alega não haver outro meio, quando se trata de variantes raras, a não

²³ Esse *corpus* foi cedido por MALVAR, Elisabete. *A realização do objeto direto de terceira pessoa em cadeia anafórica no português do Brasil*. Dissertação de mestrado, Brasília, UnB, 1992.

ser a coleta dos dados por meio da observação participante, à medida que surgem em situações diárias de conversação, em transmissão de rádio ou televisão ou na mídia escrita.

Rocha (1997), na definição das variáveis dependentes – em particular no que se refere à identificação/classificação dos verbos da oração matriz, baseia-se no estudo de Botelho Pereira (1974) sobre o modo verbal no PB, o qual se desenvolve numa perspectiva não-variacionista. Baseia-se ainda no estudo variacionista de Poplack (1992) sobre a variação no uso do modo verbal no francês canadense.

Toma também como base a afirmação de Botelho Pereira (1974) para quem cada categoria semântica tem, de acordo com o valor de verdade que se queira atribuir ao enunciado, um modo verbal predeterminado. De acordo com a divisão que Botelho Pereira (1974) faz dos verbos da oração matriz, os não-factivos, implicativos negativos, os condicionais, os bicondicionais e factivos emotivos na matriz selecionam categoricamente o subjuntivo; com os factivos não-emotivos e não-avaliativos, espera-se o indicativo. Com o grupo dos verbos indiferentes de opinião, verifica-se a alternância, não a variação: nas faixas mais altas de formalidade, emprega-se mais frequentemente o subjuntivo, nas faixas mais baixas, emprega-se o indicativo para a função dos dois modos.

Rocha (1997), já na coleta de dados, percebe a coocorrência de formas do indicativo e do subjuntivo com todas as categorias semânticas, incluindo os grupos considerados por Botelho Pereira (1974) como de uso categórico do subjuntivo. No contexto dos não-factivos, por exemplo, ainda que seja bastante favorecedor do subjuntivo, encontra ocorrências com o indicativo como em (116), (117) e (118).

(116) Você quer qu'eu *ligo* pra você quando eu chegar?

(117) Espero que algum dia o governo federal *olha* de uma maneira mais positiva pr'aqui ...

(118) Se a gente for lá falar: a professora tá pidino que *coloca* água den'do filtro...

Os resultados com o primeiro grupo de fatores selecionado – carga semântica do verbo da matriz – estão representados na tabela 1.

Tabela 1: Carga semântica do verbo da oração matriz

Carga semântica do verbo da matriz	Ocorrência do subjuntivo	Total de dados	Percentual	Peso relativo
Verbo não-factivo volitivo (<i>querer, esperar, preferir</i>)	65	88	74%	0,95
Verbo não-factivo não-volitivo (<i>pedir, ser necessário, deixar, temer</i>)	11	14	79%	0,89
Verbo factivo emotivo ou avaliativo (<i>gostar, concordar</i>)	17	29	59%	0,60
Verbo factivo não-emotivo ou não-avaliativo (<i>saber</i>)	1	23	4%	0,02
Verbo bicondicional (<i>duvidar, ser possível</i>) e implicativo negativo (<i>impedir</i>)	8	10	80%	0,95
Verbos performativos e condicionais (<i>garantir, afirmar, ser certo</i>)	2	9	22%	0,17
Verbo ou predicado indiferente de opinião e de suposição (<i>considerar, imaginar, pensar, acreditar, supor, dizer (= significar), significar</i>)	44	107	41%	0,73
Verbo ou predicado indiferente de suposição (<i>parecer</i>)	1	27	6%	0,36
Verbo ou predicado indiferente de opinião (<i>achar</i>)	9	248	4%	0,21

Os resultados apontam os verbos não-factivos volitivos (*querer, desejar*), os verbos bicondicionais (*duvidar, ser possível*) e os implicativos negativos (*impedir*) como grandes favorecedores do subjuntivo. Segue-se a esse resultado o obtido com o grupo dos não-factivos não-volitivos (*pedir, deixar*). Rocha (1997) observa que o fato de ocorrer indicativo com esses verbos é um indício de que o modo da oração completiva não marca modalidade.

As categorias dos verbos factivos apresentam dois extremos: os emotivos ou avaliativos (*gostar*) favorecem o subjuntivo, enquanto os não-emotivos ou não-avaliativos desfavorecem-no. Esse resultado é comparado com a afirmação de Poplack (1992), segundo a qual não é a relação factividade vs. não-factividade que é fundamental para a variação dos modos verbais no francês canadense, mas a distinção entre os verbos volitivos, emotivos e de opinião. Esse comportamento dos verbos também é identificado por Rocha (1997) que, ao separar os factivos em dois grupos, percebeu que o traço semântico [\pm volição] não se revelaria ser tão importante se se mantivesse apenas a distribuição factivo vs. não-factivo.

Nesse sentido, a autora cita Rocca (1980) para quem a distinção factividade e não-factividade no PB não é muito eficiente. Para essa autora, é preciso considerar uma escala de factividade na qual os traços semânticos do tipo [+ emotivo], [+conhecimento], [+julgamento], [+ negação], identifiquem os verbos factivos que são factivos independente de tempo, locutor da oração ou negação. Embora não verifique essa escala, constata que as

categorias de factividade e não-factividade apresentam traços semânticos que interferem na seleção do modo verbal da oração completiva no PB.

Quanto aos verbos indiferentes de opinião e de suposição, Rocha (1997) divide-os em três grupos: o grupo I (*imaginar, pensar*) com peso relativo de 0,73; o grupo II (*parecer*) com peso relativo de 0,36 e o grupo III (*achar*) com peso relativo de 0,21. Os resultados obtidos com esses verbos justificam o tratamento de forma diferenciada para os verbos *achar* e *parecer* visto que apresentam comportamento distinto dos demais, sendo mais favorecedores do indicativo. Em 17 ocorrências com o verbo *parecer*, há apenas uma com o subjuntivo, transcrita em (119).

(119) Ele tinha que ficar lá mesmo. E parece que, na próxima Copa, ele *vá* ficar.

Desse grupo, o verbo *achar* é considerado por Botelho Pereira (1974) como um item lexical associado a um menor grau de formalidade, o que o leva a ter mais ocorrências com o indicativo, que é o modo menos marcado e menos formal também. A autora considera inaceitável o verbo *achar*, no presente, com o subjuntivo na oração completiva.

Posteriormente a essa análise, Rocha (1997) submete seus dados a uma outra análise, adaptando sua classificação verbal à de Poplack (1992). Assim, *querer, esperar* e *preferir* representam os volitivos; *gostar* e *concordar*, representam os emotivos e, em um primeiro teste, todos os verbos/predicados indiferentes de opinião e de suposição foram considerados. Nesse primeiro teste, embora os resultados apontem para uma mesma direção, a escala é diferente: os de Poplack (1992) colocam os volitivos e os emotivos de um lado, como favorecedores do subjuntivo e os de opinião de outro, como desfavorecedores do subjuntivo como se confere na tabela 2.

Tabela 2: Semântica do verbo da matriz - Poplack vs. Rocha

Semântica do verbo da matriz	Poplack	Rocha
Volitivos	0,77	0,92
Emotivos	0,66	0,40
Opinião	0,9	0,36

Num segundo momento, separa também os verbos *achar* e *parecer* do grupo dos predicados indiferentes de opinião pelos mesmos motivos já expostos. O resultado,

apresentado na tabela 3, após essa reestruturação, confirma o grupo dos volitivos como grande favorecedor do subjuntivo, mas revela alteração quanto ao peso relativo atribuído aos verbos indiferentes e os emotivos.

Tabela 3: Carga semântica do verbo da oração matriz à luz de Poplack com subdivisão dos verbos de opinião

Carga semântica do verbo da matriz ou do sintagma verbal da matriz	Ocorrência do subjuntivo	Total de dados	Percentual	Peso relativo
Volitivo	65	88	74%	0,96
Emotivo	11	23	48%	0,67
Opinião 1 (<i>considerar, imaginar, supor, pensar, acreditar etc.</i>)	44	107	41%	0,76
Opinião 2 (<i>parecer</i>)	1	17	6%	0,36
Opinião 3 (<i>achar</i>)	9	248	4%	0,16

Assim, os resultados obtidos por Rocha (1997) aproximam-se dos de Poplack (1992): os verbos volitivos e emotivos como mais favorecedores do subjuntivo, mas também, nesse grupo, registra a presença dos verbos de opinião (*imaginar, pensar*); os de opinião II e III mostraram-se desfavorecedores do subjuntivo. Após essa comparação, a autora conclui que, seja mudança seja variação estável, o fenômeno está mais avançado no francês canadense – língua em que o subjuntivo cedeu mais lugar ao indicativo – do que no PB.

O segundo grupo de fatores selecionado foi a estrutura da assertividade da oração matriz. O resultado corrobora a intuição da autora de que a presença de elementos de negação na oração matriz favorece a seleção do subjuntivo na oração completiva. Esse grupo, cujos resultados retratamos nos tabela 4, foi analisado com sete tipos de estruturas.

Tabela 4: Estrutura da assertividade da oração matriz

Tipo de oração	Ocorrência do subjuntivo	Total de casos	Percentual	Peso relativo
Interrogativa com negação na matriz	9	15	60%	0,89
Interrogativa	13	135	10%	0,17
<i>Não é que</i>	12	16	75%	0,89
Negação na matriz	42	79	53%	0,78
Negação na matriz e na encaixada	7	14	50%	0,76
Afirmativa	86	261	33%	0,59
Afirmativa com negação na encaixada	4	45	9%	0,21

Rocha (1997) verifica que a presença da negação é tão forte sobre a estrutura da oração que em orações interrogativas sem negação, o peso relativo é de 0,17 em oposição a 0,89 quando essas orações estão sob o escopo da negação. Também torna-se evidente que é a negação na matriz que favorece o subjuntivo; quando a negação se manifesta na oração completiva o peso relativo cai para 0,21, contrastando com os demais resultados.

Com objetivo de confirmar resultados de Wherit (1978)²⁴, para quem a negação favorece o subjuntivo com predicados de opinião e, contrariamente, quando os predicados são volitivos, a presença da negação com o verbo *querer* e *ter medo* eleva a frequência do indicativo, Rocha (1997) cruza a carga semântica e a assertividade, conforme se vê na tabela 5.

Tabela 5: Cruzamento da carga semântica com assertividade da oração matriz

Carga semântica do verbo da matriz	Ocorrência do subjuntivo	Declarativa afirmativa	Declarativa com negação na matriz
Não-factivo volitivo	Ocorrência/total Percentual	38/46 83%	13/15 87%
Predicado indiferente de opinião e de suposição (<i>imaginar, pensar</i>)	Ocorrência/total Percentual	25/67 37%	14/20 70%
Predicado indiferente de suposição (<i>parecer</i>)	Ocorrência/total Percentual	1/14 7%	0/1 0%
Predicado indiferente de opinião (<i>achar</i>)	Ocorrência/total Percentual	6/104 6%	3/5 60%

Os resultados mostram que os volitivos, sejam afirmados sejam negados são favorecedores do subjuntivo. Embora a presença da negação com esses verbos, eleve em apenas quatro pontos percentuais na direção esperada – seleção do subjuntivo –, não se deve desprezar o seu efeito com esse grupo verbal. Dos dados de Rocha (1997), destacamos:

(120) A mãe dela NÃO queria que ela *namorasse* com ela - com ele, né?

(121) Aí, eu NÃO queria que ele *ficava* comigo.

Comportamento diferente do grupo dos não-factivos volitivos Rocha (1997) encontra com os verbos indiferentes de opinião e suposição (*crer, achar, pensar, imaginar*), os quais apresentam grande diferença de frequência quando afirmados ou negados. Sobre os verbos de julgamento, Wherit (1978) afirma que a escolha de um ou outro modo resulta do

²⁴ A autora analisou uma amostra composta de gravações de conversação livre (falantes da cidade de São Paulo) e dados de fontes escritas (testes de preenchimento de lacunas com informantes de São Paulo e do Rio de Janeiro).

significado que se pretende e que, embora esses verbos ocorram mais com o indicativo, a frequência do subjuntivo pode aumentar se forem negados.

Desse grupo, a autora destaca o resultado obtido com o predicado *achar*, que, embora seja desfavorecedor do modo subjuntivo, como em (122), quando negado na matriz, tende a favorecê-lo, da mesma forma como mostram estudos prévios, e o verbo *parecer*, na oração matriz, não é influenciado pela presença da negação.

(122) Acho que eu *sou* mais flamenguista do que o Zico.

(123) Eu NÃO acho que *seja* mais fácil, não.

Em suas considerações finais, Rocha (1997) afirma que não é exclusividade da semântica do verbo da matriz a determinação do modo verbal da oração encaixada, outros fatores como faixa etária do falante, estrutura da assertividade da oração matriz, regularidade verbal e tipo de verbo da oração encaixada e tempo do verbo da oração matriz e tempo do verbo da oração encaixada também devem ser considerados. Tomando-se como base os dados do Rio de Janeiro e de Brasília, o modo indicativo e o modo subjuntivo estão em alternância, mas esse fenômeno ainda está abaixo do nível de consciência dos falantes.

Em seguida, apresentamos o estudo de Poplack (1992) que, por tratar do mesmo fenômeno – uso do modo verbal em sentenças completivas – e por representar uma língua também românica – o francês canadense –, torna-se importante para nossa análise, assim como foi para Rocha, conforme foi apresentado.

3.2 O estudo de Poplack (1992) sobre o francês canadense

O francês canadense, que, como o PB, pertence ao grupo das línguas românicas, foi estudado, em relação ao uso do modo verbal em orações completivas também em uma perspectiva variacionista. A autora questiona a posição tradicional da gramática francesa segundo a qual a escolha do modo na oração encaixada é inteiramente automática, consequência da natureza do verbo da matriz, o que torna o modo verbal uma marca redundante de subordinação. Poplack (1992) parte do pressuposto de que a alternância entre subjuntivo e indicativo não expressa uma diferença de significado, o que poderia ser definido como o comprometimento do locutor com a realidade, com a probabilidade ou o

valor de verdade da proposição complementar. Para essa autora, são formas variantes, conforme ilustrado em (124) e (125).

(124) *Mais quand tu es jeune, moi je crois que c'est une-une bonne chose.*

Mas quando você é jovem, eu acho que isso é uma coisa boa.

(125) *Je crois pas que ce soit la fin du monde.*

Não acho que *seja* o fim do mundo.

A gramática francesa, segundo Poplack (1992), apresenta três classes de matrizes verbais, definidas de acordo com os critérios a seguir: (1) requer subjuntivo sempre; (2) nunca requer o subjuntivo e (3) admite a ocorrência do modo subjuntivo. Poplack (1992) afirma, no entanto, que, com essa divisão, não se consegue sistematizar com precisão o uso do modo subjuntivo. Na tabela 6, pode-se verificar essa distribuição.

Tabela 6: Distribuição de subjuntivos encaixados de acordo com a matriz verbal

Subjuntivo categórico (100%)	Subjuntivo variável	Nenhum subjuntivo
<i>Dire</i> /dizer	<i>Vouloir</i> /querer (91%)	<i>Prier</i> /rezar
<i>Demander</i> /pedir	<i>Avoir peur</i> / ter medo (64%)	<i>Se plaindre</i> / queixar-se
<i>Concevoir</i> /conceber	<i>Penser</i> / pensar (13%)	<i>Être surpris</i> / estar surpreso
<i>Désirer</i> / desejar	<i>Empêcher</i> / impedir (8%)	<i>Avoir l'espoir</i> /esperar

Assumindo que o uso do subjuntivo no francês canadense é variável, a autora não descarta a possível correlação semântica entre o verbo da matriz e o uso do modo. No entanto, analisa outros fatores, como: (i) o grau de asserção do complemento encaixado; (ii) a presença de indicadores lexicais de expressão de modalidade; (iii) o tempo verbal; (iv) a concordância de tempo verbal dos verbos da oração matriz e da encaixada; (v) a presença explícita ou não de complementizador *que*; (vi) a presença ou não de material interveniente entre os verbos das orações e a estrutura morfológica do verbo da encaixada.

Poplack (1992) menciona ainda que, segundo a norma gramatical, os verbos emotivos e os volitivos necessitam do subjuntivo em todos os contextos (subjuntivos primários), e os verbos de opinião só o exigem quando são negados (subjuntivo secundário). Esses verbos, que estão presentes em quase todas as matrizes analisadas por Poplack (1992), ficam assim distribuídos, segundo sua análise: os verbos volitivos permanecem como maiores favorecedores do modo subjuntivo (0,77); os emotivos que, ao longo do desenvolvimento da língua, estiveram entre o indicativo e o subjuntivo, embora continuem

favorecendo o uso do subjuntivo, tiveram uma redução de intensidade de uso (0,66); os verbos de opinião negados, que acrescentam agora a condição de que só necessitam do subjuntivo quando a matriz é negada (0,9).

Segundo Poplack (1992), mesmo em face dos resultados obtidos, não se pode afirmar que o subjuntivo perdeu seu sentido nas orações substantivas no francês canadense. Acredita, porém, que a variação entre o indicativo e o subjuntivo tem-se mantido historicamente, embora gramáticos, professores, lingüistas, e até os dados, conspirem para apresentar os resultados de forma diferente – isto é, para que a variação seja ignorada. De fato, levando-se em conta a trajetória do subjuntivo do latim clássico ao francês arcaico, não se pode considerar inesperados os fatos descritos, analisa Poplack (1992), bem como não se pode mostrar movimento dos verbos de uma classe para outra sem que tenha havido um período anterior de variabilidade.

As observações de Poplack (1992) quanto à trajetória do subjuntivo na diacronia podem ser estendidas ao português, notadamente ao tratamento que tal fenômeno recebe dos gramáticos e dos filólogos. No entanto, mesmo sabendo-se do interesse desses autores em buscar estabelecer uma norma, é possível identificar, no texto gramatical de alguns deles, referências ao uso variável do indicativo e do subjuntivo. Em Said Ali (1964: 170), por exemplo, ressalta-se que a variação entre o indicativo e o subjuntivo é observada desde o português arcaico: “A linguagem atual flexiona o verbo das concessivas no modo subjuntivo; no tempo de Vieira, entretanto, século XVI, a flexão alternava-se entre os modos indicativo e subjuntivo.” Bechara (2000), por sua vez, afirma que não há rigor a respeito do uso do modo subjuntivo nas concessivas, sendo essa variação também verificada nas orações em que se utiliza o advérbio *talvez*, ambiente onde, por indicar fatos incertos e duvidosos, seria esperado o modo subjuntivo.

3.3 Meira (2006)

Apresentamos nessa seção, estudo de Meira (2006) que analisa o uso do modo verbal em orações subordinadas relativas e completivas em dados de fala de quatro comunidades rurais de afro-descendentes do interior do estado da Bahia: Helvécia, Cinzento, Rio de Contas e Sapé. Nosso objetivo é apresentar resultados referentes a uma região em que têm sido identificadas características lingüísticas peculiares, quando comparadas a outras regiões

(cf. Lucchesi, 2003). Para a coleta de dados, a autora utiliza o *corpus* organizado pelo *Projeto Vertentes do Português Rural do Estado da Bahia* e, para quantificá-los, usa o pacote de programas Varbrul. Além disso, busca considerar também aspectos sócio-históricos para discutir os resultados do seu estudo.

Meira (2006) tem como hipótese que o uso variável do modo subjuntivo nessas comunidades é resultado do processo de transmissão lingüística irregular (TLI), ocorrido nos períodos colonial e imperial, em consequência do intenso contato do português com as línguas africanas. A autora acredita que, diferentemente do que se percebe em estudos do português urbano, nessas comunidades, o subjuntivo vem ganhando espaço que era ocupado só pelo indicativo, em função de os antepassados terem adquirido, por meio de TLI, as formas do indicativo. A TLI é definida por Lucchesi (2003) como “todos os processos históricos resultantes do contato entre línguas mutuamente ininteligíveis, ou seja, se refere a todas as situações em que a variedade da língua do dominador se diferencia com mais ou menos intensidade da língua transmitida ao grupo, sendo por este utilizada.”

A partir desse raciocínio, Meira (2006) acredita que houve uma gradativa entrada do subjuntivo na fala dessas comunidades, provocada pela difusão dos meios de comunicação e pela infra-estrutura propiciada pela urbanização do país. Meira (2006) faz uma retrospectiva sócio-histórica buscando alcançar assim explicações para a distinção entre o PE e o PB, e também para compreender a diversidade lingüística brasileira, mais especificamente a da comunidade afro-descendente por ela estudada.

Admite que, inicialmente, o colonizador português foi tentando aprender a língua dos indígenas e que, aos poucos, a língua portuguesa foi se firmando como a língua falada no Brasil. Os escravos, à medida que chegaram, por terem contato mais próximo com os portugueses, foram adquirindo a língua portuguesa como segunda língua, enquanto seus descendentes adquiriam-na como língua materna sem o apoio de escolas e de instrutores. Dessa forma, o vernáculo foi sendo constituído, apresentando traços específicos que o diferenciaram do PE, mas que não aumentaram com o passar do tempo, por causa da integração social – atuação de escolas, meios de comunicação etc. – em nosso país.

Embora Meira (2006) tenha trabalhado com as relativas e as completivas, nos limitaremos a apresentar os resultados obtidos com as orações completivas. Para analisar o uso do modo verbal nas completivas, apresentaremos, entre os vários fatores lingüísticos e extralingüísticos analisados pela autora, somente aqueles que são comuns aos nossos estudos.

De posse dos resultados do português rural afro-descendente, Meira (2006) os compara com os de Pimpão²⁵ (1999) e os de Rocha (1997), que analisam o português urbano. Enquanto Pimpão (1999) encontra 84% de subjuntivo no tempo presente no português urbano, Meira (2006) encontra 24%, o que a leva à conclusão que há a concorrência de pelo menos duas gramáticas: uma referente ao português rural afro-descendente e outra referente ao português urbano. Diferentemente do estudo de Rocha (1997), cujos resultados apontam para uma perda de ambiente do subjuntivo para o indicativo, verifica uma perda de ambiente do indicativo para o subjuntivo.

A influência da negação no favorecimento do subjuntivo é observada no estudo de Meira (2006) na variável *tipo de oração em que a completiva está encaixada*. Com esse grupo, a autora verifica que o subjuntivo alcança um percentual de 33% quando o verbo da matriz é negado contra 25% quando é afirmado.

Analisando a variável *tipo de verbo da oração em que a completiva está encaixada*, a autora verifica uma frequência mais elevada do subjuntivo com os verbos volitivos, avaliativos e inquiritivos (43%); com os causativos (39%) e com os cognitivos, ambiente previsto como de variação dos modos (9%). Transcrevemos alguns dados coletados pela autora:

(126) ... você também foi errado, se você NUM quisesse que ela *fosse*, você ficava quieto, num mandava ela arrumá.

(127) Quem sabe? Eles NUM gostam que *ande entramo* no mato pa caçá, não?

(128) Aí ele rezô ela e mandô que *fosse* po hospital, que essa menina tava muito ruim.

Quanto ao *tempo do verbo da oração em que a completiva está encaixada*, Meira (2006) apresenta os resultados com os três tempos que tiveram um número de ocorrências suficientes para análise: presente (29%), pretérito perfeito (26%) e pretérito imperfeito do indicativo (29%). Conforme os resultados obtidos, a autora observa que esse resultado também evidencia uma gramática diferente, já que, no uso culto, de acordo com sua intuição de falante nativa, os pretéritos concentram o uso categórico do subjuntivo, ficando somente para o presente a taxa de variação.

²⁵ Analisa a variação no presente do modo subjuntivo numa abordagem discursivo-pragmática nos dados de fala coletados do Projeto VARSUL – *Variação Lingüística Urbana da Região Sul do País*.

Verifica também, por meio da variável *morfologia do verbo da oração completiva*, que a aquisição da forma subjuntiva ocorre em ambientes lingüísticos mais salientes – os verbos irregulares apresentam alto nível de saliência quando opõem indicativo e subjuntivo. Nos dados analisados, os verbos irregulares apresentam uma freqüência de 31% de forma subjuntiva em oposição a 27% com os verbos regulares. A partir dos resultados, afirma que há uma realidade bipolarizada no PB, a qual representa tendências diferentes de mudança entre o português urbano e o português afro-brasileiro em particular.

3.4 Considerações parciais

Os três estudos apresentados, sob a perspectiva variacionista, tornam-se relevantes pelo fato de abordarem o mesmo fenômeno – uso do modo verbal em estruturas de complementação – e por representarem comunidades lingüísticas distintas. Assim, vamos, aos poucos, (re)conhecendo as características de cada dialeto – Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste (meio urbano e rural) – no que se refere ao uso do modo verbal. Além disso, podemos também observar os rumos que as línguas românicas – PB e francês canadense – vão tomando em relação ao fenômeno em estudo.

4. Estudo comparativo do modo verbal em estruturas de complementação com dados de João Pessoa e do Rio de Janeiro/Brasília

4.1 Apresentação

Após verificarmos, na literatura, as definições dos modos indicativo e subjuntivo e as variadas indicações de uso de um e outro modo, vamos nos ater ao estudo do uso desses modos nos dados de fala de João Pessoa. Conforme mencionamos na introdução, nosso objeto de estudo serão as orações completivas introduzidas pelo complementizador *que*.

Vale ressaltar, no entanto, que os estudos apresentados demonstram que, embora a maioria dos gramáticos e linguistas definam a escolha desses modos sob o critério semântico, isto é, relacionando fatos tidos como certos, reais com o indicativo [+realis] e fatos tidos como incertos, possíveis com o subjuntivo [+irrealis], há casos de uso desses modos que fogem a essa definição. Baseando-nos em Fávero (1974), apresentamos sentenças como em (129a), com verbo factivo em que o conteúdo proposicional é pressuposto como verdadeiro, mas é o modo subjuntivo o selecionado, e sentenças como em (129b), em que o uso do indicativo não indica o fato como certo.

- (129) a. Alegra-me que Paulo *tenha* chegado.
 b. Eu acho que ele *vem*.

Percebemos, então, que essa definição não explica todas as ocorrências do modo indicativo e do modo subjuntivo nas orações encaixadas, existem outras implicações que interferem na seleção de um ou outro modo. Consideramos, então, assim como vimos nos estudos de Mateus *et alii* (1989), para o PE, Borriego, Asencio & Prieto (1985), para o espanhol, e Botelho Pereira (1974), Bárbara (1975), e, principalmente, Fávero (1974), para o PB, que é a atitude do falante, marcada pela modalidade, que está intrinsecamente ligada à seleção do modo verbal nas orações completivas.

Além disso, a alternância entre os modos pode ser analisada em termos sintático-semânticos e morfossintáticos, visto haver contextos em que a seleção seja do indicativo, seja do subjuntivo pode ser influenciada por fatores como a negação do verbo da matriz, o tempo verbal, a pessoa do predicado da oração matriz, entre outros. Há ocorrências em que, embora o modo subjuntivo venha expresso na morfologia do verbo, o que nos termos de Câmara Jr. (1981) representa uma “servidão gramatical”, a modalidade já vem explicitada pelo verbo da oração matriz, correspondendo, nesse caso, ao que Botelho Pereira (1974) denomina de função gramatical.²⁶

Acreditamos que, ao analisar esse fenômeno, a alternância dos modos indicativo e subjuntivo nas orações completivas, devemos nos guiar, não somente por um critério, mas por uma soma de critérios, assumindo-se a perspectiva de que o significado é constituído composicionalmente pela articulação de categorias morfossintáticas e semânticas, além de processos no nível fonológico. Para nosso estudo, que, como já dissemos, é translingüístico/transdialetal, partimos dos resultados de Rocha (1997), que identifica variação nos dados do Sudeste/ Centro-Oeste: em contextos em que a gramática tradicional prevê o uso do subjuntivo, encontra dados com o modo indicativo e, em contextos em que a gramática prevê a seleção do modo indicativo, encontra dados com o modo subjuntivo (cf. ainda Oliveira, 2006).

Levando em conta que “o pressuposto básico do estudo da variação no uso da língua é o de que a heterogeneidade lingüística, tal como a homogeneidade não é aleatória, mas regulada, governada por um conjunto de regras, que podem ser externas ou internas às línguas”, (Naro: 2004: 15)”, e considerando que este estudo se orienta na proposta da Variação Paramétrica, analisamos em relação aos dados da Paraíba, como Rocha (1997), nos dados do Rio de Janeiro/Brasília, tanto aspectos estruturais quanto aspectos sociais a saber: (i) o tipo semântico do verbo da oração matriz; (ii) o grau de assertividade; (iii) o tempo verbal do verbo da oração matriz e do verbo da oração encaixada; (iv) a pessoa do verbo da oração matriz e do verbo da oração encaixada; (v) o paradigma flexional do verbo da oração encaixada; (vi) a escolarização; (vii) o gênero; (viii) a faixa etária. A partir dessa seleção, dez grupos de fatores foram formados, criando-se assim as variáveis independentes²⁷, que

²⁶ Cf. seção 2.2.5.1.

²⁷ Conjunto de circunstâncias lingüísticas e sociais (restrições) que tendem a favorecer ou desfavorecer o uso de uma ou outra variante, correlacionando-se assim ao uso da variável dependente que está sendo analisada (cf. Scherre e Naro: 2004, 145).

serão analisadas neste estudo com o objetivo de verificar qual ou quais delas favorece(m) a nossa variável dependente²⁸: a alternância dos modos indicativo e subjuntivo em estruturas de complementação. Na verdade, pretendemos identificar quais as variáveis que favorecem a escolha do subjuntivo nas orações encaixadas dos dados de fala da Paraíba.

Como nosso propósito é comparar as variedades dialetais, representadas nesse estudo pelos dados de João Pessoa e do Rio de Janeiro, restringimo-nos aos grupos de fatores utilizados por Rocha (1997) acima referidos. Acreditamos que, a partir da análise quantitativa, com os dados de fala, e da comparação entre os resultados, possamos extrair algumas conclusões quanto às condições que determinam a seleção do modo verbal nos dialetos examinados, em que se pressupõe a existência de contraste paramétrico na codificação da modalidade.

4.2 Caracterização do *corpus*

Como mencionamos na introdução deste trabalho, os dados do presente estudo foram retirados de entrevistas organizadas e publicadas por Hora & Pedrosa (2001) no *Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba* (VALPB). O VALPB é constituído de cinco volumes, sendo as entrevistas distribuídas por anos de escolarização, conforme indicado a seguir: Volume I – sem escolarização; Volume II – 1 a 4 anos; Volume III – 5 a 8 anos; Volume IV – 9 a 11 anos; Volume V – mais de 11 anos.

Para composição desse *corpus*, alguns requisitos em relação à origem dos informantes foram observados: ser natural de João Pessoa ou ser morador dessa cidade desde os cinco anos de idade e nunca ter-se ausentado da cidade por mais de dois anos. Esse critério seletivo é importante para o reconhecimento dos aspectos lingüísticos da comunidade, visto que os resultados que obtivermos poderão caracterizar o vernáculo da comunidade de João Pessoa, podendo, também, representar as propriedades que essa comunidade tomou como valores paramétricos no período da aquisição.

A organização da amostra da fala de João Pessoa, em termos de variáveis sociolingüísticas, é de fundamental importância para nosso estudo, em particular para o

²⁸ Delimitação do fenômeno que será analisado, caracterizado como uma variável binária, uma vez que são duas variantes. (Idem)

controle da variável escolarização, que, juntamente com a variável etária e a de gênero, permite discutir de maneira mais segura algumas questões que buscamos responder. De fato, existe um entendimento de que o uso do subjuntivo, ou o seu desaparecimento do vernáculo, esteja associado ao processo de escolarização – seja no sentido de pressupor que tal categoria é ensinada na escola, sendo, portanto, sua ocorrência um indicador social de acesso à educação formal, seja, inversamente, no sentido de atribuir sua ausência no vernáculo a falhas no processo educacional ou a um acesso limitado. Nesse sentido, a possibilidade de examinar os dados em função da escolarização dos falantes oferecerá elementos para investigação dessa questão.

Para a quantificação dos dados, utilizamos como metodologia o pacote de programas Varbrul (1988) e o Goldvarb (2005). Esses programas, muito mais que as frequências de uso do modo indicativo ou do subjuntivo com cada grupo de fatores, nos oferecem os pesos relativos²⁹, por meio dos quais podemos identificar qual (ou quais) grupo(s) de fator (es), isto é, qual (ou quais) variáveis independente(s), é/ são mais favorecedor(as) da variável dependente, no nosso caso, a escolha do subjuntivo.

Para que se possa utilizar esses programas, é necessário que cada dado seja codificado com símbolos distintos para cada fator. Feito isso, os dados são inseridos no programa, que os lê, num processo denominado de “rodadas”, e os resultados podem ser analisados. Às vezes, torna-se necessário agrupar fatores de um grupo, processo denominado de “amalgamação”, que, em nosso estudo, foi motivada pelos verbos com características semânticas comuns.

4.3 Primeiros resultados

Após submetermos os dados ao programa, procedemos ao primeiro passo da nossa proposta: comparar os resultados obtidos em nosso estudo, representados pelos dados do Nordeste com os de Rocha (1997), representados pelos dados do Sudeste/ Centro-Oeste. Já nessa primeira etapa, em que temos apenas as frequências, podemos verificar diferenças de resultados entre as regiões comparadas.

²⁹ Peso relativo é o resultado obtido de comparações sucessivas e progressivas entre as variáveis independentes (Naro & Scherre: 2004, 165).

Tabela 7: Seleção do subjuntivo de acordo com a carga semântica do verbo da oração matriz

Tipos de predicados	Dados Sudeste/ Centro-Oeste	%	Verbos	Dados do Nordeste	%
não-factivo, volitivo (<i>querer, esperar, desejar</i>)	65/88	74%	<i>querer</i> <i>esperar</i> <i>desejar</i>	115/115 21/22 3/3	100% 95% 100%
não-factivo, não-volitivo (<i>pedir, deixar, temer, ser necessário</i>)	11/14	79%	<i>permitir</i> <i>pedir</i> <i>deixar</i> <i>ter medo</i> <i>ser preciso</i> <i>dizer</i> ²	3/3 42/44 3/3 3/3 5/5 13/14	100% 95% 100% 100% 100% 92%
factivo emotivo ou avaliativo (<i>gostar</i>)	17/29	59%	<i>incomodar</i> <i>gostar</i> <i>importar</i>	1/1 12/12 2/2	100% 100% 100%
Indiferente-opinião e suposição (<i>imaginar, pensar, acreditar, crer, considerar</i>)	44/107	41%	<i>imaginar</i> <i>pensar</i> <i>acreditar</i> <i>ter impressão</i> <i>crer</i> <i>considerar</i> <i>confiar</i>	1/4 2/48 8/37 0/2 1/41 0/1 0/1	25% 4% 21% 2%
indiferente de suposição (<i>parecer</i>)	1/17	6%	<i>parecer</i>	0/35	
indiferente de opinião (<i>achar</i>)	9/248	4%	<i>achar</i>	12/533	2%
factivo não-emotivo não avaliativo (<i>saber</i>)	1/23	4%	<i>descobrir</i> <i>perceber</i> <i>notar</i> <i>conhecer</i> <i>saber</i> <i>entender</i> <i>ter consciência</i> <i>sentir</i> <i>lembrar</i> <i>ter certeza</i>	0/4 0/1 0/8 0/1 0/102 0/1 0/1 0/7 0/3 0/15	
Indiferente performativo (<i>falar/dizer</i>); condicional (<i>ser certo</i>) ³⁰	2/9	17%	<i>garantir</i> <i>confessar</i> <i>dizer</i> ¹ <i>conscientizar</i> <i>avisar</i> <i>contar</i> <i>indicar</i> <i>responder</i> <i>explicar</i> <i>revelar</i> <i>falar</i> <i>mostrar</i>	0/4 0/1 2/218 0/1 0/1 0/2 0/1 0/1 0/1 0/1 0/2 0/2	2%

³⁰ Nos dados do VALPB, não registramos ocorrências com os verbos condicionais.

Nessa primeira análise, consideramos os verbos da oração matriz apenas individualmente, mas os agrupamos de acordo com o tipo semântico, conforme Rocha (1997) os agrupou e mediu, para facilitar a análise comparativa e obter uma apresentação mais didática. Ressaltamos aqui, como já dissemos, o fato de os dados preliminares já apontarem para a confirmação da hipótese para esse estudo: as formas do subjuntivo são mais produtivas nos contextos onde o subjuntivo era esperado.

Os resultados relativos ao Nordeste distinguem-se dos encontrados por Rocha (1997) no Sudeste/ Centro-Oeste. Observa-se que os grupos de verbos que favorecem o uso do subjuntivo – não-factivo volitivo (*querer*), não-factivo não-volitivo (*pedir*), factivo emotivo ou avaliativo (*gostar*) – selecionam esse modo de forma quase categórica no Nordeste, enquanto no Sudeste, com os mesmos grupos verbais, ainda que haja alta frequência do subjuntivo, verifica-se também a presença do modo indicativo, o que levou Rocha (1997) a considerar a ocorrência de variação. Além disso, analisados individualmente, percebemos que alguns verbos (*querer, desejar, permitir, deixar, ter medo, gostar, importar*) selecionam de forma categórica o subjuntivo. Nesse caso, os dados do Nordeste confirmam as abordagens da GT, de Botelho Pereira (1974), de Bárbara (1975) e Fávero (1974), segundo as quais tais verbos selecionariam o subjuntivo.

O resultado não é diferente nos ambientes de uso preferencial do modo indicativo – predicado factivo não-emotivo não-avaliativo (*saber*), predicado indiferente performativo (*dizer*) e alguns do grupo dos indiferentes de opinião e de suposição (*parecer, achar*) – visto que os dados do Nordeste selecionam o indicativo também de forma quase categórica. Quanto ao Sudeste/ Centro-Oeste, ainda que em escala bem inferior aos grupos em que o indicativo é selecionado em área do subjuntivo, há uma variação que difere dos valores encontrados no Nordeste, já que se identifica incidência do subjuntivo.

Com alguns predicados indiferentes de opinião e suposição: *imaginar* e *acreditar*, principalmente, ambientes para os quais as gramáticas admitem a alternância dos modos, tanto nos dados do Sudeste/ Centro-Oeste quanto nos dados do Nordeste, os modos se alternam. No Sudeste/Centro-Oeste, entretanto, o percentual de variação, pelo menos em relação a essa primeira análise, é mais elevado do que no Nordeste, a ponto de Rocha (1997) considerá-los como favorecedores do modo subjuntivo. Na próxima seção, veremos mais detalhadamente os resultados com cada tipo verbal.

4.4 Análise dos fatores lingüísticos

Para proceder à análise, torna-se necessário que façamos algumas amalgamações e algumas exclusões, visto que alguns grupos verbais têm resultados categóricos, conforme vimos na tabela 7. Amalgamar é também uma forma que possibilita uma visualização de conjunto da relação dos grupos verbais com a seleção do modo verbal.

Consideramos o verbo *pedir* como não-factivo volitivo, visto que para nós um pedido é a representação de um desejo, idéia reforçada em Fávero (1974), que o classifica como volitivo-imperativo, dentro do grupo de verbos de atitude proposicional interpretativa. No entanto, mantivemos esse verbo de acordo com a classificação de Rocha (1997), uma vez que, ao ser retirado do grupo dos não-factivos não-volitivos, o grupo apresentou 100% de dados com o subjuntivo, dando *knockout*³¹, o que nos impediria de verificar os pesos relativos.

O verbo *dizer*, de acordo com Mateus *et alii* (1989) apresenta dois sentidos: declaração e ordem. Com o primeiro sentido, ele é denominado verbo declarativo e nós o consideramos no grupo dos predicados indiferentes performativos; com o segundo sentido, ele é classificado como declarativo de ordem ou diretivo e foi colocado no grupo dos predicados não-factivos não-volitivos, assim como no estudo de Botelho Pereira (1974)³².

É preciso observar que os pacotes de programas estatísticos (Varbrul e GoldVarb) utilizados na quantificação dos dados não produzem pesos relativos se houver algum grupo de fator com efeito categórico (no caso deste estudo, se algum verbo da matriz coocorrer só com um modo verbal na encaixada). Sendo assim, para proceder à análise que apresentamos na tabela 8, foi necessário excluir fatores que apresentaram uso categórico do subjuntivo e do indicativo: grupo dos predicados factivos emotivos ou avaliativos (*gostar*) e o grupo dos predicados indiferentes de suposição (*parecer*).

O programa selecionou dois grupos de fatores como favorecedores do modo subjuntivo nos dados de fala da comunidade de João Pessoa: a semântica do verbo da matriz e o grau de assertividade. Apresentamos, na seqüência de nosso estudo, a análise desses resultados, comparando-os com os obtidos por Rocha (1997), que, além desses, teve mais

³¹ É o nome que se dá quando todas as ocorrências de um grupo de fatores manifestam-se com apenas uma variável, nesse caso dizemos que o efeito é categórico.

³² Em nossos dados, convenciamos distinguir os dois sentidos, respectivamente, pelo notação *dizer*¹ e *dizer*².

três grupos de fatores selecionados: regularidade verbal e tipo de verbo da encaixada, tempo verbal da matriz e tempo verbal da encaixada e a faixa etária.

4.4.1 Carga semântica do verbo da matriz

A seleção desse grupo de fatores leva-nos a compreender o que vimos nos estudos apresentados no capítulo anterior: a carga semântica do verbo da matriz exerce, de fato, grande influência na seleção do verbo da encaixada, atuando, em muitos casos, diretamente na seleção do modo indicativo ou do subjuntivo. Isso se manifesta no português brasileiro, no português europeu e, também, no espanhol.

A seleção desse grupo de fatores como o mais favorecedor do modo subjuntivo nos dados de João Pessoa e do Rio de Janeiro/Brasília também ocorre em outros estudos – Poplack (1992), no francês canadense, Neta³³ (2000), Santos³⁴ (2005) –, confirmando a forte atuação da semântica do verbo da matriz na seleção do modo verbal da oração completiva.

Apresentamos os resultados obtidos, na tabela 8 e no gráfico 1, já com os verbos amalgamados. Com essa amalgamação e com a exclusão dos que apresentam efeito categórico, foi possível fazer uma análise com os pesos relativos, a qual será desenvolvida nas subseções a seguir.

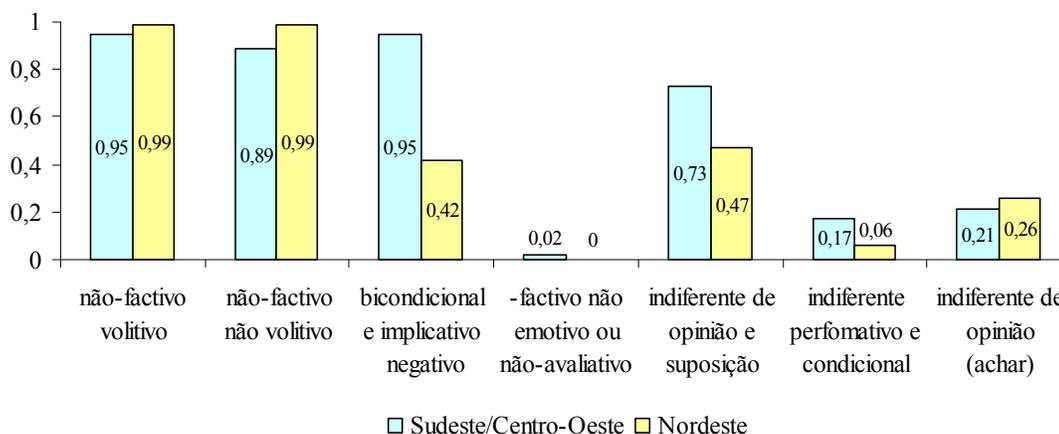
³³ Desenvolve estudo com dados de fala e de escrita da comunidade de Januária, cidade do norte do estado de Minas Gerais. Analisa o uso de formas do presente do indicativo por formas do presente do subjuntivo em ambientes onde a GT prevê o uso do subjuntivo.

³⁴ Desenvolve estudo com o corpus *Gramática e discurso e Iboruna*; o primeiro com dados de um dialeto carioca e o segundo com um dialeto paulista. Analisa o uso do indicativo em ambientes para os quais a GT prevê o uso do subjuntivo.

Tabela 8: Seleção do subjuntivo de acordo com a semântica do verbo da matriz após amalgamação

Tipos de verbos/predicados	Dados do Sudeste/ Centro-Oeste	%	Peso relativo	Dados do Nordeste	%	Peso relativo
não-factivo volitivo (<i>querer, desejar, esperar</i>)	65/88	74 %	0,95	139/140	99 %	0,99
não-factivo não volitivo (<i>mandar, dizer², pedir</i>)	11/14	79 %	0,89	71/73	97 %	0,99
bicondicional (<i>duvidar, ser possível</i>) e implicativo negativo (<i>impedir</i>)	8/10	80 %	0,95	2/3	66 %	0,42
factivo não-emotivo ou não-avaliativo (<i>saber, perceber</i>)	1/23	4%	0,02	0/127	0%	
indiferente de opinião e suposição (<i>imaginar, pensar, acreditar</i>)	44/107	41 %	0,73	12/118	10 %	0,47
indiferente performativo (<i>falar, dizer</i>) e condicional (<i>ser certo</i>)	2/9	22 %	0,17	2/206	1%	0,06
indiferente de opinião (<i>achar</i>)	9/248	4%	0,21	12/434	2%	0,26

Gráfico 1: Seleção do subjuntivo de acordo com a semântica do verbo da matriz após amalgamação



4.4.1.1 Verbos não-factivos volitivos e não-volitivos

O grupo de verbos não-factivos volitivos (*querer, desejar*) e dos não-factivos não-volitivos (*pedir, permitir*) é favorecedor do subjuntivo nas orações completivas, tanto do Sudeste/ Centro-Oeste quanto do Nordeste. No entanto, no Nordeste, esse favorecimento se

dá de forma quase categórica: 0,99 de peso relativo para os dois grupos verbais. Deve-se ressaltar que a quantidade de ocorrências das quais extraímos (130) a (135) é bastante relevante para se fazer tal afirmação.

- (130) Eu espero que ele *passe* por este momento.
- (131) .. e desejo que todos que estude *seja* assim também...
- (132) E quero que todo mundo *respeite* a minha religião.
- (133) Peço a Deus que me *dê* muita força.
- (134) Eu acho que essa necessidade[...] *permite* que tantas religiões surjam...
- (135) Ele deixa que você *pense*, que você *sofra* um pouquinho...

Esse resultado se identifica com as indicações encontradas na GT, e também com as gramáticas descritas por Botelho Pereira (1974) e Fávero (1974), que atribuem a esses grupos verbais o uso categórico do subjuntivo na oração encaixada.

Dos verbos não-factivos volitivos, destacamos o único dado que apresenta o modo indicativo na encaixada:

- (136) Espero que se Deus quiser para o ano eu *continuo* a estudar, se Deus quiser.

Uma forma de discutir o dado em (136) é considerar a possibilidade de que a presença de material lingüístico interveniente – a expressão *se Deus quiser* –, uma expressão já cristalizada em nosso vernáculo, tenha criado um tipo de ruptura na estrutura sintático-semântica, favorecendo a ocorrência do indicativo, forma costumeiramente utilizada com essa construção. Atribuímos, pois, o uso do indicativo, à presença dessa expressão. A esse aspecto vem juntar-se a leitura aspectual com a perífrase “continuo a estudar”, que propicia uma leitura aspectual de ‘atividade’ para o evento da oração subordinada, que pressupõe a manutenção do evento, o que é comparável com a semântica do verbo da oração matriz, que seleciona a orientação para o futuro.

Considerando-se a análise do dado em (136), podemos afirmar que a comunidade de João Pessoa, diferentemente da comunidade do Rio de Janeiro e de Brasília, usa o

subjuntivo de forma categórica quando os verbos da oração matriz são os não-factivos volitivos.

As duas ocorrências de indicativo com o grupo dos não-factivos não-volitivos consideradas pelo programa para o cálculo dos resultados apresentados na tabela 8, foram proferidas por um falante que, na mesma fala, faz uso também do subjuntivo como podemos verificar em (137)³⁵.

(137) O que eu peço a Deus é saúde, e não *deixe* meus filhos passar fome. E que Deus me *dê* uma vida melhor. Que Deus NUNCA *dexa* eu nunca deixar de acreditar nele. Se eu vou dormir, eu peço a ele que me *proteje* do mal, da fome...

Nesse dado, percebe-se a variação em um ambiente para o qual a GT e os demais estudos apresentados prevêm o uso do subjuntivo.

4.4.1.2 Verbos implicativos negativos

Quanto ao grupo dos implicativos negativos (*impedir*), registramos apenas três ocorrências, as quais apresentamos em (138), (139) e (140).

(138) ... eu NUM descarto que NUM que NUM NÃO *deva haver* greve...

(139) ... depois NADA impede que *ajude* também as pessoas que mais precisam, orfanatos...

(140) Mais isso NUM impede que a pessoa quando nasce com um índole para ser violento, ele *é* violento...

Verificamos que o dado em (140), que apresenta o indicativo na oração encaixada, sofre a interferência de uma oração adverbial temporal “quando nasce com um índole para ser violento”, que, além de distanciar o verbo da oração matriz (*impedir*), seleciona o

³⁵ Cf. *deixe/dê* vs. *dexa/proteje*.

indicativo na oração encaixada. Por isso, e também em função do reduzido número de ocorrências do indicativo com esse grupo verbal, consideramos que não podemos afirmar que o Nordeste seja menos favorecedor do modo subjuntivo nesse contexto, ainda que os pesos relativos retratem maior probabilidade de uso do subjuntivo no Sudeste e Centro-Oeste (0,95 em oposição a 0,42 no Nordeste).

4.4.1.3 Verbos factivos emotivos e avaliativos

Outro grupo verbal favorecedor do modo subjuntivo é o dos verbos factivos emotivos e avaliativos, do qual fazem parte os verbos *gostar*, *importar* e *incomodar*. Após a amalgamação dos dados, apresentada na tabela 8, para verificarmos o peso relativo, foi necessário excluir esse grupo verbal, uma vez que as 15 ocorrências identificadas são, de forma categórica, preenchidas com o subjuntivo na oração encaixada. Mais um grupo que se distingue dos resultados obtidos por Rocha (1997), que, nos dados do Sudeste/ Centro-Oeste, verifica um peso relativo de 0,60. A escolha do subjuntivo com esse grupo verbal, classificado como de atitude proposicional de sentimento, coincide com o que é proposto em Fávero (1974), que o analisa como ambiente do modo subjuntivo.

Os resultados relativos aos grupos verbais analisados até aqui se distinguem também do que Poplack (1992) encontra nos dados do francês canadense, também uma língua românica. A autora observa que o uso do subjuntivo e do indicativo no francês é variável, considerando também, entre outros fatores, a correlação semântica com o verbo da matriz.

Nos dados de fala do Nordeste, os resultados obtidos com os predicados não-factivos volitivos, não-factivos não-volitivos e factivos emotivos e avaliativos, se diferenciam dos dialetos do Sudeste/ Centro-Oeste e se encaixam nas descrições das gramáticas feitas por Fávero (1974), Bárbara (1975) e Botelho Pereira (1974), apresentando uso quase categórico do subjuntivo. Constatase, portanto, que as propriedades semânticas desses verbos (volição, ordem, emotividade) se mantêm estáveis, independente do modo selecionado na oração completa. Para a comunidade de João Pessoa, essa propriedade condiciona o subjuntivo; para a comunidade do Rio/ Brasília, o fato de se manterem inalteradas as propriedades licencia também o indicativo.

4.4.1.4 Predicados indiferentes performativos

Com esse grupo verbal, também denominado de declarativo (*dizer, falar, afirmar* etc), verifica-se uma diferença de uso dos modos verbais entre as regiões comparadas: 0,06 para o Nordeste e 0,17 para Sudeste/ Centro-Oeste. Percebe-se assim uma presença mais acentuada do subjuntivo em ambiente do indicativo nos dados do Sudeste/Centro-Oeste. Ressaltamos também a baixa ocorrência de exemplos com esse grupo de verbos nos dados do Sudeste/ Centro-Oeste (9 ocorrências), o que contrasta com o elevado índice de exemplos com esse grupo de verbos nos dados do Nordeste (212 ocorrências).

Desse grupo verbal, o mais prototípico é *dizer*, com o significado de declarar algo (cf. (141)), lembrando que esse verbo ocorre também com o sentido diretivo, de ordem, como em (142).

(141) Eu disse a ela que *escolhia* a pintura.

(142) Eu disse a ela que *esperasse*.

Tanto Fávero (1974) quanto Bárbara (1975) admitem o subjuntivo com esse grupo verbal, desde que haja presença da negação no verbo da matriz (trataremos desse assunto, de forma aprofundada na seção 4.4.2).

4.4.1.5 Verbos factivos não-emotivos não-avaliativos

Os verbos factivos não-emotivos não-avaliativos (*saber, conhecer*) também são desfavorecedores do subjuntivo na oração encaixada. Nesse grupo, de acordo com o conceito de factividade, o falante pressupõe como verdade o fato expresso na oração completiva, sendo, portanto, compatível com o modo indicativo, o modo utilizado para indicar fato tido como real, certo.

Nesse contexto, verifica-se que a região Sudeste/Centro-Oeste seleciona de forma quase categórica o modo indicativo, enquanto nos dados do Nordeste a seleção é categórica, não há ocorrência com o subjuntivo na oração encaixada. A factividade, característica desses verbos, demonstra ser um fator relevante na seleção do modo indicativo na oração

completiva. Esse contexto, da certeza do fato enunciado é considerado incompatível, com o modo subjuntivo, visto que os verbos não-emotivos e não-avaliativos não permitem envolvimento com a subjetividade, com a interpretação do falante. Esse resultado confirma as análises prévias não quantitativas de Fávero (1974) e Botelho Pereira (1974).

Apresentamos, em (143), o único registro com ocorrência do subjuntivo encontrado nesse contexto nos dados do Sudeste/ Centro-Oeste.

(143) Vamos dizer que eu *mate* alguém. Pra eu contar com a confiança deles e saber que eu *possa* com eles, já é difícil.

Em (143), o falante, ao enunciar “Vamos dizer que eu mate alguém”, está fazendo uma hipótese, o que certamente influencia a escolha do modo subjuntivo. Dessa forma, podemos perceber que, nesse contexto, o uso do modo indicativo se dá de forma quase categórica.

O comportamento lingüístico da comunidade de João Pessoa, mais uma vez, identifica-se com a gramática descrita por Fávero (1974), que considera agramaticais sentenças com o subjuntivo na oração completiva de estruturas com os verbos factivos não-emotivos não-avaliativos³⁶ na oração matriz.

4.4.1.6 Predicados indiferentes de opinião e de suposição (verbos de julgamento)

Com os predicados indiferentes de opinião e de suposição, ou verbos de julgamento (*acreditar, pensar*) na oração matriz, verificamos que o PB, o PE, o espanhol e o francês canadense admitem o uso variável do indicativo e do subjuntivo nas orações completivas. Ressalte-se, no entanto, que, em relação ao francês canadense, segundo Poplack (1992), o uso variável só é possível com negação na matriz. Diferentemente, Fávero (1974) e Bárbara (1975) mostram que, em português, o uso do subjuntivo é possível na oração subordinada selecionada por esses verbos na matriz, mesmo na ausência da negação.³⁷

³⁶ Fávero (1974) classifica esses verbos como de atitude proposicional não-interpretativa (cf. seção 2.2.4.3).

³⁷ Cf. seção 2.2.4.2 e 2.2.4.3.

Os resultados apresentados na tabela 8 evidenciam um uso variável tanto nos dados do Sudeste/ Centro-Oeste quanto nos dados do Nordeste. Percebe-se, no entanto, que essa variação, principalmente com os verbos *imaginar*, *pensar*, *considerar*, *etc* é mais freqüente nos dados da região Sudeste/ Centro-Oeste do que no Nordeste, respectivamente: 0,73 e 0,38. Deve-se ressaltar, no entanto, que os resultados apontam para uma mesma direção: quando o verbo da matriz admite ambos os modos na oração completiva, aumentam as ocorrências com o subjuntivo.

Dos dados do Nordeste, destacamos algumas ocorrências apresentadas de (144) a (148).

(144) ...eu imagino que *ia ser* muito ruim...

(145) ...eu imaginava que ele *fosse* bem diferente da família...

(146) ...eu ainda pensava que *era* quando eu era pequena...

(147) ...pensei que *ia* me embora naquela hora.

(148) Eu considero que NUM *existe* ensino, NUM *existe* educação.

Como Rocha (1997), fizemos uma rodada deixando em separado os verbos *parecer* e *achar* dos demais do grupo, por serem considerados como grandes favorecedores do indicativo. Conforme se verifica na tabela 7, dos 35 dados com o verbo *parecer*, todos ocorrem com o indicativo na oração encaixada, o que nos levou a retirá-lo, obtendo-se o resultado apresentado na tabela 8. Esse verbo apresenta certas particularidades que o diferenciam dos demais do grupo: (a) admite construção com o dativo na posição do sujeito (*Me parece que ele vem.*); (b) permite alçamento do sujeito da encaixada para a oração matriz (*O povo parece que num tem o que fazer dentro de casa.*). O verbo *parecer* apresenta como característica a impessoalidade, o que explica sua posição de sujeito poder ser preenchida por outros elementos da sentença. O fato é que a impessoalidade afasta a possibilidade de manifestação do subjuntivo, justificando-se assim a seleção categórica do indicativo. O verbo *parecer* se fixa na 3ª pessoa do presente do indicativo, não permitindo uma relação de subjetividade.

O verbo *achar*, no entanto, foi mantido, mas não foi amalgamado com os demais em função de sua elevada freqüência. Botelho Pereira (1974) considera-o como de menos

formalidade, o que poderia justificar tanto a sua alta freqüência quanto a alta ocorrência do indicativo na oração completiva, que é o modo menos marcado e, por isso, menos formal. Essa autora considera inaceitáveis sentenças como “*Eu acho que seja verdade*”. Para ela, a coocorrência do verbo *achar* com o subjuntivo só é admitida se o tempo da oração principal é o passado (por exemplo: ‘*eu achei que fosse verdade*’). Entretanto, é interessante notar que nos dados do Nordeste, encontramos casos de subjuntivo na oração completiva e o tempo presente na oração matriz, como em (149), (150) e (151). Tais estruturas envolvem o verbo *ser* com interpretação estativa.

(149) Eu acho que *seja* ótimo.

(150) ... eu acho que *seja* é muita gente, né?

(151) Eu acho que *seja* assim.

Com esse tipo verbal, Bárbara (1975) admite tanto o indicativo quanto o subjuntivo nas orações completivas, esteja o verbo da matriz negado ou afirmado, excetuando-se o verbo *achar*, para o qual considera haver restrições em relação às propriedades dos demais do grupo. Segundo Bárbara (1975), sentenças negadas como em (152) com o subjuntivo na oração completiva são gramaticais, mas afirmadas, como em (153), com o subjuntivo na oração completiva, não o são.

(152) Eu NÃO acho que ele *saiba*.

(153) *Eu acho que ele *saiba*.³⁸

Quanto ao resultado dos estudos com dados de fala, encontrado com os predicados indiferentes de opinião e de suposição, três aspectos se mostram relevantes: (i) o uso variável do subjuntivo e do indicativo é constatado no francês canadense, no português europeu, no espanhol e nas variedades dialetais do PB examinadas; (ii) existem diferenças entre os diferentes tipos de predicados indiferentes de opinião e suposição no que se refere à manifestação da variação entre o modo subjuntivo e indicativo, em todas as variedades dialetais do PB examinadas; (iii) a negação constitui fator favorecedor do subjuntivo, em

³⁸ Na discussão, as sentenças em (153) e (154) representam dados da intuição.

todas as variedades dialetais do PB examinadas, assim como no francês canadense, no PE e no espanhol.

Em relação ao aspecto observado em (i), o que esse resultado sugere é que os verbos de opinião são compatíveis tanto com a interpretação de dúvida quanto de certeza no complemento oracional que selecionam. Como o modo subjuntivo exprime a idéia de dúvida ou hipótese, o falante vai usá-lo como um reforço da idéia de opinião; a manifestação do indicativo na completiva representaria a dispensa do reforço ou redundância, uma vez que a idéia de opinião é indissociável desses verbos. Adotando-se essa abordagem, admite-se que os verbos de opinião são compatíveis com interpretações modais diferentes na oração subordinada, distinguindo-se, portanto, dos verbos não-factivos volitivos, dos não-factivos não-volitivos e dos implicativos negativos, em que, como mencionado anteriormente, a interpretação modal do enunciado é única / invariável (cf. Oliveira, 2006). No entanto, outra possibilidade é considerar que o uso da oposição modal não implica a respectiva oposição de interpretação – o que significa atribuir o mesmo valor de verdade aos enunciados, e conseqüentemente considerar que se trata de variação (laboviana). De fato, muitos falantes, ao serem indagados sobre eventual diferença de significado, diante dos dois tipos de construção, muito freqüentemente não identificam contraste de significado. A conseqüência disso é a neutralização da oposição entre o modo indicativo e subjuntivo no verbo, o que naturalmente não impede que o falante recorra a outros mecanismos gramaticais para codificar lingüisticamente a modalidade do enunciado – é o caso dos recursos lexicais, da utilização de modificadores adverbiais, de recursos prosódicos, conforme ilustrado na seção 2. No entanto, é necessário considerar ainda que o uso que o falante faz das formas lingüísticas nem sempre reflete decisões conscientes, sendo ainda possível pressupor que determinada oposição encontra-se realizada em um nível ou domínio da gramática que ainda não foi devidamente caracterizado.

Em relação ao aspecto observado em (ii), tem-se a constatação de que os diferentes verbos de opinião não têm comportamento idêntico quanto ao uso do modo verbal da subordinada – por exemplo, enquanto ‘acreditar’ favorece a alternância entre os modos, ‘achar’ desfavorece a alternância, sendo encontrado preferencialmente com o indicativo. Em relação ao verbo *achar*, constata-se ainda sua maior freqüência quando comparado aos demais verbos do grupo, conforme já mencionado.

Em estudo de minha autoria³⁹, ressalto o caráter polissêmico do verbo *achar*⁴⁰ e proponho que, particularmente nos contextos associados à semântica da opinião, esteja ocorrendo um processo de gramaticalização, o que, por outro lado, viria explicar a ampla difusão desse verbo. De acordo com Mattos e Silva (2002), traduzindo de Hopper (1998: 147-154), “a gramaticalização começa quando colocações e formas contextualmente unidas tornam-se habituais e rotineiras, desvinculadas de seus conceitos restritos”. Nesse sentido, uma conseqüência do uso rotineiro do verbo *achar* seria a fixação também da forma verbal na oração complemento, no caso do indicativo, uma situação que poderia ser comparada a uma cristalização – um tipo de fraseologismo no nível morfossintático.

Quanto ao aspecto observado em (iii), o fato de a negação constituir fator favorecedor do subjuntivo, em todas as variedades dialetais do PB examinadas, será desenvolvido na próxima seção.

4.4.2 Grau de assertividade

A presença da negação na oração matriz, conforme se atesta em todos os estudos apresentados, é considerada como um fator interferente na seleção do modo verbal nas orações completivas. Como vimos, alguns tipos verbais, como os predicados indiferentes de opinião/suposição, favorecem a seleção do modo subjuntivo na oração encaixada quando a matriz é negada. Segundo Botelho Pereira (1974), a negação cria um contexto que expressa uma atitude neutra ou negativa do sujeito da oração matriz em relação ao conteúdo objetivo da oração completiva. Nesse caso, o modo compatível é o subjuntivo.

Consideramos negação, nesse estudo, além do advérbio *não*, todos os outros advérbios e demais palavras que apresentam o valor semântico de negação, como *nunca*, *jamais*, *nem*. Para efeito dessa análise, examinamos: (i) a presença da negação na oração

³⁹ Cf. Oliveira, 2005.

⁴⁰ Achar: v. do lat. *afflare* (por *adflāre*) <<soprar sobre, acção do que é levado pelo sopra>>; verbo que era também usado no desporto venatório, quando o cão *cheirava* a caça <<*canis leporem afflat*>>, daí o sentido lit. de *encontrar*, que parece datar de época relativamente recuada. A partir de 952, surge a forma << *et achamus illo in iure de filio de Gundesindo...*>> *Canis afflat* (intr.) → *Canis afflat leporem* (trans.) → O cão *cheirava* a caça → O cão *encontrava* a caça. (MACHADO, Jose Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Livros Horizonte. Lisboa, 1977.)

matriz, como em (154); (ii) a presença da negação na oração encaixada, como em (155); (iii) e a ausência da negação na oração matriz e na encaixada, como em (156).

(154) Eu NUM acredito que *exista* isso.

(155) Eu acho que JAMAIS *vai voltar* ao que era antigamente.

(156) Eu acho que *seja*.

Conforme ressaltado em vários estudos, em particular por Neves (2000: 320), esse favorecimento se explica pelo fato de a negação ser uma forma de reduzir o valor de certeza no enunciado, criando ambiente favorável à ocorrência do modo subjuntivo. Na análise de dados de variedades dialetais do Sudeste/ Centro-Oeste, Rocha (1997) verifica que, com verbos de opinião (*acreditar, pensar, supor*), a presença de um elemento de negação, na oração matriz, é que determina a maior ocorrência do subjuntivo na subordinada.

Embora não tenha adotado a metodologia de análise com dados reais de fala, Botelho Pereira (1974) também ressalta a relação entre a negação, principalmente, com o verbo *achar* negado na matriz, favorecendo o modo subjuntivo na completiva. Com uma abordagem semelhante, Fávero (1974) e Bárbara (1975) destacam a possibilidade de ocorrer subjuntivo na oração encaixada ligada aos predicados indiferentes de opinião e de suposição, independentemente de haver a negação na matriz.

Bárbara (1975) ressalta, porém, que verbos indiferentes performativos (de declaração), como *dizer, afirmar* na oração matriz, são mais restritivos, pois a seleção do modo subjuntivo só é possível se houver negação na oração matriz.

(157) Eu NÃO afirmo que Paulo *estude* inglês.

(158) *Eu afirmo que Paulo *estude* inglês.

(159) Neguei que Paulo *estudasse* inglês.

Para Fávero (1974: 73), os declarativos *saber, afirmar, dizer*⁴¹ quando negados, se convertem em verbos de dúvida, e as orações completivas apresentam interpretação definida como de orações com atitude proposicional de julgamento. Nesse caso, o uso do indicativo

⁴¹ Em nossa classificação, o verbo *saber* é considerado como factivo não-emotivo não-avaliativo e *afirmar* e *dizer* (*dizer*^l em nosso estudo) são considerados como predicados indiferentes performativos.

ou do subjuntivo na oração encaixada se dará de acordo com a intensidade da dúvida do falante: menos convicção, usa-se o subjuntivo; mais convicção, usa-se o indicativo.

Na seqüência, antes de analisarmos o papel da negação nos dados do Nordeste, apresentamos uma discussão sobre as propriedades da negação no PE e no PB.

4.4.2.1 Estatuto da negação

4.4.2.1.1 Mateus et alii (1989/ 2003)

Mateus *et alii* (2003: 769), cuja análise utiliza, primordialmente, dados do PE, caracterizam a negação nas línguas naturais como uma operação que, “actuando sobre uma expressão lingüística, permite denotar quer a inexistência da situação ou entidade originariamente reportadas por essa unidade, quer o valor oposto da propriedade ou quantidade por ela designadas.” Essa é uma operação de modificação que atua nos elementos de uma proposição, modificando a predicação, como (160), (161) e (162):

(160) Ele está deitado.

(161) Ele NÃO está deitado.

(162) Ele está de pé.

Atua também no nível sintático-semântico exemplificado em (163), (164) e (165):

(163) Eu acho que o João é capaz de chegar a horas.

(164) Eu não acho que o João seja capaz de chegar a horas. (modalidade contrária à modalidade necessária expressa por (163) e que seleciona o modo conjuntivo)

(165) Eu não acho que o João é capaz de chegar a horas. Eu tenho a certeza! (modalidade contraditória de (163) e que permite a seleção do indicativo)

Segundo as autoras “a negação é uma operação de modificação que actua sobre os vários tipos de modalidade – lexicalizadas, proposicionais, ilocutórias e pragmáticas –

contrariando-as ou contradizendo-as.” (p. 110). Nos exemplos (164) e (165), a operação de negação (doravante NEG) aparece modificando a modalidade de predicação em (163). A expressão em (164), modificada pelo operador NEG, pode, de forma explícita, exprimir uma modalidade contrária, como em (164), e pode também, de forma implícita, exprimir uma modalidade contraditória, como em (165).

Nesse sentido, a expressão em (161), embora contrária a (160), não a contradiz, sendo possível concluir, nesse caso, que sempre que (161) for verdadeira (160) será falsa. A proposição que se apresenta em (161), entretanto, é contraditória à de (162); o fato de não estar deitado como em (161) não garante a verdade de (162), ou seja, o fato de não estar deitado não implica necessariamente estar de pé.

Nas orações complexas, objeto do presente estudo, a atuação da negação sobre o verbo da oração superior, “criador de um universo de referência ou estado de coisas expresso pela oração encaixada”, opera uma modificação na modalidade que se atribui ao estado de coisas. Essa modificação operada por NEG, no nível das modalidades do estado de coisas que a oração encaixada expressa, favorece a seleção de modos diferentes.

Os elementos que explicitam a negação em posição pré-verbal, segundo as autoras, são *não*, *nunca*, *jamais*. No entanto, *não* é o marcador de negação mais generalizado, sendo considerado o marcador prototípico da negação com posição canônica no início do constituinte que exprime o predicado no sistema da língua portuguesa.

Quando na sentença houver um sintagma negativo precedendo o complexo verbal, a presença do marcador de negação torna a sentença agramatical como em (166):

(166) *NENHUMA criança NÃO viu esse filme.

(167) NENHUMA criança viu esse filme.

Ressaltam, no entanto, que, em dados do português medieval, esse tipo de dado é encontrado: “Que **nehũ nō** scapou **nem nehũa** cousa que na vyla ouvesse.” (*Crônica de 1344*. Cintra, 1957: 107; *apud* Martins, 1997; 2003, 777). Também Said Ali (2001, nº 991, 151) admite a dupla negação, confirmando seu uso em textos quinhentistas e observando que, embora ela não seja bem vista “pelo raciocínio dos homens cultos”, é possível, desde que não anteceda o vocábulo *não*⁴². É interessante notar que a ocorrência da negação nesse

⁴² O autor não dá exemplos com outros quantificadores como, por exemplo, *ninguém não*.

tipo de estrutura ocorre no PB atual, sendo abordada nos compêndios gramaticais como em Bechara (2000), que considera o quantificador *nenhum* como um reforço da negativa *não*.

Mateus *et alii* (2003) afirmam que, nas frases negativas com marcador de negação frásica e nas quais não aparecem expressões quantificacionais negativas (*ninguém, nenhum, nada, nunca*), o constituinte que se encontra sob o escopo e o foco da negação é que é o constituinte negado.

(168) O João NÃO contou uma história ao filho *hoje*. (mas sim ontem)

(169) O João NÃO contou uma história *ao filho* hoje. (mas sim aos alunos)

(170) O João NÃO contou *uma história* ao filho hoje. (mas sim uma anedota)

(171) O João NÃO *contou uma história* ao filho hoje. (mas declamou um poema)⁴³

As autoras observam que os dados da prosódia mostram, nas frases negativas não-marcadas ou com proeminência de *não*, que o marcador de negação tem escopo sobre a frase toda ou sobre o SV. Nas frases negativas focalizadas, no entanto, o elemento de negação tem escopo sobre o constituinte em foco.

Em uma língua como a portuguesa, só se pode considerar uma frase como negativa quando um elemento negativo tiver escopo sobre o verbo que encabeça o predicado, como em (172). De outra forma, a sentença torna-se agramatical, como em (173).

(172) O João NÃO contou NADA ao Pedro.

(173) *O João contou NADA ao Pedro.

Uma característica da operação da negação, particularmente relevante para nosso estudo, é o fato de a presença da negação frásica na frase superior poder determinar a ocorrência obrigatória ou opcional de subjuntivo na oração completiva, quando ocorrem com núcleos lexicais que pertencem a certas classes sintático-semânticas. Esse é o caso de orações completivas não preposicionadas, que são selecionadas por verbos declarativos (174), por verbos adjetivos (175) e (176) e verbos epistêmicos (177):

⁴³ Preservamos aqui a formatação dada pelas autoras, alterando somente a numeração.

- (174) NÃO digo que ele *saiba/ sabe* muito sobre fructas.
(175) NÃO é evidente que essa solução *fosse/ *foi* satisfatória.
(176) NÃO é verdade que a Terra *seja/ *é* plana.
(177) NÃO penso que ele ainda *chegue/ *chega* a tempo do jantar.

As autoras acrescentam, no entanto, que pode haver seleção do modo subjuntivo em orações completivas selecionadas como argumento interno não preposicionado por verbos epistêmicos, mesmo quando a frase superior não for negada:

- (178) Penso que ele ainda *esteja* na faculdade a essa hora.
(179) Imagino que *queiras tomar* um duche antes do jantar.

As autoras fazem, ainda, uma interessante observação com relação aos casos em que a seleção do modo verbal é opcional entre o indicativo e o subjuntivo na oração completiva: a seleção do subjuntivo, nesse caso, exprime maior distância do locutor com relação à verdade do conteúdo proposicional da frase completiva.

Além da possibilidade de uso da negação como redobro de palavra negativa, do tipo ‘*ninguém...não*’, já mencionada, existem outras diferenças entre o PB e o PE em relação ao uso da negação. Em contraste com as sentenças em (166) e em (173), as sentenças (180) e (181) são produtivas no PB (pelo menos em variedades não-padrão).

- (180) João disse NADA sobre o assunto.
(181) Eu disse NUNCA que você ia comigo⁴⁴.

4.4.2.1.2 Neves (2000/ 2006)

A negação é, segundo Neves (2000: 285), uma operação que atua no nível sintático-semântico e também no nível pragmático. É um processo que forma sentido, ao agir como instrumento interacional dotado de intencionalidade, e também é um recurso (contra)argumentativo.

⁴⁴ Os dados apresentados em (180) e em (181) são da nossa intuição.

O âmbito de incidência do elemento que opera a negação, nesse caso, escopo da negação, é definido por Neves (2000: 285) como ‘o segmento do enunciado em que a negação exerce o seu efeito, ou seja, como o conjunto de conteúdos afetados pelo operador de negação’. O operador básico de negação, na língua portuguesa, é a partícula *não*, que, via de regra, antecede a parte do enunciado sobre a qual tem incidência.

A negação verbal no nível oracional também é produzida pelos advérbios de negação *nunca* e *jamais*. Ressalta, porém, que o *não* é o elemento “por excelência” usado para negar; os outros, *nunca* e *jamais*, agregam ao valor negativo a idéia de tempo e aspecto.

Segundo Neves (2000), a negação ocorrente em uma oração completiva, em princípio, afeta apenas a oração completiva, e a negação na oração principal afeta apenas a oração principal. Entretanto, o emprego de alguns verbos na oração principal possibilita o alçamento da negação da oração completiva para a oração principal, sem que haja alteração significativa na extensão do conteúdo negado. Esclarece que, com a alteração do âmbito da negação, ocorre uma diferença na força da negação sobre um ou sobre outro elemento do enunciado.

Adotando uma perspectiva funcionalista, a autora observa que a incorporação do elemento negativo na oração principal tende a realçar e a colocar o sujeito e o predicado no foco de interpretação negativa por parte do destinatário. Em função disso, esses casos ocorrem principalmente com sujeito de 1ª pessoa do singular, assinalando que é a atitude do falante que é marcada.

Assim, o alçamento da negação para a oração principal é analisado como uma estratégia do falante, visto que enfraquece a certeza do enunciado, minimizando a força de sua intervenção no julgamento de maneira polida, sem que, no entanto, haja alteração do alcance do conteúdo negado. Nesse sentido, os verbos que permitem o alçamento/deslocamento da negação da oração completiva para a oração matriz são os de julgamento do tipo não-factivo e não-implicativo, são os de opinião (*achar, crer, acreditar, julgar, imaginar, etc*) e adjetivos usados de forma predicativa como em *ser provável*.

Os enunciados complexos que têm esses verbos na oração matriz mantêm, segundo Neves (2006), o seu significado básico, esteja a negação na oração matriz ou na oração completiva. Como exemplos a autora apresenta (182) e (183):

(182) Acho que Letícia NÃO *está* muito animada com a mudança.

(183) NÃO acho que Letícia *esteja* muito animada com a mudança.

O deslocamento/ alçamento da negação para a oração matriz, com esses verbos, é mais comum com o subjuntivo na oração encaixada, com efeito na atenuação do que está sendo declarado nessa oração (Neves: 2000). A autora afirma, então, que essa transferência da negação para a oração principal, por atenuar a certeza do enunciado, cria uma compatibilidade com o valor de incerteza do subjuntivo, que produz uma interpretação *irrealis*. Assim, considera raros enunciados como em (184) e mais comuns como o de (185).

(184) NÃO acho que *é* ofensa.

(185) NÃO acho que *seja* ofensa.

É com esse tipo de verbo, indiferente de opinião e de suposição, que é possível um significado mais eventual da oração completiva. A presença da negação na oração matriz, aliada ao fato de o sujeito ser, na maioria das vezes, de 1ª pessoa do singular, cria um campo favorável para que o falante consiga marcar um certo descomprometimento em relação à sua declaração. O uso do subjuntivo na completiva funciona, então, como um reforço dessa intenção.

Quando a oração completiva, com esses verbos, é negada, e o modo verbal da encaixada é o indicativo, entende-se que o fato expresso na oração completiva é *realis*. Isto quer dizer que não há a incerteza do subjuntivo, muito menos a atenuação da certeza provocada pelo alçamento da negação da completiva para a principal, conforme ilustrado em (186).

(186) Eu acho que NÃO *tem* vantagem NENHUMA esse negócio de procurar dentro do chão aquilo que a gente não guardou.

Ocorrem também enunciados com a oração completiva negada e modo verbal no subjuntivo, como em (187). Nesse caso, considera-se que o fato expresso na completiva é interpretado como possível. Isso significa que há a incerteza do subjuntivo, mas não a atenuação de certeza acarretada pela transferência da negação para a oração principal.

(187) Suponho que NÃO *tenha* nenhuma importância.

Nos enunciados com negação na oração principal e modo indicativo na oração completiva, como em (188), entende-se que o fato que a oração completiva expressa é

contingente, isto é, não apresenta a incerteza do subjuntivo, entretanto, a transferência da negação para a oração principal indica atenuação da certeza.

(188) Eu NÃO acho que *sou* elitista.

E, finalmente, há o enunciado que apresenta a oração principal negada com o subjuntivo na oração completiva, como em (189). Com essa construção, a compreensão é que o fato expresso pela oração completiva é considerado como impossível. Soma-se aí a incerteza do subjuntivo com a atenuação de certeza que se forma com a transferência da negação para a oração principal.

(189) Eu NÃO acredito que *exista* qualquer articulação política.

Segundo a autora, do grupo de predicados indiferentes de opinião e de suposição, somente os verbos *supor* e *imaginar* – verbos de suposição – são empregados com a negação na completiva e no modo subjuntivo. Explica também que, quando os verbos da completiva estão no futuro (do pretérito ou do presente), não há, como nos outros tempos do indicativo, o valor factual. Todo futuro representa o eventual, destacando-se ainda o futuro do pretérito que é ‘especialmente incerto’ (Neves, 2006: 322)

Com os verbos factivos, verbos cujo complemento se mantém afirmado, como um fato, a negação da oração principal não se estende ao conteúdo da oração completiva. Esses verbos, sejam negados sejam afirmados, mantêm inalterado o valor de verdade da proposição. Assim, em (190) e (191) abaixo, o conteúdo proposicional não se altera: “o Brasil está vivendo dias como esses.”

(190) Lamento que o Brasil *esteja* vivendo dias como esses.

(191) NÃO lamento que o Brasil *esteja* vivendo dias como esses.⁴⁵

Com base nesses estudos já realizados, os quais atribuem à negação importante papel na seleção do modo verbal da oração completiva, vamos analisar os dados de João Pessoa.

⁴⁵ Os dados de 182 a 191 fazem parte dos *corpora* analisados pela autora, os quais foram retirados de textos escritos variados.

Contamos para nosso estudo também com a abordagem de Mateus *et alii* (1989/2003) e Neves (2000/2006) acerca do papel da negação.

4.4.2.2 A negação nos dados de fala de João Pessoa

A presença da negação na oração matriz, conforme se atesta em todos os estudos apresentados, é considerada como um fator interferente na seleção do modo verbal nas orações completivas. Como vimos nos estudos apresentados, alguns tipos verbais favorecem a seleção do modo subjuntivo na oração encaixada quando a oração matriz é negada.

Vimos também em Neves (2000) que os predicados indiferentes de opinião e de suposição apresentam características específicas quando negados na oração matriz ou quando ocorre negação na oração que os completam. Em função disso e, para que comparemos com os resultados de Rocha (1997), analisamos o papel da negação em todos os grupos verbais.

Antes de apresentarmos os resultados quantificados, que estão sistematizados na tabela 9 abaixo, julgamos interessante ilustrar a situação da polaridade encontrada nos dados de fala analisados.

(192) Eu NUM acho que *seja* certo isso.

(193) Eu NUM acredito que *exista* isso.

(194) ... NUM quero que os meninos *brinque*.

(195) Acho que NÃO *era* meu, não...

(196) ... faço muitas coisas que creio que NÃO *agradam*.

(197) Eu acredito que para o ano *deva* melhorar...

(198) Agora quero que *diga* que você perguntou, diretora.

(199) Acho que *seja* assim...

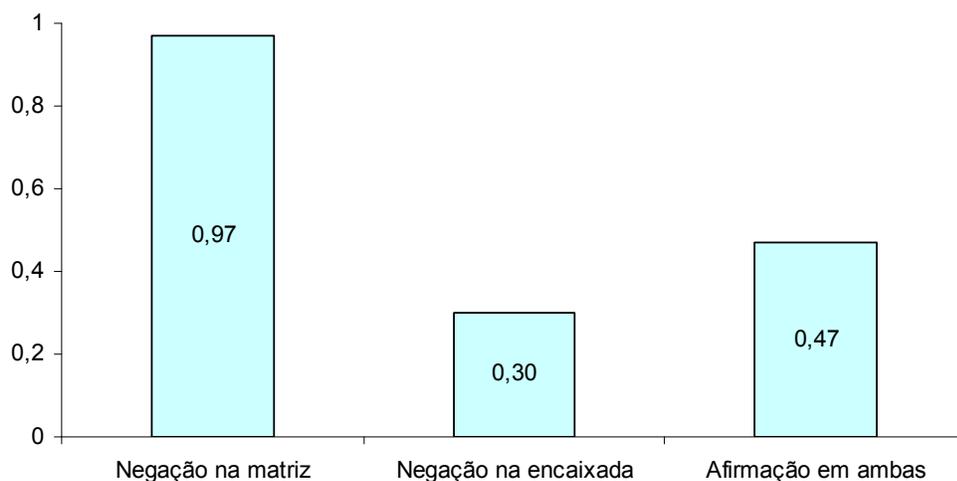
Tabela 9: Uso do subjuntivo em contexto de polaridade negativa/afirmativa.

Tipos de orações em função da presença/ ausência da negação	Nordeste	%	Peso relativo
Negação na matriz	49/62	79%	0,97
Negação na encaixada	18/181	9%	0,30
Afirmção em ambas	170/754	23%	0,47

Analisando a influência da negação com os tipos de verbos em dados de fala da Paraíba, verificamos que a negação na oração matriz é grande favorecedora da seleção do subjuntivo na oração completiva tendo em vista o resultado obtido: 0,97, como nos dados de Rocha (1997). Podemos verificar, no entanto, que há elevado percentual de subjuntivo também em sentenças afirmativas (0,47), sem desconsiderar o resultado do subjuntivo quando a negação se manifesta na oração encaixada (0,30)⁴⁶.

Para melhor visualizarmos esse resultado, distribuímos os pesos relativos no gráfico 2.

Gráfico 2: Uso do subjuntivo em contexto de polaridade negativa/afirmativa.



Para uma análise mais detalhada, cruzamos os dois grupos de fatores selecionados: a carga semântica do verbo da matriz – verbos já amalgamados nessa etapa – com o grau de assertividade. Ressaltamos que consideramos não só o elemento negativo *não*, mas também formas como *nunca*, *jamais*, *ninguém*, *nenhum* e *nem*. Com esse cruzamento, apresentado na tabela 10, obtivemos resultados mais esclarecedores acerca do papel da negação nos dados de fala da Paraíba, bem como sua relação com os grupos verbais.

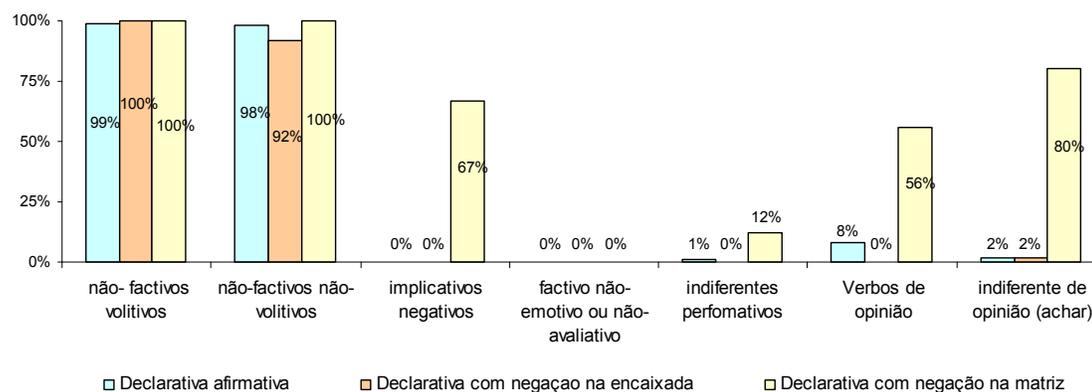
⁴⁶ Os dados de negação na encaixada requerem ainda controle em relação ao fato de que, com alguns verbos, a posição da negação não altera o significado (*Não acredito que ele venha/vem./ Acredito que ele venha/vem.*) (cf. 4.4.2.1.2).

Tabela 10: Cruzamento do tipo semântico do verbo da matriz com assertividade da oração matriz com dados da Paraíba.

Carga semântica do verbo/predicado da matriz	Ocorrência do subjuntivo	Declarativa afirmativa	Declarativa com negação na encaixada	Declarativa com negação na matriz
não- factivos volitivos (<i>querer, desejar, esperar</i>)	Ocorrência/total percentual	100/101 99%	4/4 100%	35/35 100%
não-factivos não-volitivos (<i>mandar, dizer², pedir, proibir</i>)	Ocorrência/total percentual	57/58 98%	12/13 92%	2/2 100%
implicativos negativos (<i>impedir, descartar</i>)	Ocorrência/total percentual	0/0	0/0	2/3 67%
factivo não-emotivo ou não-avaliativo (<i>saber, ter certeza, notar</i>)	Ocorrência/total percentual	0/88	0/24	0/15
indiferentes performativos (<i>dizer, avisar, falar</i>)	Ocorrência/total percentual	1/138 1%	0/60	1/8 12%
indiferentes de opinião e de suposição (<i>crer, pensar</i>)	Ocorrência/total percentual	7/87 8%	0/22	5/9 56%
indiferente de opinião (<i>achar</i>)	Ocorrência/total percentual	6/347 2%	2/82 2%	4/5 80%

Constatamos que a presença da negação na oração matriz, como já verificado em estudos de Fávero (1974), Botelho Pereira (1974), Bárbara (1975) e Rocha (1997), além de Mateus *et alii* (1989/ 2003) e Neves (2000/ 2006), interfere na seleção do modo verbal da oração completiva, favorecendo a seleção do modo subjuntivo. Ressaltamos, entretanto, que essa interferência é mais evidente com alguns tipos de verbos, havendo outros que parecem não ser afetados pela presença da negação; eles, por si sós, controlam o modo subjuntivo. Esse efeito, seja da ausência, seja da presença da negação pode ser evidenciado no gráfico 3.

Gráfico 3: Cruzamento da carga semântica do predicado da matriz com a assertividade da oração matriz



Nas seções a seguir, para melhor compreender a relação da negação com o tipo verbal, apresentamos uma análise considerando cada grupo verbal identificado nos dados em estudo.

4.4.2.2.1 Predicados não-factivos volitivos

Com os predicados não-factivos volitivos, o modo subjuntivo se manifesta de forma quase categórica, assemelhando-se à descrição verificada em Botelho Pereira (1974) e em Fávero (1974). Os resultados apresentados na tabela 10 demonstram o seguinte: de um total de 140 dados, 35 são sentenças formadas com negação na matriz, todas têm o subjuntivo selecionado na encaixada; das 4 sentenças que têm negação na encaixada, todas têm o subjuntivo na oração encaixada e, das 101 sentenças afirmativas, 100 se constroem com o subjuntivo, indicando um percentual de 99%. O dado (203), analisado na seção 4.4.1.1 representa a única ocorrência desse tipo verbal com indicativo na oração completa.

(200) NUM quero que os menino *brinque*.

(201) ... quiria que isso NÃO *ixistisse* não...

(202) Espero que eles *recebam* e se *alimente* bem.

(203) Espero que se Deus quiser para o ano eu *continuo* a estudar, se Deus quiser.

Os resultados com a negação na matriz, embora sigam a mesma tendência dos obtidos por Rocha (1997), apresentam pesos relativos mais elevados, próximos da categoricidade, não nos credenciando a falar em variação nesse contexto. No entanto, visto que a presença da negação não eleva a frequência da forma indicativa com o grupo dos verbos não-factivos volitivos, os resultados diferem dos obtidos por Wherit (1978) nos dados analisados na fala de São Paulo e Rio de Janeiro (cf. 3.1).

A ocorrência do subjuntivo com predicados não-factivos volitivos na matriz, sejam afirmados sejam negados, corroboram tanto a afirmação de Fávero (1974) quanto a de Botelho Pereira (1974) de que esse grupo verbal não permite a forma indicativa.

4.4.2.2.2 Predicados não-factivos não-volitivos

Os verbos não-factivos não-volitivos, criadores de ambientes previstos como do modo subjuntivo, somam 73 dos dados coletados da comunidade lingüística em estudo. As sentenças com negação na encaixada totalizam 13, sendo que dessas, apenas uma apresenta a seleção do indicativo na oração encaixada (cf. 207), as outras 12 têm o subjuntivo selecionado, o que representa 92% das sentenças.

(204) Pediu que a mulher NÃO *fosse* dar parte dele não.

(205) Diz a ela que NUM *faça* não.

(206) O médico proibiu que ela NUM *pegasse* em peso nenhum...

(207) O que eu peço a Deus é saúde, e não *deixe* meus filhos passar fome. E que Deus me *dê* uma vida melhor. Que Deus NUNCA *dexa* eu nunca eu dexar de acreditar nele. .

Distribuem-se num total de 58 as sentenças afirmativas, sendo que apenas uma apresenta o modo indicativo na encaixada (cf. 210), as demais têm o subjuntivo selecionado, o que representa um percentual de 98% dos dados com o modo subjuntivo.

(208) A professora deixava que a gente *cochilasse*...

(209) Eu tenho medo que meu marido *vá* se embora.

(210) Se eu vou dormir, eu peço a ele que me *proteje* do mal, da fome...

Observa-se que nas estruturas com os verbos *pedir*, *dizer*⁴⁷ e *proibir* na oração matriz, o alçamento da negação para a oração matriz não implica alteração quanto à seleção do modo verbal, o que nos leva a concluir que a negação não interfere no aspecto sintático das estruturas deste grupo verbal. Entretanto, com esses predicados, o alçamento acarreta alterações semânticas, criando contextos contrários, conforme explicam Mateus *et alii*⁴⁸. Repetimos abaixo as estruturas de (204) a (207) com nova numeração, para submetê-las ao teste do alçamento:

(211) a. Pediu que a mulher NÃO *fosse* dar parte dele não.

⁴⁷ No sentido diretivo, isto é, com leitura manipulativa.

⁴⁸ Cf. seção 3.4.2.1.3.

- a'. NÃO pediu que a mulher *fosse* dar parte dele não.
- (212) a. Diz a ela que NUM *faça* NÃO.
a'. NUM diz a ela que *faça* NÃO.
- (213) a. O médico proibiu que ela NUM *pegasse* em peso nenhum...
a'. O médico NUM proibiu que ela *pegasse* em peso nenhum...
- (214) a. O que eu peço a Deus é saúde, [...] Que Deus NUNCA *dexa* eu nunca eu dexas de acreditar nele.
a'. O que eu NUNCA peço a Deus é saúde, [...] Que Deus *dexa* eu nunca eu dexas de acreditar nele.

A negação aqui, seja na oração principal seja na oração completiva, afeta somente a oração em que ocorre, o que, por princípio, segundo Neves (2000), caracteriza a negação em contexto de subordinação.

Esse grupo verbal se assemelha ao grupo dos predicados não-factivos volitivos no que se refere ao favorecimento do modo subjuntivo, independente de haver negação na oração matriz. Essa constatação se confirma tanto em Botelho Pereira (1974) quanto em Fávero (1974).

4.4.2.2.3 Predicados implicativos negativos

Com esses verbos, os quais, quando afirmados, implicam que a oração encaixada expressa uma proposição falsa e, quando negados, o resultado é uma proposição verdadeira, há apenas três ocorrências nos dados analisados: os três apresentam negação na oração matriz. Desses, dois apresentam o subjuntivo na oração completiva, ((cf. 215) e (cf. 216)); e um dado, o (217) apresenta o modo indicativo na oração completiva.

- (215) Eu NUM descarto que num que num NÃO *deva* haver greve...
- (216) ... depois NADA impede que *ajude* também as pessoas que mais precisam, orfanatos [hes.], abrigos de velhos, hospitais.
- (217) Mais isso NUM impede que a pessoa quando nasce com um índole para ser violento, ele *é* violento....

Os verbos implicativos negativos, pelos resultados encontrados por Rocha (1997) e pelos registrados nos dados de fala de João Pessoa, tendem a favorecer o subjuntivo na oração completiva, conforme mostra Botelho Pereira (1974).

A presença do indicativo em (217) parece ser decorrência de uma oração adverbial interveniente, que, além de distanciar o verbo da matriz de sua oração completiva, interferindo na possível ligação entre eles, gera uma retomada do sujeito por meio do pronome *ele*, favorecendo a seleção do modo indicativo.

4.4.2.2.4 Predicados factivos não-emotivos ou não-avaliativos

O indicativo é o modo categoricamente selecionado, nos dados do Nordeste, com os predicados factivos não-emotivos ou não-avaliativos (*saber, ter certeza, conhecer*), motivo pelo qual ele foi excluído das rodadas com peso relativo.

(218) Eu NUM sei que *é* que [digo] diga não...

(219) Eu tenho certeza que NUM *tem* ganância de riqueza.

(220) Eu sei que naquela época NÃO *tinham* condições de ninguém comprar nada.

Esses verbos, segundo Fávero (1974), apresentam traços de [+factividade] e de [-julgamento], que favorecem a seleção do modo indicativo. O traço [+factivo] ocorre quando o fato expresso na oração completiva é pressuposto como verdadeiro, e o traço [-julgamento] representa atitude não-interpretativa.

Com os verbos não-emotivos ou não-avaliativos (*saber*), a relação negação na matriz e subjuntivo na oração completiva não foi identificada. Pelos dados analisados, esses predicados com a negação, seja na matriz, seja na completiva, favorecem o indicativo. Esse resultado corrobora a proposta de Botelho Pereira (1974), segundo a qual este grupo verbal negado ou afirmado, seleciona o indicativo.

Os predicados do grupo dos factivos apresentam algumas propriedades que os distinguem entre si. Quando negados na matriz, alguns verbos desse grupo – *saber, ter certeza* –, não nos permitem pressupor como verdadeiro o fato apresentado na oração completiva. O dado em (218), com o verbo *saber* na oração matriz indica indecisão do falante entre o indicativo e o subjuntivo do verbo *dizer*. Na verdade, o fato de dizer *eu num*

sei, atribui a esse predicado um sentido de dúvida (cf. 2.2.5.2) que favorece o subjuntivo. O dado em (219), com o predicado *ter certeza*, repetido em (221) com a negação na matriz, tanto manifesta dúvida, desconhecimento que permite, segundo nossa intuição, também a forma subjuntiva.

(221) Eu NUM tenho certeza que *tem/tenha* ganância.

Não é nosso objetivo esgotar aqui esse assunto, mas parece que essa possível leitura *irrealis* se dá quando o sujeito da oração matriz é de 1ª pessoa. Com a 3ª pessoa, a factividade desses predicados se mantém: *Ela sabe que tudo acabou./ Ela não sabe que tudo acabou; Ela tem certeza que Ricardo vem./ Ela não tem certeza que Ricardo vem.*

4.4.2.2.5 Predicados indiferentes performativos

O grupo dos predicados indiferentes performativos (ou declarativos) na oração matriz também é favorecedor do indicativo na oração encaixada. Os resultados com os dados da Paraíba confirmam essa característica, embora haja algumas manifestações com o subjuntivo nas sentenças com negação na matriz, como em (222); não há orações com subjuntivo e negação na oração completiva; nas estruturas afirmativas, como em (223), um dado, em meio a um total de 138, seleciona o subjuntivo na encaixada.

(222) Isso NÃO quer dizer que ela *esteja* preparada.

(223) Se ela dissesse que *fosse* a verdade, me mataria.

O dado em (222) apresenta o efeito da presença da negação na oração matriz com os verbos indiferentes. O dado em (224) em oposição ao (222) pode evidenciar essa influência.

(224) ... quer dizer que NÃO *tem* disciplina.

Quanto ao dado relacionado em (223), o modo verbal da matriz parece interferir na encaixada numa relação de concordância de tempos⁴⁹. Essa oração apresenta-se encaixada em uma outra que contém o futuro do pretérito, tempo considerado do incerto, do duvidoso.

Os estudos feitos por Fávero (1974) e Bárbara (1975) em relação a esse grupo verbal com negação na encaixada indicam que, nesse tipo de oração, não se admite o subjuntivo. Para elas, a negação e o subjuntivo na encaixada tornam a sentença agramatical. Quando a negação é na matriz, ambas as autoras admitem a seleção do subjuntivo na oração completiva. De acordo com Fávero (1974), isso se justifica porque, quando esses verbos são negados, deixam de ser verbos de declaração e se convertem em verbos que expressam dúvida, desconhecimento, o que justifica, também, a seleção do subjuntivo na oração completiva.

Percebe-se, então, que, ainda que a negação na matriz favoreça o subjuntivo na oração encaixada, com esses verbos na matriz, os dados da Paraíba indicam uma situação de uso do indicativo bem próximo do categórico.

4.4.2.2.6 Predicados indiferentes de opinião e de suposição

É com os predicados de opinião e de suposição (*crer, acreditar, pensar, achar*⁵⁰) que se verifica mais propensão à influência da negação na matriz com relação ao modo da encaixada⁵¹. O primeiro aspecto a observar é que a oração encaixada ligada aos predicados indiferentes de opinião e de suposição pode ser subjuntivada, mesmo quando a oração matriz não contém negação – o que se confirma em inúmeros estudos.

Na análise de Fávero (1974), isso se explica pelo fato de esses verbos apresentarem traços de [\pm factividade] e [\pm juízo]. Da combinação dos traços extraem-se diferentes padrões: [+factivo -juízo] favorece a seleção do modo indicativo na oração completiva; o contrário, [-factivo +juízo], favorece o subjuntivo na oração completiva. O elemento negativo na oração matriz com esses verbos pode reduzir a factividade e aumentar, com isso, o fator juízo, favorecendo a seleção do subjuntivo.

⁴⁹ Segundo Weinrich (1968: 45), o tempo da oração matriz “parece llevar la pauta pidiendo em la oración subordinada determinados tempos y rechazando otros. Este fenómeno, señalado em todos los idiomas, há sido denominado *consecutio temporum*, concordância de tiempos.”

⁵⁰ Lembramos que separamos desse grupo o verbo *achar* que será analisado em separado.

⁵¹ Cf. Fávero (1974), Botelho Pereira (1974), Bárbara (1975), Poplack (1992) e Rocha (1997).

Outra característica desse grupo, segundo Neves (2000), é que a realização da negação na oração matriz ou na oração subordinada não altera a interpretação. Como podemos verificar nos resultados apresentados na tabela 10, a negação na matriz eleva consideravelmente a ocorrência de estruturas com o subjuntivo, apresentando 56% de ocorrências (cf. (225-226)); não há, porém, nos dados, estruturas com a negação na oração encaixada e subjuntivo; em estruturas afirmativas, há 8% de formas no subjuntivo (cf. 227-229).

(225) Eu NUM acredito que *exista* isso (risos) paixão.

(226) ... NUM pensei que ela *fosse* cair numa coisa tão besta, né?

(227) E daí, eu acredito que todas residências nesse bairro e proprietários *estejam* com os seus IPTUs em dia com a prefeitura ...

(228) Eu imaginava que ele *fosse* bem diferente da família...

(229) Eu creio que o amor ele *é* uma coisa progressiva.

Segundo Neves (2000), o favorecimento do subjuntivo com a negação se deve ao fato de a negação ser uma forma de reduzir o valor de certeza no enunciado, criando ambiente favorável à ocorrência do subjuntivo, principalmente quando vem aliada à presença da 1ª pessoa.

É com o verbo *achar*, no entanto, que o favorecimento da forma subjuntiva na oração encaixada com negação na matriz mais se evidencia, em função de sua alta frequência⁵²: constata-se 80% de forma subjuntiva com negação na matriz; 2% para estruturas com negação na encaixada e 2% para estruturas afirmativas. Esse resultado é confirmado em outros estudos. Fávero (1974: 73) afirma: “(...) encontramos com maior frequência achar com formas verbais do indicativo na oração constituinte; encontramos-lo com formas verbais do subjuntivo na oração constituinte quando vem precedido de negação.” (grifos da autora).

(230) Eu NUM acho que *seja* certo isso.

(231) eu acho que isso NUNCA *aconteça* na minha vida.

(232) Eu acho que *seja* ótimo. Da minha parte, cum meus vizinho são ótimo.

⁵² Cf. tabela 7.

Para Botelho Pereira (1974), o verbo *achar* se destaca tanto em registros formais quanto nos informais. Isso justifica para a autora que o uso de um outro modo com esse verbo é uma questão de mais ou menos formalidade e que o uso do verbo *achar*, entre os demais do grupo, seja mais usado em função de seu baixo grau de formalidade, o que favorece o indicativo, por ser o modo menos marcado.

O que constatamos, então, nos dados da Paraíba, é que, com os predicados indiferentes de opinião e de suposição na oração matriz, o subjuntivo é encontrado com frequência mais elevada se oração matriz estiver negada. No entanto, ainda que seja com um percentual menor, ocorre subjuntivo sem a presença da negação, o que corrobora o estudo de Fávero (1974) e Botelho Pereira (1974) que atribuem a esses verbos propriedades lexicais que favorecem o uso de ambos os modos, com diferenças para a interpretação.

Os resultados relativos à negação – em particular a consistência de sua manifestação nos dados examinados no que se refere ao favorecimento do subjuntivo – sugerem que o modo verbal assume função semântica, pelo menos nesse contexto, não caracterizando, portanto, uma servidão gramatical (cf. Oliveira, 2007). No entanto, a relação de implicação constatada nos dados examinados pode ser questionada. Figueira (1974: 75), por exemplo, em relação à presença da negação com os verbos indiferentes de opinião e de suposição, não vê “conseqüências nítidas para o sentido dos enunciados”, como nas sentenças em (233), (234), (235) e (236), em que se verifica a seleção do modo indicativo ou do modo subjuntivo, estando a negação na oração matriz ou deslocada para a encaixada.

(233) Eu NÃO acredito que o livro *é/ seja* caro.

(234) Eu NÃO creio que o livro *é/ seja* caro.

(235) Eu creio que o livro NÃO *é/ seja* caro.

(236) Eu acredito que o livro NÃO *é/ seja* caro.⁵³

Estes dados envolvem duas questões distintas que Figueira não discute. Em primeiro lugar, tem-se a realização da negação na oração principal ou na oração completiva, a qual, como vimos, não altera a interpretação, sendo uma característica desse tipo de predicado matriz. Assumindo-se a estabilidade da interpretação em qualquer posicionamento da

⁵³ Os itens de (233) a (236) representam dados da intuição.

negação, o problema se reduz ao fato de que a alternância do modo é possível mesmo diante da negação – ou seja, a negação não força a escolha do subjuntivo, embora o favoreça.

Na hipótese de não haver mudança de significado, a conseqüência é a de que a presença da negação propicia a leitura modalizada (*irrealis*), independentemente do modo da subordinada. A possibilidade de haver diferença de significado não é, porém, excluída. Esse resultado é decorrente da compatibilidade semântica entre a negação e o subjuntivo, embora não haja condicionamento mútuo, conforme mencionado por Figueira (1974) e Fávero (1974).

Importante destacar o resultado obtido nos dados da Paraíba com relação ao tipo de marcador de negação. Conforme já afirmamos, encontramos na oração matriz os marcadores *não/ num*; os demais – *nunca, jamais, ninguém, nenhum* e *nem* – somente nas orações completivas, como se vê nos dados (237) a (242).

(237) ... eu acho que isso NUNCA *aconteça* na minha vida.

(238) ... eu pedi muito a Deus pra que *fosse...* mentira, pra que eu fosse que NINGUÉM dissesse a [ver] a verdade...

(239) ... eu acho que NINGUÉM *quer* ser discriminado por ninguém.

(240) Eu acho que JAMAIS *vai* voltar ao que era antigamente.

(241) Eu acho que ela NEM *ligava* pra mim.

(242) Pra issu eu NUM quero que NINHUM *trabalhi*, i trabalhar, completô seus dezoito, vinti anus, vá trabalhar.

Esses resultados nos remetem às considerações feitas por Perini (2000) no sentido de que para ele os marcadores de negação têm comportamento sintático distinto, apresentando apenas semelhança semântica. Assim, o autor coloca o *não* de um lado e os demais marcadores – *nunca, jamais, ninguém* – em outro. Remete-nos também às considerações baseadas em Neves (2000), que atribui a esses marcadores, além do valor negativo, a idéia de tempo e de aspecto.

Como vimos, nos dados de João Pessoa, somente *não/ num* foi empregado na oração matriz, os demais marcadores de negação só foram encontrados nas orações completivas, onde, segundo se verificou, a negação tende a não exercer influência na seleção do modo verbal. Esse resultado, tendo em vista as considerações apresentadas por Perini (2000) e

Neves (2000), embora não tenha sido analisado nesse estudo, certamente mostra-nos a necessidade de aprofundamento.

4.4.3 Pessoa do verbo da matriz – uma variável oscilante

A pessoa do verbo da matriz foi um fator que, durante muitos testes, figurou como um grupo selecionado pelo programa, apontando a primeira pessoa na matriz como favorecedora do subjuntivo na oração completiva. Entretanto, nos testes finais, o grupo não foi selecionado, mas o percentual da primeira permaneceu superior ao da terceira. Esse fato levou-nos a verificar os possíveis efeitos da primeira pessoa na matriz na seleção do modo verbal da oração completiva.

Nos dados obtidos por Rocha (1997), não houve favorecimento da 1ª nem da 3ª pessoa em relação à seleção do modo verbal da oração completiva. Em ambas as pessoas, o peso relativo é o mesmo, o que explica esse grupo não ter sido considerado estatisticamente relevante nos dados do Sudeste/ Centro-Oeste. Na tabela 11, podemos visualizar esses resultados, comparativamente, e confirmar que, nos dados do Nordeste, a 1ª pessoa mostra-se mais favorecedora do subjuntivo do que a 3ª pessoa.

Tabela 11: Pessoa do verbo da matriz nos dados do Sudeste/Centro-Oeste e do Nordeste

Pessoa verbal	Sudeste/Centro-Oeste	%	PR	Nordeste	%	PR
1ª	71/235	30%	(0.56)	152/667	22%	(0.52)
3ª	75/166	45%	(0.56)	76/276	27%	(0.44)

Diferentemente, os resultados de Pimpão (1999) mostram que o subjuntivo é inibido pela 1ª pessoa do discurso (0,32) e retido pela 3ª (0,56). Para a autora, que analisa não só as orações substantivas, mas também as adverbiais, as relativas e também contextos com o advérbio *talvez*, a proximidade do falante com o conteúdo proposicional é desfavorável ao uso do modo subjuntivo.

Entendemos que, exatamente pelo fato de a 1ª pessoa, em princípio, marcar mais comprometimento do falante com o valor de verdade da proposição, em função de sua maior interatividade com o interlocutor e também pelo fato de, como mostra Pottier (1978), o

propósito partir da vontade da 1ª pessoa, usar o subjuntivo na oração completiva seria uma forma de atenuar esse comprometimento, que, a nosso ver, parece ser natural na situação discursiva.

Se o falante de 1ª pessoa não tem certeza do fato ou prefere não se comprometer, pela sua posição na situação discursiva, usar o modo subjuntivo, que exprime maior distância do locutor com relação à verdade da proposição da oração completiva, é um recurso atenuador do comprometimento característico da 1ª pessoa.

Ilari *et alii* (1996: 89) lembram que as definições de que a 1ª pessoa é a que fala e a 2ª pessoa é aquela com quem se fala eram consideradas insuficientes, segundo Apolônio Díscolo, filólogo grego, do século II d.C. Para esse autor, não basta dizer que a 2ª pessoa é aquela a quem se fala, há necessidade do acréscimo de que é a respeito dela que se fala; e a 1ª pessoa, mais que ser a pessoa que fala, é a que fala de si mesma.

Dessa forma, a 1ª pessoa – *eu* – designa o falante e, ao mesmo tempo, um discurso sobre ele mesmo, a partir dele; e a 2ª pessoa é referida pela 1ª, não podendo ser pensada fora de uma situação que o *eu* propõe. Essa situação de interlocução apresenta, pois, uma oposição discursiva entre os interlocutores: aquele que inicia o enunciado – o que se dá de forma subjetiva e outro que, de forma não-subjetiva, recebe o enunciado, visto que não partiu dele a instauração do enunciado.

Segundo Görski *et alii* (2002: 261), a 1ª pessoa é um fator que reduz a aplicação do modo subjuntivo em função da proximidade com o conteúdo proposicional e da interatividade com o interlocutor. Essa interação, refletida pela 1ª pessoa, tem o objetivo de defender posicionamentos, romper com as interferências pragmáticas atribuídas ao ouvinte no processo comunicativo.

A 3ª pessoa, no entanto, por distanciar-se do conteúdo proposicional, estreita, por isso, o vínculo entre o modo subjuntivo e a subordinação sintático-semântica. Isso se explica pela definição de Pottier (1978), segundo o qual, a 3ª pessoa como não-pessoa está mais distante de marcar a modalidade na oração matriz, sendo então necessário buscar essa marca no modo verbal da encaixada.

Voltando aos dados do Nordeste, entretanto, verificamos que a frequência da 1ª pessoa na matriz, independente do modo verbal da oração completiva, é mais elevada do que a de 3ª pessoa. De 947 dados, 667 são com a 1ª pessoa na matriz (falante = sujeito), o que corresponde a 70%; e menos da metade, 276 dados, apresentam a 3ª pessoa (falante ≠ sujeito) na oração matriz, o que corresponde a 29%. Em valores percentuais (cf. tabela 11),

o uso do subjuntivo com a 3ª pessoa é maior em cinco pontos, mas o que mede o papel do fator como favorecedor ou não da variável dependente é o peso relativo que, nos dados analisados do Nordeste, é de 0,52 para a 1ª pessoa e 0,44 para a 3ª pessoa.

Acreditamos que a alta frequência da 1ª pessoa na oração matriz nos dados analisados neste estudo, se deve ao fato de que os informantes participam de entrevistas cujo conteúdo orienta-se para o próprio entrevistado (nas preferências, convicções (cf. também comentário de Ilari *et alii* (1996), em relação aos dados do NURC)). Nesse caso, o falante é o foco da situação discursiva, o que eleva o percentual de estruturas com 1ª pessoa na oração matriz.

O fato é que a atuação da semântica do verbo da matriz, seguida da presença da negação, parece exercer um papel decisivo na seleção do modo verbal na oração encaixada. Em função disso, pelo menos com esses dados que analisamos, esse grupo parece sobrepor-se a uma possível atuação da 1ª pessoa no favorecimento do modo subjuntivo na oração completiva, o que, certamente, requer estudo mais aprofundado.

5. Um pouco de sócio-história

Os resultados obtidos nos dados de João Pessoa confirmam nossa hipótese inicial de que o subjuntivo, em ambiente em que seu uso é previsto pelas gramáticas, é mais produtivo no Nordeste (João Pessoa) do que no Sudeste (Rio de Janeiro e Brasília), evidenciando um contraste intralingüístico ou interdialeto. Cabe investigar, portanto, que fatores interferem para que haja a diferença entre as regiões em relação à seleção do modo verbal em estruturas completivas, tendo em vista uma mesma configuração do sistema na amostra das duas regiões analisadas e levando-se em conta que ambas tiveram o mesmo *input* – o PE, as línguas indígenas e as africanas.⁵⁴

Visto isso, duas questões se colocam: (i) que fatores poderiam justificar/ explicar, diferenças entre os dados do Sudeste⁵⁵ e do Nordeste; (ii) se a variação pode indicar um processo de mudança, como explicar a situação do Nordeste em relação ao fenômeno analisado – e, inversamente, como explicar a situação do Sudeste?

Tomamos então, em linhas gerais, a visão de Kroch (2003), que considera ser o contato lingüístico uma força atuante na mudança sintática que se dá em função de uma aquisição imperfeita, que envolve os adultos. Essa aquisição, compreendida como uma aprendizagem imperfeita de uma segunda língua, fornece os dados lingüísticos primários às crianças que, em fase de aquisição, adotam traços estanhos na sua língua nativa, caracterizando uma transmissão imperfeita o que, de acordo com Mello (2002), resulta na formação de uma língua nova ou de uma língua mista, caso das línguas crioulas.

Isso posto e levando em conta as considerações de Mattos e Silva (2004), segundo a qual os dados demográficos constituem um fator significativo para se compreender a formação histórica das línguas, enveredamos pela história, esperando que uma incursão pela

⁵⁴ Conforme observado por Maria Aparecida Torres Morais (c.p.), é relevante observar que a manutenção dessa propriedade na fala da Paraíba – o uso categórico do subjuntivo com verbos volitivos, e ainda com verbos de julgamento, em articulação com sua distribuição associada à presença da negação, indicando o uso semântico dessa categoria gramatical – que permite a identificação com o PE, é ainda interessante pelo fato de que são encontradas no dialeto da Paraíba outras inovações que o identificam com os demais dialetos do PB –, como a perda dos clíticos a tendência ao preenchimento do sujeito, a rigidificação da ordem. Agradecemos à professora pelo comentário que consideramos válido e merecedor de uma investigação mais ampla. Isso, entretanto, já mostra que as propriedades dessa mudança, a marcação da modalidade, não está relacionada às outras mudanças, incentivando-nos a procurar quais são as relações desse fenômeno com outros fenômenos da gramática.

⁵⁵ Nesse capítulo, nos deteremos a comparar os dados sócio-históricos da região Sudeste e da região Nordeste.

diacronia, ressaltando aspectos sócio-históricos, desde o período da colonização, possa nos auxiliar no entendimento da variação intra/interlingüística (cf. Oliveira, 2006).

5.1 Três etnias na formação do PB

No século XVI, os portugueses tornaram-se, junto com os índios e, posteriormente, também com os negros africanos, os habitantes do Brasil. Cada uma das etnias que compunha a população brasileira, no período colonial, era representada por falantes de tribos ou regiões diferentes. Os indígenas eram representados por, aproximadamente, 1.078 línguas, das quais destacamos o tupi-guarani, o tupinambá, o kariri e o guarulho; os africanos eram representados por diversos grupos, entre os quais: banto, yoruba, mandiga, hausás.

De acordo com Rodrigues (s/data: 2), vale ressaltar que algumas línguas européias como o espanhol, o italiano, o inglês, o francês e o holandês estiveram presentes no Brasil nos séculos XVI e XVII. Excetuando o holandês que, particularmente em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, deixou marcas na toponímia, na antroponímia e no vocabulário coloquial do português regional, as demais podem ter exercido influência nas línguas indígenas, mas desapareceram à medida que os falantes foram desaparecendo também. No século XIX, entretanto, segundo Castilho (2006), é que o número de imigrantes europeus aumentou em função da expansão da lavoura de café e da libertação dos escravos.

Esses fatos são reveladores da presença de inúmeras línguas no Brasil colonial, compondo um variado cenário na formação do PB. É fato, entretanto, que, nesse período, em que, para efeito de estudo, consideramos as três etnias mais representativas, os índios eram maioria, seguidos dos portugueses, ficando para os africanos o número mais reduzido. Essa distribuição, no entanto, rapidamente, foi passando por alterações, invertendo drasticamente o percentual inicial, conforme se vê no quadro a seguir.

Quadro 1: Quantitativo populacional do século XVI ao século XIX

Etnias	1538-1600	1601-1700	1701-1800	1801-1850	1851-1890
Africanos	20%	30%	20%	12%	2%
Negros brasileiros	-	20%	21%	19%	13%
Mulatos	-	10%	19%	34%	42%
Branco brasileiros	-	5%	10%	17%	24%
Europeus	30%	25%	22%	14%	17%
Índios integrados	50%	10%	8%	4%	2%

Fonte: Mussa, 1991: 163

Segundo Mello (2002), antes de verificar que tipo de influência uma língua pode ter tido em relação à outra, é necessário observar que, para que haja transferência de uma língua para outra, tem que haver algum tipo de bilingüismo. Acerca do bilingüismo, resultante do contato de línguas, Silva Neto (1979) observa que a língua que é preponderante está sujeita a algumas conseqüências, a saber: (i) simplificação de seu sistema gramatical; (ii) precipitação das tendências de sua deriva; (iii) decalques e cruzamentos; (iv) ação simultânea e idêntica dos hábitos lingüísticos pré-existentes, sobre as novas condições.

Observa também que as relações sociais e culturais entre as comunidades envolvidas é que determinam a extensão e os tipos de trocas em ambientes de contato lingüístico. Em face desse quadro, lembra que os portugueses, mesmo não tendo superioridade numérica, sempre mantiveram o controle do país numa situação de poder e de dominação que pressionou os africanos e os indígenas a aprenderem o português. Além disso, oficialmente, não tolerou o multilingüismo, o que, segundo Rodrigues (1993) continua sendo uma das mais fortes heranças que os colonizadores europeus deixaram para os brasileiros.

É necessário esclarecer que a colonização se deu inicialmente na costa, mas de forma mais intensa na região que vai do Rio de Janeiro ao Piauí, motivada, provavelmente, pelo fato de a sede da administração colonial situar-se em Salvador, na costa da Bahia. Por esse motivo, essa área recebia mais imigrantes portugueses do que a de São Paulo e as mais distantes da área costeira. Vale ressaltar que essa região compreende parte do Sudeste – o Rio de Janeiro – e quase todo o Nordeste, ficando de fora apenas o estado do Maranhão.

A área geográfica compreendida entre esses dois estados, que vai do Rio de Janeiro ao Piauí, diferentemente das outras regiões, não desenvolveu uma língua geral⁵⁶. Na região de São Paulo, desenvolveu-se a língua geral⁵⁷ paulista de base tupi, no século XVI e, na região que abrange Maranhão, Pará e Amazonas, desenvolveu-se a língua geral amazônica – ou nheengatu⁵⁸ – de base tupinambá, no século XVII. A língua geral paulista era falada pelos mamelucos paulistas e foi a língua utilizada nas bandeiras, sendo, por isso, a língua de penetração no interior de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso e Paraná; a língua geral amazônica foi dominante no Maranhão até o alto Amazonas e ao longo dos principais

⁵⁶ Embora Rodrigues (1996) admita a existência de outras línguas gerais, as quais tiveram vida passageira ou não foram documentadas, destaca a paulista e a amazônica, por terem tido uma importância histórica. Houaiss (1985: 49-50), menciona uma língua geral cariri, difundida pelos interiores do Nordeste, mas o autor não apresenta maiores detalhes acerca dessa língua.

⁵⁷ Expressão que, nos séculos XVII e XVIII, passou a designar as línguas de origem indígena faladas por toda a população que se originou do cruzamento de europeus e índios tupis-guaranis, agregando também, mais tarde, o contingente de origem africana e de outros povos indígenas (Rodrigues, 1996: 1).

⁵⁸ O nheengatu sobrevive ainda nessa região.

afluentes desse rio. Segundo Rodrigues (1993), as línguas gerais não se desenvolveram como pidgins nem como crioulos, mas como continuações de línguas indígenas, muito semelhantes entre si, faladas pelos mestiços de homens europeus e mulheres.

Na extensão que vai do Rio de Janeiro ao Piauí, de acordo com Rodrigues (1996), chegavam mais casais portugueses, famílias constituídas, o que desfavoreceu o casamento de pessoas de etnias diferentes, pelo menos no período inicial da colonização. Além disso, os índios dessa região foram praticamente dizimados, não havendo, portanto, nessa área, condições sociolingüísticas para que se desenvolvesse uma língua geral.

O fato é que, segundo Lobato (2006), não houve, na costa do Rio de Janeiro até o Piauí, uma situação que se comparasse, visto que, não havendo mestiçagem numerosa entre índios e portugueses, o contato não foi do mesmo tipo, não havendo, então, a formação do bilingüismo generalizado. Diferentemente, a maioria dos colonos portugueses que chegavam à região de São Paulo, vinha sem mulheres, favorecendo a união dos portugueses com os indígenas, com os quais, nessa região, as relações eram pacíficas.

Nessa região, os portugueses procriaram com as mulheres indígenas, iniciando a mestiçagem com o nascimento dos mamelucos. Rodrigues (s/d) explica que, pelo fato de os portugueses não terem parentes e viverem nas comunidades indígenas, usavam a língua indígena como segunda língua, e os filhos falavam a língua da mãe; porém, ao começarem a acompanhar os pais, distanciando-se das atividades indígenas, aprendiam a língua paterna, tornando-se bilíngües. Além disso, os mestiços foram se tornando numerosos e, possivelmente formando comunidades separadas das comunidades indígenas, as quais, aos poucos, foram se distanciando ou sendo eliminadas. Foi nesse contexto, ainda no século XVI, que surgiu a língua geral chamada de paulista em função da região de origem.

Esses fatos mostram-nos que houve intenso contato lingüístico entre o português e o indígena, no período colonial, na região de São Paulo, diferenciando-a da área que vai do Rio de Janeiro ao Piauí, onde, segundo Rodrigues a língua portuguesa foi-se firmando já ao longo do século XVI.

5.1.1 Do Rio de Janeiro ao Piauí

É essa a área que nos interessa, visto que os dados analisados – do Rio de Janeiro e da Paraíba – pertencem a comunidades inseridas nesse espaço geográfico, o que representa,

a princípio, as mesmas características de povoamento e colonização e o mesmo contexto lingüístico. Sobre essa situação, registramos um comentário de Rodrigues (s/d):

Embora a língua portuguesa tenha sido em todos os momentos o idioma dos atos oficiais e de comunicação entre os dirigentes vindos de Portugal, seu estabelecimento como língua popular não foi uniforme, nem no espaço, nem no tempo. Como vimos, se a colonização na costa leste e sudeste (aproximadamente do Rio Grande do Norte até o Rio de Janeiro) foi-se firmando como falantes de português já ao longo do século XVI (grifo nosso) mais particularmente na segunda metade deste, na antiga Capitania de São Vicente, entretanto, *a língua geral paulista* (itálico do autor) foi o veículo popular por cerca de 200 anos e foi a língua dominante na conquista de boa parte dos territórios de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

Segundo Mattos e Silva (2001), o português brasileiro culto começa a definir-se a partir da segunda metade do século XVIII, resultado da política lingüística pombalina, que define a língua portuguesa como língua oficial do Brasil-colônia, tornando obrigatório o seu ensino e, simultaneamente, proibindo o uso da língua geral. Essas medidas tomadas pelo Marquês de Pombal, segundo Rodrigues (1993), contribuíram para acelerar o declínio da língua geral paulista, mas não surtiram muito efeito sobre a língua geral amazônica. Excetuando o fato de o genocídio da população tapuia ter reduzido o número de falantes dessa língua geral, ela continuava a ser falada “dentro das casas, nas cidades e manteve-se a única nas vilas e demais povoações” (Rodrigues, 1993: 99). A diminuição de uso da língua geral amazônica deve-se, no entanto, à maior penetração da língua portuguesa, provocada, principalmente, pela intensa imigração dos nordestinos para essa região, no ciclo da borracha – fim do século XIX e início do século XX.

Segue-se às medidas pombalinas, a chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, trazendo mais de 15.000 portugueses, os quais, segundo Teyssier (1982: 98) “... contribuem a << relutanzar >> o Rio de Janeiro”. Esse acontecimento parece ser um divisor de águas entre o Rio de Janeiro e a Paraíba. A permanência da Corte portuguesa no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, estimulou criação de escolas de ensino elementar e de bibliotecas, impulsionou o ensino da língua portuguesa, num processo de escolarização que incentivou o uso escrito e estimulou a normatização da língua portuguesa. Iniciou-se, assim, uma nova fase cultural no Rio de Janeiro que, relutanzado, expande-se como moda, influenciando a fala de outras províncias brasileiras. Além disso, segundo Elia (2003), o fluxo de portugueses não se interrompeu no período colonial, foi contínuo, destacando também a corrida do ouro na região Sudeste, no século XVII.

Segundo Callou (2002), a elevação do Rio de Janeiro a centro de uma civilização luso-brasileira com a permanência da Corte portuguesa promoveu a criação das cátedras de ensino e provocou, também, outro passo cultural de grande importância que foi a implantação da Imprensa, possibilitando a circulação do primeiro jornal da capital. Outro aspecto relevante citado pela pesquisadora, também motivado pela vinda da Família Real, é a transformação por que passa a cidade, devido ao choque dos padrões coloniais mediante à expansão urbana que atinge. Ressalta, entretanto, que a passagem do rural para o urbano ocorreu de forma lenta e só a partir dessa época a cidade começa a apresentar estrutura espacial estratificada em termos de classes sociais.

A cidade muda suas necessidades materiais, passando a ser movida por duas lógicas refletidas no seu espaço urbano: a escravista e a capitalista. Esse espaço abriga uma crescente população escrava e, em pouco tempo, sofre grande aumento demográfico motivado pelo número maior de nascimentos e da constante imigração. Callou (2002) observa que entre 1853 e 1850, 70% dos imigrantes portugueses eram alfabetizados, mas com a imigração em massa, a partir de 1850, esse quadro se modifica, pois chegam ao Rio de Janeiro pessoas de todos os níveis e classes.

De acordo com Ribeiro (1998), os dados do PE que serviram de *input* para que a língua portuguesa fosse adquirida pelos brasileiros foram produzidos, pelo menos, por duas gramáticas: uma dos séculos XVI-XVIII e outra dos séculos XIX-XX. Com base nessa afirmação de Ribeiro (1998) e na de Teyssier (1982), podemos pressupor que a primeira gramática chegou para toda a costa brasileira, no período inicial da colonização, atingindo igualmente toda a extensão que vai do Rio de Janeiro ao Piauí; a segunda, entretanto, pode ser representada pela vinda da Família Real, que foi mais presente no Rio de Janeiro, capital do país, onde esse grande contingente de portugueses se estabeleceu, impulsionando mais ainda o fluxo migratório.

Diferentemente da população carioca que, no século XIX, passa por toda essa mistura de línguas e etnias, segundo Mello (2005), em seu livro *Guerreiros do sol*, o sertanejo nordestino representa um povo que viveu no isolamento, recuado no tempo, e que por isso o sertão fez conservarem-se e manterem-se nele certas características como formas primitivas de vida social chegadas ao Brasil e mescladas com o padrão nativo. Sobre a língua, o autor menciona Cascudo (1934) que assim se pronuncia:

“O sertanejo, não fala errado. Fala diferente de nós apenas. Sua prosódia, sua construção gramatical e vocabulário não são atuais nem faltos de lógica. O sertanejo usa, em proporção séria, o português do século XVI, da era do

Descobrimto. Há poucos anos é que a rodovia conseguiu prendê-lo, em massa, ao litoral e sua linguagem está se modificando ao contato do nosso palavrêar brasileiro, totalmente diverso.

Conforme dados do IBGE, ainda na década de 80, somente metade da população nordestina morava em cidades, isso como resultado de um processo de desruralização menos intenso e mais tardio do que na região Sudeste. Embora a taxa de migração interregional tenha arrefecido na década de 80, o fluxo emigratório ainda continuou intenso em função da impossibilidade de a economia local absorver o efetivo populacional.

Contrário ao que acontece no Rio de Janeiro, o estado da Paraíba, de acordo com o censo demográfico 2000 (IBGE), foi o estado de menor crescimento populacional, passando de 3.201.114 habitantes em 1991 para 3.443.825 em 2000, em contraste com 14.391.282 do Rio de Janeiro.

Podemos mencionar pelo menos dois fatores que se somam até aqui, para compreender as diferenças lingüísticas que se manifestam entre as regiões em estudo, em particular, no que se refere ao uso do modo verbal em estruturas completivas. O primeiro é a vinda da Família Real que se fixou no Rio de Janeiro e o segundo são as características bem peculiares do povo nordestino, ressaltando-se o isolamento em que viveram durante muito tempo em função da predominância das atividades rurais, confirmada pelos dados do IBGE, o que caracteriza a inexistência do contato lingüístico.

Soma-se a isso o fato de que, após o período colonial, a região Sudeste e, especialmente, o estado do Rio de Janeiro, que se tornou sede da Corte portuguesa e, posteriormente, capital do Brasil, se desenvolveu mais que a Nordeste. O Rio de Janeiro, após esses acontecimentos, recebeu um grande fluxo de imigrantes – do país, principalmente do Nordeste, e do exterior –, sendo, por isso, mais exposto ao contato de línguas. Esses dados sócio-históricos indicam que houve diferentes formas de contato nas regiões brasileiras desde o período colonial, o que é bastante evidente na questão lexical e prosódica, a ponto de identificarmos o falar mineiro, o baiano, o paulista, etc. Além dessas evidências, pesquisas em relação a vários aspectos gramaticais como as realizadas, por exemplo, em relação ao imperativo, mencionadas na introdução do presente estudo, ressaltam diferenças dialetais.

Continuando a busca de resposta para as questões levantadas, passamos, na próxima seção, a ver algumas teorias sobre a formação da língua portuguesa brasileira, com base no contato entre o português europeu, as línguas ameríndias e as africanas.

5.2 Teorias sobre o contato entre PE, línguas indígenas e africanas

Vários estudiosos brasileiros e também estrangeiros se dedicam e/ou dedicaram ao estudo do processo de formação do português do Brasil (PB), resultando em várias teorias. Obviamente, todos consideram a presença do português europeu, de línguas indígenas e africanas, entretanto divergem quanto à forma como cada uma contribuiu para a formação do PB. Nosso objetivo, ao tratar desse assunto, é buscar explicações, segundo uma ou mais teorias, que, somadas aos fatos sócio-históricos, possam nos auxiliar na compreensão das diferenças encontradas em relação ao uso do modo verbal nas regiões analisadas.

A posição de Melo (1971), Elia (2003) e Silva Neto (1979) é de que não houve influência das línguas indígenas e africanas, pois consideram que o português, a despeito da existência das outras línguas, em função de sua superioridade, suplantou-as. Sobre isso, Elia (1979: 73-133) assim se pronuncia: “... el português se fue imponiendo a lãs demás, extendiendose como una mancha de aceite que se derramara en un punto em las ciudades” e mais: “La influencia de los negros y de los índios no logro, pues, ser importante en la ciudad. No teniam prestigio social; tampoco poseían prestigio literario, porque sus lenguas no los capacitaban para ello.”

Em relação à formação do PB, Rodrigues (1996) defende a idéia de que houve influência estrutural da língua portuguesa para as línguas gerais e não delas ou do tupi e tupinambá para o português. O professor rejeita essa possibilidade, não negando a contribuição da língua indígena, mas ressaltando que ela se deu efetivamente no léxico.

Mattos e Silva (2004) assim como Rodrigues (1996) não reconhece essa influência também e apresenta dois fatores que enfraquecem a posição daqueles que se mostram favoráveis a ela: o percentual de falantes e o tempo de contato. Explica que o elevado número de indígenas só durou do século XVI ao XVII, e o número de negros africanos e descendentes rapidamente suplantou o número de indígenas⁵⁹. Com relação a esses fatores, Lobato (2006) comenta ainda que, como o índio não se adaptou à vida nas cidades, é difícil verificar de que maneira teria influenciado o PB.

Embora considere a contribuição indígena e africana, Mattos e Silva (2004) dedica-se mais à explicitação do papel do africano na formação do PB. Afirma que o português foi difundido no território brasileiro por intermédio dos africanos e de seus descendentes, os quais, tendo que abdicar de suas línguas de origem, não tiveram outra alternativa senão a de

⁵⁹ Cf. quadro 1.

aprender, num processo de transmissão lingüística irregular, a língua da colonização. Essa língua é denominada de *português geral brasileiro* e é, segundo a autora, a que antecede o português popular do Brasil (PPB); não é africana nem indígena, mas uma continuação do português. Além disso, segundo Mattos e Silva (2004), possivelmente, uma parte desses africanos chegavam ao Brasil já com o domínio de alguma forma da língua portuguesa, aprendida na rota do tráfico.

Em relação à contribuição dos africanos, apresenta três argumentos: (i) os africanos eram maioria, 42%, e, próximo ao movimento da Independência, eram mais de 50%; (ii) os africanos e afro-descendentes tiveram intensa mobilidade geográfica; (iii) não tinham direito à educação escolar. Os dois primeiros argumentos explicariam a presença generalizada da língua portuguesa no país e o 3º argumento representa a aquisição do português como 2ª língua, o que implicaria uma mudança.

Ainda sobre a participação do negro no desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil, destacamos a contribuição do antropólogo Darcy Ribeiro (1995):

(i) “...o negro exerceria um papel decisivo na formação da sociedade local. Seria, por excelência, o agente de europeização que difundiria a língua do colonizador...” (p. 166);

(ii) A primeira tarefa cultural do negro brasileiro foi a de aprender a falar o português que ouvia aos berros do capataz. Teve de fazê-lo para comunicar-se com seus companheiros de desterro, oriundos de diferentes povos. (p.220)

Assim também posiciona-se Nina Rodrigues (1932), ao afirmar que os escravos, ao chegarem ao Brasil, eram obrigados a aprender português para as suas relações com os homens brancos, os seus senhores. Acresce-se a isso o fato de que muitos negros que chegavam ao Brasil, segundo Silva Neto (1979), vinham de possessões portuguesas na África e que, por isso, já vinham falando português.

Também Elia (2003) considera os negros um dos difusores da língua portuguesa no Brasil. Como não viviam nas florestas, trabalhavam nas casas-grandes, em serviços domésticos, tinham “contato com os feitores, os seus senhores e senhorzinhos, os patrõeszinhos e as sinhazinhas”, se comunicavam em português, ainda que “estropiado” (destaque nosso). Além disso, Houaiss (1992) afirma que os negros eram separados desde os portos até sua localização como mão-de-obra no Brasil. Essa era uma estratégia utilizada a fim de evitar que se agrupassem pela etnia, pela cultura ou pela língua.

Há estudiosos, como Naro e Scherre (2007), que defendem a existência de uma confluência de motivos. Acreditam que houve uma atração de forças de diversas origens –

européia, ameríndia e africana – que numa exuberância do contato de adultos aceleraram o processo natural de uma deriva secular⁶⁰ que a língua portuguesa trazia antes de chegar ao Brasil.

Segundo esses lingüistas, se houve uma língua crioula de léxico português e de gramática africana, não deixou vestígios pelo que se vê na documentação existente. Acrescentam ainda que, ao longo do tempo, várias etnias chegaram ao Brasil, contribuindo ora para acelerar certas forças ora para inibi-las, havendo diferenças entre as diversas comunidades. Na verdade, esses estudiosos consideram equivalente a influência indígena e a africana, entretanto, as configurações estruturais que existem no português do Brasil atual existiam nas variedades do português europeu que veio para o Brasil.

Diferentemente das teorias já apresentadas, há quem defenda a influência do contato com as línguas africanas faladas, hipótese defendida pioneiramente por Câmara (1979), por Guy (1981) e, atualmente, por Lucchesi (2003).

Transcrevemos de Câmara (1979: 28-29) o seguinte comentário:

“Eram contingentes das mais variadas nações negras, quer do grupo Bântu, quer de tribos não-Bântu, como especialmente os Yoruba. Reunidos à força num novo habitat, tinham necessariamente de criar uma língua de compromisso para intercuro. Parece que desde muito cedo, a sua integração na sociedade branca, com estreitas relações com ela na qualidade de escravos ligados a todas as suas principais atividades, propiciou o desenvolvimento de um português crioulo, que uniu entre si os negros das mais diversas proveniências”

Guy (1981), que afirma ser o português popular do Brasil (PPB) de origem crioula, atribui a formação do plural, cuja marca se dá no começo do sintagma nominal, à influência da língua africana. Para essa afirmação, o autor apresenta três argumentos: (i) a marca de plural no PPB ocorre na primeira palavra do sintagma nominal, ocorrendo variação nas demais posições, fato que ele julga sem precedente na história da língua, levando-o a afirmar que a hipótese da evolução natural não pode explicar tal semelhança; (ii) as línguas africanas que podem ter influenciado o PPB apresentam a marca de plural apenas no começo do sintagma nominal e (iii) essa semelhança é uma evidência empírica favorável à hipótese de o PPB ter surgido por um processo de criouliização.

⁶⁰ Os autores assumem a noção de deriva da língua explicitada por Sapir segundo o qual “a língua se move ao longo do tempo num curso que lhe é próprio. Tem uma deriva”. (Naro e Scherre: 2007, 26, nota nº 3.) Câmara Jr. (1977: 68) diz que o conceito de deriva destaca um aspecto importante, do ponto de vista teórico, nas mudanças lingüísticas que, segundo o autor, apresentam uma diretriz, isto é, há sempre um rumo definido que vai encadeando as mudanças. Elas não ocorrem ao acaso e também não são sem sentido.

Lobato (2006) discorda da afirmação que a hipótese de evolução natural não possa explicar o fenômeno. Sua posição é de não poder haver evolução na língua, mesmo sendo língua crioula, que não seja resultado de um processo natural, de acordo com os princípios da faculdade da linguagem. Quanto a esse fenômeno, Naro e Scherre (2007: 32) consideram a possibilidade de a língua portuguesa já possuir “o embrião do novo sistema mais analítico antes de sair da Europa”.

Lucchesi (2003), por sua vez, afirma que o processo de formação do português popular do Brasil se deveu a uma transmissão lingüística irregular – TLI –, isto é, aquisição de segunda língua por adultos. Mas essa transmissão, segundo o autor, se deu de forma leve, não chegando a se constituir como um crioulo. Em sua pesquisa, o lingüista tem contato com a comunidade de afro-descendentes, em Helvécia, ao sul da Bahia, onde encontra um dialeto típico de crioulo.

Na visão de Lobato (2006), o PB resultou da formação do contato maciço com falantes de outras línguas, o que não invalida a possível existência anterior das estruturas, as quais, segundo Naro e Scherre (2003) se expandiram no Brasil. Afirma que a mudança que ocorreu no português falado no Brasil não foi caso de criouliização nem de simples expansão (uso ampliado de estruturas já presentes no PE) que veio para o Brasil-colônia; sua hipótese é que a mudança deveu-se ao processo de aquisição do português como segunda língua por uma pessoa adulta.

Explica que, no processo de aquisição de 1ª língua, uma criança passa primeiro pelo domínio fonológico, depois pelo lexical e, em seguida, pelo domínio das sentenças, ressaltando que a aquisição vocabular e de novas estruturas sintáticas acompanha o indivíduo em toda sua vida. Diferentemente, o adulto aloglota tem de lidar com sentenças, palavras e o sistema fonológico da língua, ao mesmo tempo. Não tem a seu favor, nessa situação, o estágio inicial da faculdade da linguagem constituído das propriedades que o caracterizam para a aprendizagem da língua.

Nessa breve viagem diacrônica, seguida da apresentação de teorias acerca da formação do PB, acreditamos ter mencionado aspectos relevantes da formação do PB que podem contribuir para a condução dessa pesquisa. Passamos, agora, a buscar nesses fatos e em outros aspectos a resposta para nossos questionamentos.

5.3 Colhendo resultados

Feita essa retrospectiva, recorreremos ao estudo de Silva Neto (1979: 13-22) segundo o qual “a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão de mudanças” e “quando a facilidade de acesso proporciona penetração constante por meio de elementos que vêm de fora, a base étnica se altera, e as oscilações populacionais provocam oscilações lingüísticas”.

Para o autor, alguns fatores, elencados no quadro 2, podem favorecer o que ele chama de imitação-costume e imitação-moda, o que representaria, a nosso ver, a manutenção ou a mudança de alguns aspectos lingüísticos.

Quadro 2: Processos de evolução lingüística (Silva Neto, 1979: 30)

Fatores que favorecem a imitação-costume	Fatores que favorecem a imitação-moda
Culto dos antepassados	Autoridade da geração nova
Isolamento físico	Melhoramento dos meios de comunicação
Isolamento lingüístico	Igualdade civil e social
Vida caseira	Hospitalidade
Analfabetismo	Emancipação das mulheres
Reverência dos livros sagrados	Instrução
Sedentariedade	Liberdade de discussão
Falta de contatos culturais	Viagens e migrações
	Guerra e conquista

Analisando o quadro 2, encontramos algumas características citadas em Silva Neto (1979), que, no nosso entendimento, representam o Nordeste, a saber: (i) vida caseira – conforme os dados obtidos, vimos que no Nordeste, até meados do século XX, a população era basicamente rural, a população urbana aumentou a partir da década de 80; (ii) falta de contatos culturais – desde o processo colonial, o Nordeste como um todo foi um emissor de imigrantes, posto que não possuía condições de absorver todo o contingente populacional para o trabalho. Sai a população jovem, constituída na maioria de homens, permanece a população mais velha e as mulheres, as quais, a nosso ver, são, ao longo dos anos, fornecedoras do *input* para as crianças. Uma situação bastante favorável à manutenção de uma forma lingüística.

Por outro lado, na imitação-moda, encontramos alguns elementos que, acreditamos caracterizar o Sudeste: (i) melhoramento dos meios de comunicação – inicialmente, por abrigar a capital federal, depois, o próprio desenvolvimento adquirido criou necessidades

que levaram a região a um desenvolvimento mais acelerado dos meios de comunicação; (ii) emancipação das mulheres – diferente do Nordeste, que, pela própria estrutura rural, se manteve mais conservador na divisão de papéis entre homens e mulheres; (iii) viagens e migrações – entendendo que o Sudeste, ao longo da história, foi pólo receptor de imigrantes, tanto de outras regiões, principalmente do Nordeste, quanto de outros países.

O quadro que se forma, a partir dessa análise, dá-nos mais condições de entender um processo de mudança lingüística no Sudeste, ao passo que no Nordeste, permanece ainda uma estabilidade no sentido de continuar produzindo formas recebidas do *input*.

Importante também apresentar o resultado de uma pesquisa feita por Bianchet (2002) em que compara a oscilação dos modos indicativo e subjuntivo em orações completivas objetivas diretas do português contemporâneo (NURC) e em latim, texto *Peregrenatio Astheriae*⁶¹, do século IV. Segundo a autora, o sistema de complementação das orações subordinadas substantivas objetivas diretas na língua latina foi reestruturado de um sistema não-modal que exigia apenas o infinitivo na oração completiva para um sistema que utiliza quatro possibilidades: (i) indicativo; (ii) subjuntivo; (iii) ora indicativo ora subjuntivo e (iv) manutenção da estrutura clássica de acusativo com a forma infinitiva.

Apresentamos, no quadro 3, os resultados em relação à mudança que houve nessas estruturas do latim para o português contemporâneo.

Quadro 3: Estágios da mudança em estruturas completivas do latim e do PB

Modalidades	Mudança no latim do século IV	Mudança no português contemporâneo
Factiva (<i>falar, saber</i>)	Ampla oscilação entre indicativo e subjuntivo, quando o verbo está no presente. Oscilação média entre indicativo e subjuntivo com o pretérito perfeito. Oscilação reduzida entre indicativo e subjuntivo no pretérito imperfeito (predomínio do subjuntivo).	Uso categórico do indicativo.
Não-factiva I (<i>acreditar, imaginar, achar</i>)	Ampla uso do infinitivo. Pequena oscilação entre indicativo e subjuntivo.	Ampla oscilação entre indicativo e subjuntivo. Predomínio do indicativo.
Não-factiva II (<i>querer, ordenar</i>) (volição, ordem)	Sem ocorrência do indicativo. Pequena oscilação entre infinitivo e subjuntivo. Predomínio do subjuntivo.	Ampla oscilação entre indicativo e subjuntivo (com pretérito perfeito e presente). Oscilação restrita no pretérito imperfeito, uso quase categórico do subjuntivo.

Fonte: Bianchet, 2002: 38

⁶¹ Segundo a autora, o uso do texto escrito em latim é considerado fonte para o estudo do latim falado.

Conforme demonstra neste trabalho, no cenário descrito por Bianchet (2002), já se verifica uma situação de mudança/inação. Tendo em vista esse quadro evolutivo das estruturas completivas, ainda que se tratem somente das orações objetivas diretas, e os fatores sociais elencados por Silva Neto (1979), também acerca da evolução lingüística, podemos afirmar que essa mudança, é mais rápida no dialeto carioca em função do contato lingüístico mais intenso. Por outro lado, no dialeto de João Pessoa, também pelos motivos já expostos, esse processo de mudança é mais lento, ressaltando-se ainda o uso do infinitivo em alguns contextos como nos dados (245), (246) e (247).

(243) (...) e peço a Deus todo dia *pra acertar*.

(244) Ele pediu *pra eu acompanhar* ele.

(245) Mariana chegou cum padre Livio pidindo *pra Zé Inocêncio aceitar* ela de vouta.

Acreditamos que o uso do subjuntivo indicado nas gramáticas, particularmente na do PE, representa o PE que veio para o Brasil no período da colonização e que, pelos resultados obtidos, ainda se mantêm nos dados de João Pessoa, onde o contato foi menor do que no Rio de Janeiro. Os resultados obtidos por Rocha (1997) e também por Bianchet (2002) evidenciam o modo indicativo alternando-se com o subjuntivo, caracterizando um processo de mudança. Esse uso diferenciado dos dados de João Pessoa, pelo menos em relação ao uso do modo verbal em estruturas de complementação, pode ser explicado pelo intenso contato experimentado por essa comunidade, o que pode ter levado o aprendiz da língua, no período de aprendizagem/aquisição da segunda língua, a escolher a forma não-marcada, que é, de acordo com Givón (1995), a forma mais freqüente e menos complexa.

Em relação à participação do negro, consideramos dois motivos: (1) ele era submisso e, nessa situação, o esforço para adquirir a língua do dominado devia ser intenso; (2) uma vez adquirida a língua, ele se tornava um divulgador dela, conforme atestam os textos de Câmara (1979) e Darcy Ribeiro (1995). Isso se dando em um contexto em que a maioria dos falantes é constituída de portugueses e africanos, numa relação de trabalho, considerada mais formal, ou seja, de senhor e de escravo. Pelo menos no início do período colonial, conforme já vimos, não houve muitas uniões entre esses povos, o que seria uma das formas mais marcantes do contato lingüístico; suas relações restringiam-se, pois, ao ambiente de trabalho, criando contexto em que predomina a língua do dominador, nesse caso, dos portugueses.

Finalmente, tomando como referência a definição de Kroch (2003), para quem a transmissão imperfeita, motivada pela situação de contato, que é uma força atuante na mudança sintática, promove a mudança, de modo que a gramática precede a mudança na frequência e aplicando aos dados do Sudeste e do Nordeste, podemos concluir que, no Rio de Janeiro, já houve uma mudança na gramática, uma vez que as duas variantes estão em uso, alternando indicativo e subjuntivo em contextos nos quais só se esperava um deles. Sendo assim, as crianças já recebem como *input* duas formas e podem interpretar uma ou outra como a que devem marcar como parâmetro. Diferentemente em João Pessoa, as formas lingüísticas que servem de dados primários sinalizam, ainda, para o uso quase categórico do subjuntivo e também do indicativo, nos ambientes onde são previstos.

6. Considerações finais

No presente estudo propusemo-nos examinar o uso do modo verbal em estruturas de complementação no português do Brasil à luz do quadro teórico da Variação Paramétrica. Procuramos investigar a hipótese de que há divergência em relação à seleção do modo verbal em estruturas completivas entre as regiões Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste. Algumas evidências indicam que o Nordeste, representado pelos dados de João Pessoa, detém o contraste entre o uso do modo indicativo e do subjuntivo, enquanto o Sudeste/Centro-Oeste – representadas pelos dados de fala do Rio de Janeiro e de Brasília, respectivamente – apresenta um uso variável.

Para desenvolver o estudo, trabalhamos com dados do VALPB – *Projeto de Variação Lingüística no Estado da Paraíba* –, comparando nossos resultados com os obtidos por Rocha (1997), que analisou dados do Rio de Janeiro e de Brasília. Utilizamos os programas Varbrul (1988) e Goldvarb (2001) para a análise estatística e lingüística dos dados.

Os resultados obtidos confirmam nossa hipótese inicial de que o subjuntivo, em ambientes onde o seu uso é previsto, tem efeito quase categórico nos dados de João Pessoa, contrastando com os do Rio de Janeiro/Brasília, onde Rocha (1997) encontrou variação. Com base nessa confirmação e por acreditar que o Nordeste mantém formas recebidas do *input*, o PE, percorremos o caminho da diacronia. Acreditamos que aspectos sócio-históricos envolvidos no processo de formação do PB possam nos levar à compreensão das diferenças lingüísticas detectadas entre os dialetos em questão.

Na discussão, primeiramente, apresentamos os pressupostos teóricos, tomando por base o trabalho inicial de Tarallo e Kato (1989), que propõem a união da Teoria Gerativa e da Teoria Variacionista, desenvolvendo estudos, então, sob a perspectiva da Variação Paramétrica. Além disso, observamos o ressurgimento do estudo diacrônico e a visão gerativa e sociolingüística acerca da mudança lingüística. Dando seqüência ao estudo, discutimos inicialmente os conceitos de modalidade e de modo verbal, por estarem intrinsecamente relacionados, mostrando que o segundo é uma forma de manifestação no nível da gramática do primeiro, confirmando-se assim que o modo é uma categoria gramatical, e a modalidade, uma categoria semântica.

Quanto ao modo verbal, primeiramente, mostramos que, na maioria dos compêndios gramaticais, indica-se que o contraste entre o modo indicativo e o subjuntivo é encontrado

para marcar a oposição *realis vs. irrealis*, confirmando-se assim um critério semântico. No entanto, o papel de codificador dessa oposição é questionado por Mateus *et alii* (2003), Botelho Pereira (1974) e Fávero (1974), que atribuem ao subjuntivo essencialmente o papel de marcador de subordinação, sendo a oposição *realis vs. irrealis* obtida mediante outros processos gramaticais. Apresentamos o assunto sob a visão das gramáticas do PB, do PE e do espanhol, as quais relacionam a distribuição do modo verbal na oração subordinada a propriedades do verbo da oração matriz: verbos volitivos (*querer, esperar*), indicadores de sentimento (*alegrar, lamentar*), indicadores de dúvida (*duvidar*) selecionam obrigatoriamente o modo subjuntivo; verbos de julgamento (*achar, crer, pensar*) admitem variação, principalmente se vêm negados na matriz; verbos declarativos (*dizer, falar*) selecionam o indicativo, podendo, se negados na matriz, selecionar o subjuntivo.

Em seguida apresentamos o estudo sobre a seleção do modo verbal em estruturas de complementação, destacando-se o de Botelho Pereira (1974), o de Bárbara (1975) e o de Fávero (1974), que consideram a seleção do modo verbal um problema sintático-semântico. De Botelho Pereira (1974), além de utilizarmos classificação de tipologia dos verbos da matriz, destacamos também as três funções que a autora propõe para caracterizar a oposição entre os modos indicativo e subjuntivo: a função semântica, a função gramatical e a função semântico-gramatical.

Bárbara (1975) estuda as orações considerando as que têm o modo indicativo na oração encaixada como asseverativas, isto é, sua falsidade ou verdade pode ser atestada e as que apresentam o verbo no subjuntivo podem ou não ser uma asserção, dependendo do tipo de verbo da matriz a que estiverem subordinadas. Sobre os verbos declarativos (*declarar, afirmar, contar*), afirma que só admitem subjuntivo na encaixada se forem negados na oração matriz; os de julgamento (*achar, crer, acreditar, pensar*) podem ter indicativo ou subjuntivo na oração completiva, sejam negados ou afirmados na oração matriz, verbos de ordem, pedido e desejo (*ordenar, pedir, querer*) só se manifestam com o subjuntivo ou o infinitivo.

As propriedades semânticas do verbo da matriz são analisadas por Fávero (1974), que, com base na idéia de que o modo indicativo implica ausência de conteúdo semântico, e o subjuntivo manifesta interpretação subjetiva do sujeito, divide a atitude proposicional em dois grupos: (1) orações de atitude proposicional não-interpretativa, consideradas as declarativas não marcadas pelo modo; (2) orações de atitude proposicional interpretativa, consideradas marcadas quanto ao modo. Pertencem às orações do primeiro grupo verbos do

tipo *saber* (epistêmico), *verificar* e *declarar* (performativos), os quais só admitem o subjuntivo na oração completiva se forem negados na oração matriz.

O segundo grupo, de atitude proposicional interpretativa, comporta verbos como *rogar*, *permitir*, *pedir* (não-factivos não-volitivos), considerados pela autora como do grupo dos de atitude proposicional volitivo-imperativa; verbos como *querer*, *desejar*, *esperar* (verbos não-factivos volitivos), pertencentes ao grupo dos de atitude proposicional volitivo-optativa, e verbos como *crer*, *acreditar*, *achar* (verbos de julgamento/ opinião), de atitude proposicional de julgamento.

Segundo Fávero (1974), os de atitude proposicional volitiva selecionam o modo subjuntivo de forma categórica na oração completiva e os de atitude proposicional de julgamento admitem tanto formas do indicativo quanto do subjuntivo, visto apresentarem traços de [\pm factividade] e [\pm julgamento]. Assim, mais certeza do falante em relação ao fato expresso na oração completiva implica o uso do indicativo; menos certeza, implica a seleção do subjuntivo. Nesse caso, a presença da negação modifica composicionalmente as propriedades do predicado quanto à atitude proposicional, favorecendo o aumento de frequência do subjuntivo nas orações completivas. Para a autora, a seleção do modo verbal está relacionada com a atitude proposicional do sujeito da oração matriz.

Sob a perspectiva variacionista, iniciamos pelo estudo de Rocha (1997), que tem como hipótese inicial a perda de campo do modo subjuntivo para o modo indicativo. Os resultados obtidos por Rocha (1997) identificam, por um lado, a entrada do subjuntivo em ambiente previsto para o modo indicativo, e, por outro, a entrada do indicativo em ambiente previsto para o subjuntivo, o que permite a conclusão de que, nesse contexto, as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentam variação. Rocha ressalta também que, ainda que a carga semântica do verbo da matriz seja importante na seleção do verbo da encaixada, conforme atestam as gramáticas tradicionais, outros fatores lingüísticos e extralingüísticos interferem na seleção do modo verbal.

Em seguida, apresentamos o estudo de Poplack (1992) sobre o francês canadense. Essa autora, embora reconheça o papel da semântica do verbo da matriz na seleção do modo verbal da encaixada, considera outros fatores em sua análise (grau de asserção do complemento encaixado, o tempo verbal, presença de material interveniente, entre outros), que, contrariando a previsão da gramática tradicional, encontra variação com os verbos volitivos e emotivos e também com os verbos de opinião. Essa variação, entretanto, não permite a afirmação de que o subjuntivo tenha perdido seu valor semântico nas orações subordinadas substantivas do francês canadense.

Um terceiro estudo variacionista apresentado é o de Meira (2006), realizado com dados de uma comunidade de afro-descendentes do interior da Bahia, a qual evidencia um uso crescente do subjuntivo nessa comunidade em função do contato com os meios de comunicação, uma situação aparentemente inversa ao que acontece nos outros contextos, que não chegamos a discutir em profundidade. A autora faz uma incursão pela história e afirma que isso se deve ao fato de essa comunidade ter adquirido a língua numa situação de transmissão lingüística irregular (TLI), conforme propõe Lucchesi (2003).

Em nosso estudo os fatores selecionados como favorecedores do subjuntivo na oração completiva foram a semântica do verbo da matriz e o grau de assertividade, corroborando outros estudos no sentido de que a presença da negação na oração matriz favorece o subjuntivo. A tendência ao uso quase categórico do modo subjuntivo com alguns tipos de verbos, diferentemente do que foi encontrado nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, na comunidade afro-descendente da Bahia e no francês canadense, leva-nos a concluir, seguindo a caracterização de Botelho Pereira (1974), que o modo verbal, nesse caso, assume função gramatical, o que significa dizer que ele funciona como um marcador de subordinação. O contraste entre os dados da Nordeste, por um lado, e o Sudeste/Centro Oeste, por outro, permitiu concluir que tais variedades apresentam comportamento distinto em relação ao uso do modo verbal em estruturas de complementação.

Esse resultado leva-nos, entretanto, a algumas considerações. Como Rocha (1997) afirmou, estamos trabalhando com algumas variantes raras, no sentido de que não é fácil capturá-las em situação de entrevistas. Somente em uma situação discursiva informal, sob a observação atenta do pesquisador, pode-se capturar sentenças como:

(246) Eu quero que *cê vai* ao supermercado pra mim.

(247) Mãe, você quer que eu *vou* lá pra você?

Em ambiente previsto para o indicativo, os dados apontam para um efeito quase categórico: com verbos factivos não-avaliativos não-emotivos, não há registros de subjuntivo na oração completiva nos dados de João Pessoa e apenas 0,02 nos dados do Rio de Janeiro/Brasília; com os indiferentes performativos, o peso relativo em relação ao uso do subjuntivo é muito baixo – 0,17, nos dados do Centro-Oeste/Sudeste, e 0,06 em relação aos dados do Nordeste.

Quanto aos verbos indiferentes de opinião (*crer, achar, acreditar*), os resultados apontaram para o uso dos dois modos nos dados do Nordeste, mas com predomínio de uso

do modo indicativo. Esse quadro se assemelha ao encontrado nos dados do português do Sudeste/Centro-Oeste, por um lado, e do francês do Canadá, por outro, conforme estudos respectivamente de Rocha (1997) e Poplack (1992) – confirmando-se ainda a descrição (não-varicionista) de Botelho Pereira (1974) e Mateus *et alii* (2003).

Outro aspecto discutido nos dados de João Pessoa foi a alta frequência do verbo *achar* – cuja presença na oração matriz tende a favorecer o modo indicativo, o que se confirma também em Rocha (1997) – mesmo apresentando algumas formas do subjuntivo, conforme mencionado. Consideramos então a possibilidade de estabelecer correlação entre a elevada ocorrência do indicativo e o fato de que esse verbo, em ambiente de opinião, esteja passando por um processo de gramaticalização, conforme proposto em Oliveira (2005).

A partir desses resultados, visualizados no gráfico 1, constatamos maior distribuição do modo subjuntivo nos dados do Sudeste/Centro-Oeste. Verificamos que essa comunidade apresenta frequência maior da forma marcada para a interpretação *irrealis* (o subjuntivo) no contexto que admite ambas as interpretações – os predicados de opinião. Nossa interpretação para esse fato é a de que o modo subjuntivo nesse contexto caracteriza o uso do modo verbal como marcador de subordinação, o que permite um paralelo com a situação de variação encontrada com os verbos volitivos.

Por outro lado, os dados da Paraíba mostram um uso quase categórico do subjuntivo para o contexto de interpretação *irrealis*, em contraste com os dados do Centro-Oeste/Sudeste, como vimos. No contexto de interpretação variável, diferentemente, cai a frequência do subjuntivo, o que interpretamos como uma situação em que, nesse sistema gramatical, o modo verbal é utilizado consistentemente quando se quer marcar a indefinição, a incerteza. Assim, o subjuntivo apresenta valor semântico no Nordeste, enquanto no Sudeste/Centro-Oeste, apresenta-se em competição com o indicativo, como marcador de subordinação.

Em seguida, discutimos o papel da negação, o segundo fator selecionado como favorecedor do subjuntivo. Conforme demonstrado nos estudos prévios, com verbos de julgamento (*achar, pensar, acreditar*), a negação favorece o modo subjuntivo na oração encaixada. Esse favorecimento se confirmou também nos dados de João Pessoa, embora o subjuntivo tenha se manifestado em orações afirmativas com os verbos *acreditar* e *achar*. Conforme proposto em vários estudos, esse resultado é decorrência da compatibilidade semântica entre a negação e o subjuntivo, no sentido de que ambos indicam uma interpretação não-assertiva – embora seja possível demonstrar que não há condicionamento mútuo, conforme mencionado por Bárbara (1975) e Fávero (1974).

Apresentamos, inicialmente, o que chamamos estatuto da negação, representada, principalmente pela partícula “não”⁶². Em nosso estudo, elementos como *nunca, jamais, nada, ninguém* são também considerados elementos marcadores de negação. Na discussão, não examinamos em detalhe o fato, amplamente reconhecido, de que, em alguns casos, esses elementos apresentam comportamento sintático distinto da partícula “não”. No entanto, consideramos que a manifestação do efeito da negação como favorecedor do modo subjuntivo sugere que tais propriedades sintáticas distintivas não afetam a assertividade da sentença.

Discutimos esse tema considerando a abordagem de Mateus *et alii* (1989) e Neves (2000). Segundo Mateus *et alii* (1989/ 2003), a negação é realizada em português pelos elementos *não, nunca, jamais*; ressaltam, entretanto, que o elemento *não* é o marcador mais generalizado da negação, considerado o marcador prototípico da negação com posição canônica no início do constituinte que exprime o predicado. Para Neves (2000), a negação é uma operação que atua no nível sintático e também no nível pragmático, embora a autora a considere como operação atuante também no nível semântico. Na discussão, a autora dá especial destaque ao fenômeno do alçamento da negação para a oração matriz, observado com os verbos de julgamento (*crer, achar, pensar*), em que não se altera a interpretação, esteja a negação na oração encaixada ou deslocada para a oração matriz: a incorporação do elemento negativo na oração principal tende a dar realce e a colocar o sujeito e o predicado no foco de interpretação negativa do destinatário. Por causa disso, a ocorrência é maior com sujeito de 1ª pessoa do singular, mostrando que é a atitude do falante que é marcada. Nesse sentido, o alçamento da negação para a oração matriz é uma estratégia do falante para enfraquecer a certeza do enunciado e minimizar a força de seu julgamento, sem que, no entanto, haja alteração no conteúdo negado.

Na seqüência, analisamos a negação na fala de João Pessoa, obtendo o seguinte resultado, expresso em termos de pesos relativos, em relação à seleção da forma subjuntiva nas orações completivas: negação na matriz (0,97); negação na encaixada (0,30); afirmação em ambas (0,47). Os resultados encontrados nessa análise assemelham-se aos encontrados por Rocha (1997) nas regiões Sudeste e Centro-Oeste (0,78 com negação na matriz; 0,21 com negação na encaixada e 0,59 em sentenças afirmativas), mas os dados do Nordeste apresentam um amplo favorecimento da forma subjuntiva na oração completiva (0,97), quando é a matriz a oração negada (cf. gráfico 2).

⁶² Cf. Câmara Jr. (1981) e Perini (2000), entre outros.

Posteriormente, em uma análise em que cruzamos a carga semântica do verbo da matriz com o grau de assertividade da matriz (cf. gráfico 3), observamos com mais clareza os efeitos da negação sobre os variados tipos de verbos da oração matriz. Verificamos então que: (1) nos dados de fala de João Pessoa, a negação na matriz favorece a seleção do modo subjuntivo na completiva, com os predicados indiferentes de opinião e de suposição (*crer, acreditar, achar*), ambientes previstos como de variação, aumentando a frequência de uso; (2) a presença da negação, seja na oração matriz, seja na encaixada, não favorece o subjuntivo quando o verbo da matriz é factivo não-emotivo (*saber, ter certeza*) e, quando o verbo da matriz é performativo (*declarar, afirmar, falar*), ambos ambientes previstos para o modo indicativo; (3) com os demais tipos de verbos, volitivos (*querer, desejar*), não-factivo não-volitivo (*permitir, pedir*), implicativos negativos (*impedir, descartar*), ambientes previstos como do modo subjuntivo, embora os resultados apontem para elevado uso do subjuntivo nesse contexto, acreditamos que a presença da negação não interfira na seleção do modo, visto que esses verbos já apresentam traços suficientes para selecionar a forma subjuntiva.

Acreditamos que os predicados como *saber, ter certeza*, do grupo dos factivos, por sua natureza epistêmica, têm características distintas de outros do mesmo grupo, como *lamentar*, no sentido de, quando negados, não manterem a pressuposição de verdade do fato expresso na completiva, principalmente quando o sujeito é o próprio falante, como em *Eu não tenho certeza que ele venha.* e *Eu não sei que ele estude.* Nesse sentido, Fávero (1974) os considera como verbos de dúvida, o que possibilita também a forma subjuntiva na oração completiva.

Em nossa análise, constatamos que o elemento *não/ num*, o marcador prototípico da negação com posição canônica na oração matriz, conforme destacaram Mateus *et alii* (1989), Perini (2000) e Neves (2000) é o marcador de negação que altera a seleção do modo verbal. Os demais marcadores, *nunca, jamais, ninguém, nenhum, nem* só foram identificados na oração encaixada, onde a presença da negação não exerce papel na seleção do modo verbal – com exceção dos predicados que admitem o alçamento sem alteração do significado.

O fator pessoa do verbo da matriz, embora não sido tenha selecionado, merece comentário em função da elevada frequência da primeira pessoa. De fato, durante algumas etapas da análise, a 1ª pessoa do verbo chegou a ser selecionada como favorecedor do subjuntivo. Na discussão, considerou-se que a manifestação da primeira pessoa na matriz representa mais comprometimento com o conteúdo proposicional em função da posição do

falante no ato interlocutivo, conforme observado em Neves (2006). Com os verbos indiferentes de opinião e de suposição na oração matriz, esse comprometimento é mais evidente e tende a favorecer o uso do subjuntivo, que pode funcionar como um elemento distanciador do locutor com relação ao seu comprometimento com a verdade da proposição da oração completiva. O uso do subjuntivo nesse contexto seria uma forma de o falante não se comprometer ou de amenizar o grau de comprometimento. Entendendo a necessidade de examinar essa questão com maior profundidade, deixamos para pesquisa futura o estudo dessa variável, considerando ainda que é possível estabelecer correlação com o grau de formalidade, um fator apontado nos estudos gramaticais como favorecedor do uso do modo subjuntivo. Essa investigação não seria possível no âmbito dos dados utilizados, cabendo a investigação de situações discursivas diferentes.

Embora os demais fatores não tenham sido selecionados, é importante ressaltar que o fato de a variável escolaridade não ter se mostrado relevante nos dados de João Pessoa, em que o subjuntivo se manifesta de forma quase categórica nos ambientes que selecionam a interpretação *irrealis*, e tampouco nos dados do Sudeste/Centro-Oeste, que apresentam variação no uso do modo verbal nesse contexto, levou-nos a excluir a possibilidade de que a ocorrência do subjuntivo esteja atrelada ao processo de ensino-aprendizagem. Tal conclusão veio confirmar que a distinção entre as duas gramáticas é determinada no nível paramétrico, conforme sugerimos em trabalho anterior (cf. Oliveira, 2006). Nesse sentido, os dois padrões identificados – (i) uso variável do modo verbal (subjuntivo/ indicativo) com valor gramatical, isto é, como marcador morfológico do encaixamento sintático (nos dados do Centro-Oeste/ Sudeste) e (ii) uso do modo verbal (subjuntivo) com valor semântico, isto é como marcador da modalidade *irrealis* (nos dados do Nordeste) – são definidos no nível da gramática interna do falante, ocorrendo como expressão do valor paramétrico.

É interessante observar ainda um aspecto pragmático em relação ao uso do modo verbal no português do Brasil, a que tivemos acesso no decorrer da pesquisa, por meio de depoimentos a respeito dos contrastes dialetais e da representação que os falantes têm desses contrastes. É que o uso do subjuntivo na região Nordeste é percebido por falantes das regiões Sudeste/Centro-Oeste como uma forma autoritária. O falante nordestino, no entanto, não tem essa interpretação do uso, que considera natural, mas, em contato com falantes do Sudeste/Centro-Oeste, sentem estranheza ao ouvirem construções do tipo *Você quer que eu faça pra você?*. Essa questão sugere desenvolvimento de estudos adicionais.

Também verificamos que, diferentemente do encontrado nos dados do Rio de Janeiro/Brasília, em que os mais velhos são altamente favorecedores do subjuntivo, nos

dados de João Pessoa a frequência de uso dessa forma não se altera em função da idade (0.53). Enquanto os resultados de Rocha (1997) indicam uma situação de decréscimo no uso do subjuntivo de acordo com a idade, os obtidos em nosso estudo indicam manutenção na distribuição das formas, o que significa dizer que as crianças de João Pessoa, em fase de aquisição, estão recebendo como *input* uma gramática que usa o subjuntivo e o indicativo de forma quase categórica, em ambientes onde se prevê o uso de cada um. Quanto aos verbos de opinião, que apresentam flutuação no uso do modo verbal nas diferentes línguas examinadas, vimos que, nos dados do Nordeste, a variação é, em relação às demais, menos frequente, o que interpretamos como uso semântico das formas, conforme mencionado.

Por fim, tendo em vista que o uso do modo verbal em estruturas de complementação manifesta-se de forma diferente nas comunidades lingüísticas comparadas, buscamos fatos na história social das regiões. Vimos que o Rio de Janeiro e a Paraíba tiveram inicialmente um processo semelhante de colonização e formação sócio-histórica, mas a vinda da Família Real promoveu uma considerável distinção nessas regiões, o que provavelmente repercutiu, entre outros aspectos, na diferenciação lingüística.

Relacionamos esse fenômeno à afirmação de Ribeiro (1998) de que duas gramáticas portuguesas chegaram ao Brasil, uma nos séculos XVI-XVIII e outra nos séculos XIX-XX. Acreditamos que a primeira chegou a todas as regiões no período colonial – ainda que seja necessário reconhecer que a ocupação tenha se concentrado em alguns pontos (em detrimento de outros); a segunda manifestou seu impacto principalmente no Rio de Janeiro, com chegada da família Real, juntamente com os seus 15.000 acompanhantes portugueses. Além disso, o fato de o Rio de Janeiro abrigar a Corte portuguesa favoreceu um desenvolvimento mais rápido, gerando um outro fator distintivo: recebimento de grande contingente de imigrantes do Brasil e de outros países, o que favoreceu um contato constante e mais intenso do que na Paraíba.

Esses fatos somados, certamente, contribuíram para que a língua acelerasse seu processo de mudança. Tal conclusão é confirmada também no comentário de Silva Neto (1979: 13), ao dizer que “a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão de mudanças”. Consideramos, pois, que os fatores sócio-históricos tenham criado condições para a manifestação das diferenças lingüísticas apontadas entre os dialetos examinados.

Segundo a teoria de mudança lingüística de Kroch (2003), em que se pressupõe a situação de competição de gramáticas para dar conta da variação individual, e no nível da comunidade, podemos entender esse processo como desencadeado na região Sudeste, no que se refere ao uso do modo verbal em orações completivas, visto que os dados dessa

comunidade apresentam as formas do indicativo e do subjuntivo em competição. Entretanto, no Nordeste, não parece ter havido alteração significativa no *input*, na diacronia. Essa região não apresenta sinais visíveis para se afirmar que houve mudança, visto que os modos verbais são usados de forma quase categórica nos ambientes previstos para o uso deles.

Esses resultados, tanto referentes aos aspectos lingüísticos quanto aos aspectos sócio-históricos representam evidências de algumas “perfurações”, usando a linguagem de Fernando Tarallo. A escavação só começou.

7. Bibliografia

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 42ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

ALVES, Gilson Chicon. A influência da simplificação da conjugação verbal na construção do imperativo. In *Estudos sociolinguísticos: perfil de uma comunidade*. HORA, Dermeval da (org.). João Pessoa: VALPB, 2001.

BARATA, André. *Crença pré-atitudinal. Da não conformação da crença a uma teoria de atitudes proposicionais*. s/d. Acessado dia 22/8/2006 às 10h52min. phi.no.sapo.pt/ARTIGOS/Cren%20pr%20E-9atitudinal.pdf

BARBARA, Leila. *Sintaxe transformacional do modo verbal*. São Paulo: Ática, 1975.

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2000.

BIANCHET, Sandra Maria G. B. Indicativo e/ou subjuntivo em orações completivas objetivas diretas do português: uma volta ao latim. In COHEN, M. A. e RAMOS, Jânia. *Dialeto mineiro e outras falas*. Belo Horizonte: FALÉ/UFMG, 2002.

BORGES NETO, José. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORRIEGO J., ASENCIO J. G. y PRIETO, E. *El subjuntivo – valores y usos*. Madrid: Sociedad General Española de Librería – S. A, 1985.

BOTELHO PEREIRA, Maria Ângela. *Aspectos da oposição modal indicativo/subjuntivo no português contemporâneo*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ, 256p., 1974.

CALLOU, Dinah. Da história social à história linguística: o Rio de Janeiro no século XIX. In ALKMIN, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, vol. III, 2002, 281-292.

CÂMARA, Jr. J. Mattoso. *Dicionário de Linguística e Gramática*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

_____. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora ao livro técnico S/A, 1977.

_____. *Historia e estrutura da lingua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CARDOSO, Daisy Bárbara Borges. A influência do fator gênero no estudo da mudança linguística. Trabalho no *V Congresso Internacional da ABRALIN, XVIII Instituto de Linguística*. Belo Horizonte, 2007.

CASCUDO, Câmara Luís da. *Viajando o sertão*. Natal: Impr Oficial, 1934.

CASTILHO, Ataliba. *A hora e a vez do português brasileiro*. Museu da Língua Portuguesa, 2006.

CEDERGREN, H.; SANKOFF, F. 1974. Variables rules: performance as a statistical reflection of competence. *Language* 50 (2): 333-355.

CHIERCHIA, G. Semântica. Tradução de L. Paganini, L. Negri e R. Ilari. Campinas: Editora da Unicamp/Londrina: EDUEL, 2003.

CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding*. Foris, Dordrecht, 1981.

_____. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. Praeger, New York, 1986.

_____. *The Minimalist program*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1995.

_____. *Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente*. SANT'ANNA, Marco Antônio (tradução). São Paulo: UNESP, 2005.

CUNHA, Celso & CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DIAS, Augusto Epiphanyo da Silva. *Syntaxe Histórica Portuguesa*. 3ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1954.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. A Sociolinguística Paramétrica: Perspectivas. In *In HORA, Dermeval da & CHRISTIANO, Elizabeth. Estudos Lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999.

DUBOIS *et alii*. *Dicionário de Lingüística*. 9ª ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

DUCROT, O; Todorov, T. *Dicionário das Ciências da Linguagem*. Lisboa. Publicação Dom Quixote, 1977.

ELIA, Sílvio. *Fundamentos histórico-lingüísticos do português do Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

_____. *Português em Brasil: História cultural*. Madrid: Mapfre, s/d.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Complementação de predicado em português*. Tese de doutorado, São Paulo: PUC, 183p., 1974.

FIGUEIRA, Rosa Attié. *Verbos introdutórios de pressupostos*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, 1974.

GIVÓN, T. *Funcionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamim, 1995.

GÖRSKI *et alii*. Variação nas categorias verbais de tempo e modo na fala de Florianópolis. In: VANDRESEN, Paulino (org.). *Variação e mudança no português falado na região Sul*. Pelotas: EDUCAT, 2002.

GUY, Gregory Riordan. *Linguistic variation in brazilian portuguese: Aspects of the phonology, syntax, and language history*. Ann arbor: University of Pennsylvania, Philadelphia, 1981.

HORA, Dermeval da e PEDROSA, Juliene L. Ribeiro. *Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba*. João Pessoa: Idéia, 2001.

HOUAISS, Antônio. *O português no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

ILARI *et alii*. Os pronomes pessoais do português falado; roteiro para análise. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira & BASÍLIO, Margarida (orgs.). *Gramática do Português Falado*. Volume IV: Estudos descritivos. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1996.

JESUS, Étel Teixeira de. *Uso do imperativo na novela Senhora do destino: estereótipo ou identidade*. Trabalho apresentado na SBPC/ julho de 2005. Fortaleza.

KATO, Mary Aizawa. Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intralingüística. In HORA, Dermeval da & CRISTIANO, Elizabeth (orgs.). *Estudos lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999.

KROCH, Anthony. *Mudança sintática*. Tradução de Silvia Regina Cavalcante. São Paulo: UNICAMP, 2003.

_____. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language variation and change*. 1989, 1:199-244.

LABOV, W. *Sociolinguistics Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LIGHTFOOT, David. "The child's trigger experience: degree – 0 learnability". In *Behavioral and Brain Sciences*, 12, 2, 1989, pp. 321-334.

_____. *Catastrophic Change and Learning Theory*. *Língua* 100: 1997, pp.171-192.

_____. *How to set parametyers: Arguments from Language Change*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1991.

LIMA, Damaris Pereira Santana. *Uso do imperativo gramatical na fala de Campo Grande - Mato Grosso do Sul*. Dissertação de mestrado, UnB, Brasília: 2005.

LOBATO, Lucia Maria Pinheiro. *Sintaxe gerativa do português: Da teoria padrão à teoria da regência e ligação*. Belo Horizonte: Vigília, 1986.

_____. Sobre a questão da influência ameríndia na formação do português do Brasil. In SILVA, Denize Elena G. da. *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006.

LUCCHESI, Dante. O conceito de transmissão lingüística irregular. In RONCARATI, Cláudia & ABRAÇADO, Jussara. (orgs.) *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

LYONS, John. *Introdução à Lingüística Teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Nélio Pimentel. Cia Ed. Nacional. São Paulo, 1979.

MATEUS *et alii*. *Gramática da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Caminho, 1989.

_____. *Gramática da Língua Portuguesa*. 6ª ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *A gramaticalização numa perspectiva diacrônica: contribuições baianas*. Encontro da ANPOLL/2002. <http://www.prohpor.ufba.br/gramaticaliza.html>

_____. De fontes sócio-históricas para a história social lingüística do Brasil: em busca de indícios. In MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. (org.) *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH/USP, 2001, V.II, Tomo II.

_____. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MEIRA, Vivian. *O uso do modo subjuntivo em orações relativas e completivas no português afro-brasileiro*. Dissertação de mestrado, Salvador: UFB, 317p. 2006.

MELO, Gladstone Chaves de. *A língua do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fund G Vargas, 1971.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil*. 4ª ed. São Paulo: A Girafa Editora, 2005.

MELLO, Heliana Ribeiro de. Português padrão, português não-padrão e a hipótese do contato lingüístico. In ALKMIN, Tânia Maria (org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, vol. III, 2002, 383-402.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (orgs). *Introdução à Lingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004.

MUSSA, Alberto. *O papel da línguas africanas na história do português do Brasil*. Dissertação de mestrado, UFRJ, 1991

NARO, Anthony J. & SCHERRE, Maria Marta Pereira. O Conceito de transmissão lingüística irregular e as origens do português brasileiro: um tema em debate. In RONCARATI, Cláudia & ABRAÇADO, Jussara. (orgs.) *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

_____. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (orgs). *Introdução à Lingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004.

NETA, Ana Alves. *O uso de formas do indicativo por formas do subjuntivo no português brasileiro*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2000, 105p.

NETO, José Borges. *Ensaio de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

NEVES, Maria Helena Moura. *Gramática de Usos do Português*. São Paulo: UNESP, 2000.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. Variável lingüística: conceituação, problemas de descrição gramatical e implicações para a construção de uma teoria gramatical. *DELTA*, vol. 3, nº. 1, 1987, pp. 19-34.

_____. Algumas notas sobre o conceito de variável lingüística e sua dimensão nas descrições gramaticais. *ABRALIN: Boletim da Associação Brasileira de Linguística* 8: 87-95, 1986.

OLIVEIRA, Maria do Carmo.. *O verbo achar nos dados da Paraíba e nos Diálogos de São Gregório*. 2005. [Universidade de Brasília, ms.]

_____. O uso do modo verbal em estruturas de complementação no Português do Brasil. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 14, p. 503-538, 2006.

_____. O uso do modo verbal em estruturas de complementação no português do Brasil. Apresentação na *ANPOLL*. São Paulo, 2006.

_____. Estudo comparativo do uso do modo verbal em estruturas de complementação entre as regiões Sudeste e Nordeste. Apresentação na *XXI Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos / Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste – GELNE*. João Pessoa, 2006.

_____. O papel da negação na seleção do modo verbal em orações completivas na fala de João Pessoa. Apresentação no *V Congresso Internacional da ABRALIN – XVIII Instituto de Linguística*, Belo Horizonte, 2007.

_____. A seleção do modo verbal em estruturas completivas do PB e do PE: uma análise translingüística. *Grupo de Estudos Lingüísticos do Centro-Oeste – GELCO/ III Encontro Nacional do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste*. Brasília, 2006.

PERINI, Mário A. *Gramática Descritiva do Português*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

PINTZUK, S. VARBRUL programs. 1988.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow. *Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999, 129p.

POPLACK, Shana. *The inherent variability of the French subjunctive*. In: *Theoretical analyses in romance linguistics*. Amsterdam: John Benhamins publishing company, p.235-263, 1992.

POTTIER, Bernard. *Linguística geral: Teoria e descrição*. Tradução de MACEDO, Walmírio. Rio de Janeiro: Presença, 1978.

RAMOS, Jânia. “Sociolinguística paramétrica” ou “Variação paramétrica”. In HORA, Dermeval da & CHRISTIANO, Elizabeth. *Estudos Linguísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999.

RIBEIRO, Ilza. A mudança sintática do português brasileiro é mudança em relação a que gramática? In In CASTILHO, Ataliba de.(org.) *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH/USP, 1998. V.1

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

ROBERTS, Ian; KATO, Mary A. (orgs.). *Português Brasileiro – Uma viagem diacrônica: homenagem a Fernando Tarallo*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993.

ROCHA, Rosa Cecília Freire da. *A alternância indicativo/ subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português*. Dissertação de mestrado, Brasília: UnB, 123p. 1997.

RODRIGUES, Márcia da Silva. *Estudo da formação do imperativo na linguagem oral e escrita*. Brasília: Universidade de Brasília, inédito, 1993.

RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. As outras línguas da colonização do Brasil. In CARDOSO et al. (org.) *500 anos de história linguística do Brasil*. (sem as outras referências)

_____. As línguas gerais sul-americanas. *Papia, revista de crioulos de base ibérica*. 4.2:6-18, 1996.

_____. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *DELTA*, 1993: vol.: 9, nº 1.

RODRIGUES, Nina. *Africanos no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

SAID ALI, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 6ª ed. São Paulo: Cultrix, 1966.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. Diversidade e mudança linguística na perspectiva da gramática gerativa. In SILVA, Denize Elena G. da. *Língua, gramática e discurso*. Goiânia: Cãnone Editorial, 2006, pp. 124-132.

SAMPAIO, Dilcéia Almeida. *Modo imperativo: sua manifestação/ expressão no português contemporâneo*. Salvador: UFBA. Inédito. Dissertação de Mestrado. 2001.

SANKOFF, D; TAGLIOMONTE S.A; SMITH E. GoldVarb: 2005.

SANTOS, Regina Marques Alves dos. *O uso variável do modo subjuntivo em estruturas complexas*. Dissertação de mestrado. São José do Rio Preto: Universidade Estadual Paulista, 2005, 147p.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *A norma do imperativo e o imperativo da norma - Uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro*. In: Bagno, Marcos (org.) *Linguística da Norma*. Loyola, São Paulo, 2002. 217-265.

SCHERRE, Maria Marta Pereira & FREITAS, Vera Aparecida de Lucas; JESUS, Étel Teixeira de; OLIVEIRA, Helena Rodrigues; DIAS, James Gonçalves. Phonic parallelism evidence from the imperative in Brazilian Portuguese. *Papers in Sociolinguistics. N.WAVE'26 à l'Université Laval* (Québec). Nota Bene, 1998, p. 63-72.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do VARBRUL. In: MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (orgs). *Introdução à Linguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA NETO, Serafim. *História da Língua Portuguesa*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Presença, Brasília: INL, 1979.

TARALLO, Fernando. Por uma sociolinguística românica paramétrica: fonologia e sintaxe. *Ensaio de linguística*. Belo Horizonte, nº 13, 1987, 51-83.

TARALLO, Fernando & KATO, Mary Aizawa. *Harmonia trans-sistêmica: variação intra e inter-linguística*. Campinas, Preedição 5, 1989.

TARALLO, F. ; NUNES, J. ; RAMOS, J. . A Sociolinguística Paramétrica. In: V ANPOLL, 1991, Recife. *Anais da V Reunião da ANPOLL*. Porto Alegre : ANPOLL, 1990. p. 513-520.

TEYSSIER, Paul. *Historia da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Sa Da Costa, 1982.

TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Tradução de ILARI, Rodolfo; revisão técnica de Ingedore Villaça Koch, Thaís Cristófaró Silva. São Paulo: Contexto, 2004.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução Marcos Bagno; revisão técnica Carlos Alberto Faraco; posfácio Maria da Conceição A de Paiva, Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

WEINRICH, Harald. *Estructura y función de los tiempos em el lenguaje*. Madrid: Gredos S.A., 1968.

WHERRITT, Irene. Pattern of the subjunctive in Brazilian Portuguese. In: *Revista Brasileira de Linguística*. V.5, nº 2, ano IV, p. 39-62, 1978.